



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH VI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM ENSINO, LINGUAGEM  
E SOCIEDADE (PPGELS)**

**STAELA RODRIGUES PORTO DOS SANTOS**

**A LITERATURA PARA LER E ENTENDER O NORDESTE AGRÁRIO DO BRASIL**

**CAETITÉ – BA  
2025**

STAELA RODRIGUES PORTO DOS SANTOS

**A LITERATURA PARA LER E ENTENDER O NORDESTE AGRÁRIO DO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito para defesa e obtenção do título de Mestra no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia – *Campus VI* – Caetité – Bahia.

**Linha II** – Ensino, Saberes e Práticas Educativas

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela Silveira Rocha

**CAETITÉ – BA  
2025**

Bibliotecário Carlos Roberto M. de S. Marinho  
CRB 5/2142  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S2371 Santos, Staela Rodrigues Porto dos  
A literatura para ler e entender o Nordeste Agrário do Brasil /  
Staela Rodrigues Porto dos Santos. Caetité/BA. 2025. 112p.

Orientadora: Gabriela Silveira Rocha  
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade  
do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.  
Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade  
- PPGEIS, Campus VI, Caetité, 2025.  
Contém referências.

1. Região Nordeste. 2. Literatura. 3. Preconceito  
regional. 4. Geografia. I. Título.

CDD: 869.07



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,  
LINGUAGEM E SOCIEDADE

ATA

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PÚBLICA

Em 14 de maio de 2025, às 19h 30 min, realizou-se, de forma híbrida, a Sessão Pública de Defesa da Dissertação, da Mestranda STAELA RODRIGUES PORTO DOS SANTOS, intitulada: "A LITERATURA PARA LER E ENTENDER O NORDESTE AGRÁRIO DO BRASIL", com o produto denominado "O Texto Literário de Vidas Secas para interpretar a Região Nordeste: Uma Proposta Didática para professores de Geografia". A Professora Dr.<sup>a</sup> GABRIELA SILVEIRA ROCHA, Orientadora e Presidente da Banca Examinadora iniciou a sessão apresentando os demais examinadores: o Prof. Dr. GLAUBER BARROS ALVES COSTA - UNEB membro interno; a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA GORETH E SILVA NERY - UNEB, membro externo; e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> POLIANA MACHADO DA SILVA MOREIRA, membro externo. A sessão teve a duração de 2 horas e, após a exposição do trabalho e arguição da discente a Banca emitiu o seguinte parecer:

CONCEITO	APROVADO ( X )	APROVADO COM RESTRIÇÃO ( )	REPROVADO ( )
NOTA/PARECER			
Aprovada. Fazer correções indicadas pela banca examinadora.			

Para lavrar a presente Ata, eu, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> GABRIELA SILVEIRA ROCHA, Presidente da Banca, encerro a presente ATA, que vai assinada por mim e pelos demais examinadores.

Caetité-BA, 14 de maio de 2025.

*Gabriela Silveira Rocha*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> GABRIELA SILVEIRA ROCHA  
Orientadora/ Docente – PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI

*Glauber Barros Alves Costa*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> GLAUBER BARROS ALVES COSTA  
Examinador Interno – PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI

*Poliana Machado da Silva Moreira*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> POLIANA MACHADO DA SILVA MOREIRA  
Examinadora Externa – SEC- DOM BASÍLIO

*Maria Goreth e Silva Nery*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA GORETH E SILVA NERY  
Convidada – UNEB

*Staela Rodrigues Porto dos Santos*

STAELA RODRIGUES PORTO DOS SANTOS  
Mestranda - PPGELS - UNEB – DCH – Campus VI

*A todos os nordestinos que têm visto a região ser estereotipada em nome da  
progressão capitalista*

*À minha família sertaneja, que deu-me forças para seguir.*

## AGRADECIMENTOS

Eu poderia começar essa fala já agradecendo a todas as pessoas que estiveram envolvidos em meu processo formativo, explicando a importância de cada um deles, mas aí não tem graça, então falarei de uma outra forma. De imediato, já aviso que é um discurso de três páginas e, olhem, que a minha memória tem sido apagada desde a pandemia. Então, a hora de fugir é agora, se não quiserem, faça como eu, puxe uma cadeira, acomode-se e ouça o que ainda tenho para falar.

Certa feita, quando eu tinha por volta de uns oito anos de idade, após sair da minha aula de capoeira, estava eu correndo e brincado em uma praça lá no Distrito de Ceraíma - Guanambi, enquanto meu vovô conversava com uma conhecida. Ela perguntou a ele se eu era realmente inteligente, então, dadzinho, forma carinhosa que eu chamo o homem que me criou, respondeu a ela que eu poderia fazer o que quisesse, até mesmo pilotar um avião. Eu parei, ouvi e sorri. Naquele dia eu entendi que o mundo era meu e eu teria apoio para conquistá-lo.

Porém, eu nasci no interior da Bahia, no Alto Sertão, Região Nordeste, e, por isso, vi muitas mudanças, entre elas as ocasionadas pela falta de chuva no dia de São José e a terra esturricando. Lembro-me das vezes que meus avós acordavam de madrugada para ir buscar água nas fontes distantes, e, em uma dessas, a casa pegou fogo e eu quase morri queimada, mas minha maior preocupação era a minha sandalhinha de patinho que eu estava perdendo para o incêndio. Eu conto essa história outro dia.

Meu avô ficava triste quando essas alterações climáticas aconteciam, ainda que na época não era vista da mesma forma que hoje, e eu, com toda minha sagacidade, queria ajudar, mas nada podia fazer. As experiências marcavam que naquele ano não teria chuva e as lavouras não iriam para a frente, meu avô pensava em largar tudo, nunca mais mexer com roça e, ainda assim, persistia. Tudo que ele ganhava, mesmo que pouco e suado, era sempre revestido para meus estudos. E o que isso tem a ver com o hoje?

Bem, eu sou a primeira da minha família a ingressar no ensino superior, a ter dois diplomas de graduação, três diplomas de Especialização, e agora um de mestrado, porque, como eu disse, esse mundo é meu. Meu avô saiu de casa, pela primeira vez, para me ver brilhar nas minhas duas formaturas, porque ele me deu tudo o que podia e sabia que eu poderia ter mais. Eu voltei para a UNEB e fiz um mestrado em ensino, a profecia do meu avô se cumpriu, eu fiz o que eu quis. E, melhor ainda, em minha pesquisa eu falei de pessoas como ele, como seus familiares, como eu, que deixou sua terra natal e foi em busca de um novo destino.

Na vida nem tudo é sempre fácil, às vezes a gente precisa percorrer o caminho retirante sem saber o que virá, tal qual os nossos antepassados ou, quem sabe, os nossos descendentes. Por isso, eu início os meus agradecimentos pelos meus avós, Levindo e Doralice, por todos os ensinamentos, por me mostrar a porta e deixar eu mesma abri-la. Agradeço à minha mãe, Maxilene, que aqui está presente, por todos os sacrifícios feito às margens do aluvião que um dia foi rio, por pensar primeiro em suas filhas mais velha e mais nova, antes dela mesma. Agradeço à minha irmã, Quédna, por todas as vezes que sentiu a dor junto comigo, ficando ao meu lado. Agradeço ao meu padrasto, Jorge, por procurar a melhor alternativa para mim.

Sou grata, sempre, ao meu primo, Igor Emanuel, por ser a minha vida, o meu bebê do coração, assim como agradeço a sua mãe, minha tia Poliana, por deixar os cuidados de seu filho comigo, acreditando que eu poderia fazer sempre o melhor. Agradeço à minha madrinha de Crisma, Patrícia, por me acompanhar em meu caminho, sempre me ajudando. À minha madrinha de batismo Luciane por torcer por mim. Agradeço aos meus tios Daniela e Fabrício, e seu filho Asafinho por, mesmo longe, estarem sempre comigo. Lembro-me ainda dos meus tios-avôs, Maria e José, por sempre me ligar e falar o quão orgulhosos de mim estão.

Agradeço aos meus amigos, Moniele, Tatiane, Hárllen e Élio, que têm me apoiado, riram, choraram junto comigo durante esses anos por passarem a mesma coisa. Falo, também, de uma pessoa em especial, Erica Fiuza, que no meio do aperto teve a bondade de me emprestar o próprio cartão para eu comprar um novo celular e uma SSD para continuar estudando, além de permitir que seus filhos, Pedro e Mariana, fizessem meus dias mais felizes. Agradeço pelos sorrisos de meus afilhados, Theo e Noan, que me incentivam a ser melhor todos os dias, que entendem que as minhas ausências é a persistência de uma luta por um futuro melhor para eles.

Faço menção e votos de agradecimento, também, aos meus orientandos e amigos, Adilson e Natan, que já ouviram e presenciaram muitos dos meus surtos, gritos e risadas. Pediram a minha ajudam porque quiseram, sempre souberam que eu sou doida. Nas lembranças particulares, trago meus poucos e bons amigos pelos quais tenho grande estima e sabem disso porque sempre faço questão de reforçar a importância deles em minha vida, em especial meu irmão do coração Paulo Felipe. Em minhas memórias afetivas ressalto a importância de boas pessoas que partiram antes de mim, que me deixam saudade e para sempre estão em meus pensamentos até a eternidade, Paulo, Vinicius, Fernando e, agora recente, minha prima Érica que se foi por irresponsabilidade alheia.

Gostaria de acrescentar e estender os meus agradecimentos ao meu novo lar como professora, o Colégio Estadual do Campo de Mutãs, e os meus colegas de trabalho, gestores, coordenação, professores, pessoal de apoio e, claro, meus preciosos anjinhos, os alunos. Nesse

espaço reina a harmonia e empatia, pois a autonomia da equipe escolar é respeitada e todos são tratados com igualdade, conforme deve ser. Ninguém sabe mais ou é melhor do que o outro, afinal nós somos todos da roça e nos orgulhamos de dizer disso. Apreciem o exemplo comprovado da boa educação do campo!

Dentro da universidade, durante os dois anos de mestrado, agradeço a bondade de meus colegas e professores, que sempre me orientaram. Aqui, volto à minha atenção para a professora Gabriela, que em meio às minhas crises de saúdes, sim, crises no plural, quando o meu corpo já não aguentava mais continuar, veio e acalmou o meu desespero, permitindo que eu fizesse minhas coisas de casa, respeitando o meu tempo e a minha recuperação. Eu não me esqueço de suas broncas, bem como não acho que sejam irrelevantes, pelo contrário, mas gosto de lembrar mais de suas excelentes orientações.

A essa banca que aqui se faz presente, professoras doutoras Maria Goreth Nery e Poliana Machado, e o professor doutor Glauber Barros, meus agradecimentos por se disponibilizarem a ler, compreender e avaliar o meu trabalho, pela dedicação e zelo, pelos conhecimentos que me foram compartilhados aqui e na graduação. Agradeço ao PPGELS por pensar no sertanejo nordestino ao lutar para trazer e manter um mestrado no meio do Semiárido, e ao Programa de Bolsa de Pesquisa – PROGPEAQ pelo financiamento que permitiu-me dedicar exclusivamente à minha pesquisa no segundo ano de curso. Encaminhando-se para o fim, agradeço a todos que aqui estão presente, amigos e amores, seja ao vivo ou online, dedicaram esse momento a compartilhar o desfecho dessa história comigo.

Nesse percurso, espero fazer bom uso do meu título, sem me esquecer das minhas origens. Espero conseguir mudar vidas com a educação e o ensino, assim como a minha foi mudada. Peço a Deus que me dê força, coragem e empatia para enxergar no outro aquilo que nem sempre foi enxergado em mim, pois somente a sua graça impedirá ou permitirá que eu continue, já que não foram os meus brônquios fechados, a asma, a imunodeficiência primária, enxaqueca e muito menos a apendicite que me pararam e, assim eu sei que o meu futuro a Ele pertence.

A todos os nordestinos, tenham esperança, clamem, gritem, lutem, exijam que o Estado cumpra com suas funções. Somos uma população de milhões, não podemos regredir para as vidas secas, nem mesmo aceitem dormir em camas de varas e couro ou sermos Baleia e Papagaio sacrificados, sejam resilientes, façamos e deixemos o nosso nome na história. O meu e o seu Nordeste sempre foi, e será, um símbolo nacional, a primeira Região econômica e berço cultural desse país, não deixemos apagar, mascarar ou reduzir a nossa história.

Por favor, nós não somos bichos selvagens, que, na maioria das vezes, são tratados como um grande safari humano, somos mulheres, homens e crianças fortes. Se formos Fabiano ou Sinha Vitória, não tenham vergonha de desejar. Só não deixem ser Meninos Mais Novo e Mais Velho, sem nome e invisíveis socialmente. Eu estive aqui e tenho certeza de que alguém se lembrará de mim, da minha pesquisa, afinal eu sou Staela, a primeira de meu nome e, assim, continuarei defendendo a minha querida e amada Região Nordeste.

*Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala. Arrastaram-se para lá, devagar, sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás (Ramos, 2024, p.7).*

## RESUMO

Este trabalho versa sobre a temática “a literatura para ler e entender o Nordeste agrário brasileiro” a partir do diálogo entre a obra *Vida Secas* (Graciliano Ramos) e os pressupostos teóricos-metodológicos que compõe a Geografia. Para tanto, a investigação científica possui discussões que abordam a respeito da visão estereotipada que se tem da Região Nordeste, o seu potencial econômico e como ensino pode atuar para superar as colocações que o restringe à fome, seca, pobreza e miséria no século XXI. Dessa fora, possui como objetivo alinhar os estudos de Geografia Agrária por meio da obra “*Vidas Secas*” (Graciliano Ramos) para desmistificar o espaço regional do Nordeste. Assim sendo, e intencionando alcançar seu público-alvo, professores de Geografia – educação básica e ensino superior, desde que esses trabalhem com os componentes da área de ensino –, questionou-se: como a obra literária pode ser utilizada para desmitificar o preconceito regional existente no país; e qual/quais Nordeste(s) é/são apresentado(s) pela literatura nacional. Nesse sentido, o texto possui caráter bibliográfico e em sua construção foram utilizadas fontes de registros oriundo de pesquisas anteriores, livros, atlas literários, artigos científicos, dissertações, teses e documentos, sendo essas informações tratadas por meio da análise de conteúdo, que estudou os diálogos e as comunicações enunciadas nas publicações ao longo do espaço-tempo. Como resultados da pesquisa, este trabalho aponta para a importância dos estudos do texto literário para de fato entender o contexto do Nordeste e desmistificar o preconceito regional, voltando-se para o ensino de uma Geografia do Nordeste, abordando o passado e o presente, o mito e o real. Pensando nisso, o Produto Técnico, Tecnológico Educacional apresenta o texto e contexto, figuras e imagens alinhando os estudos de Geografia Agrária com a Literatura da obra “*Vidas Secas*”, demonstrando caminhos a serem seguidos para essa interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Região Nordeste; Região; Preconceito regional; Geografia; Literatura.

## ABSTRACT

This thesis deals with the topic "Literature for reading and understanding the Brazilian agrarian Northeast" based on the dialogue between the work *Vida Secas* (Graciliano Ramos) and the theoretical-methodological assumptions that make up geography. To this end, the scientific research has discussions that address the stereotypical view of the Northeast region, its economic potential and how teaching can act to overcome the attitudes that limit it to hunger, drought, poverty and misery in the 21st century. The aim of this study is to align agrarian geography studies with the work "*Vidas Secas*" (Graciliano Ramos) in order to demystify the regional space of the Northeast. As such, and with the intention of reaching its target audience, geography teachers - basic and higher education, as long as they work with the components of the teaching field - we asked ourselves: how can the literary work be used to demystify the regional prejudice that exists in the country; and which Northeast(s) is/are represented by national literature. In this sense, the text is bibliographical in nature and its construction used sources of records from previous research, books, literary atlases, scientific articles, dissertations, theses and documents, and this information was treated through content analysis, which studied the dialogues and communications enunciated in publications over space-time. As a result of the research, this paper points to the importance of literary text studies to truly understand the context of the Northeast and demystify regional prejudice, turning to the teaching of a geography of the Northeast that addresses the past and the present, the myth and the real. With this in mind, the Technical, Technological Educational Product presents the text and context, figures and images, aligning the studies of Agrarian Geography with the Literature of the work "*Vidas Secas*", demonstrating paths to be followed for this interdisciplinarity.

Keywords: Northeast; Region; Regional Prejudice; Geography; Literature.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AU	Aglomerções Urbanas
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CECS	Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido
DCH	Departamento de Ciências Humanas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPGELS	Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTTE	Produto Técnico Tecnológico Educacional
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento
RM	Regiões Metropolitanas
SECULTBA	Secretaria de Cultura da Bahia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TI	Território de Identidade
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas do Produto Educacional.....	21
Figura 2 – Região Nordeste do Brasil.....	24
Figura 3 – Sub-regiões do Nordeste.....	30
Figura 4 – Polígono das secas.....	36
Figura 5 – Regiões Metropolitanas do Brasil.....	42
Figura 6 – Exploração da mão de obra escravizada no cultivo da cana-de-açúcar.....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Situando as categorias na pesquisa.....	16
Quadro 2 – Divisão dos períodos de secas no Nordeste.....	34
Quadro 3 – Organização da obra Vidas Secas (Graciliano Ramos) .....	53
Quadro 4 – O contexto da vida de Graciliano Ramos.....	55
Quadro 5 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Região.....	61
Quadro 6 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Nordeste.....	62
Quadro 7 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Pobreza.....	62
Quadro 8 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Preconceito.....	63
Quadro 9 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Literatura.....	65
Quadro 10 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Espaço Agrário.....	65
Quadro 11 – Enfoques acerca das secas na Região Nordeste.....	73
Quadro 12 – O texto literário das Vidas Secas e o Ensino de Geografia.....	94

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Estados situados no Polígono das Secas.....	36
Tabela 2 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (2022) .....	43
Tabela 3 – Principais produtos agrícolas no Nordeste – 2021.....	49

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. GEOGRAFIA AGRÁRIA E LITERATURA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E ESTEREOTIPADAS A RESPEITO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 A Invenção do Nordeste.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 A pobreza e o preconceito regional nordestinos.....</b>	<b>37</b>
<b>2.3 O espaço agrário nordestino.....</b>	<b>43</b>
<b>2.4 O Nordeste pela literatura brasileira.....</b>	<b>50</b>
<b>3. AS VOZES ESCRITAS DAS SECAS: O TEXTO E O CONTEXTO LITERÁRIO DA REGIÃO NORDESTE.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 O pensamento geográfico e o progresso modernista no Brasil.....</b>	<b>74</b>
<b>3.2 A região no pensamento geográfico.....</b>	<b>75</b>
<b>3.3 O Brasil e o pensamento literário no contexto da obra “vidas secas” .....</b>	<b>81</b>
<b>4. O ENSINO DE GEOGRAFIA.....</b>	<b>86</b>
<b>4.1 A região e o ensino de geografia.....</b>	<b>87</b>
<b>4.2 O ensino da Geografia do Nordeste.....</b>	<b>90</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A história do pensamento geográfico remonta ao período da Antiguidade Clássica com os gregos, pois esses buscavam compreender a medição de espaços e a descrição dos lugares. Todavia, na contemporaneidade, possui caráter científico e acadêmico, visto que sua sistematização só ocorre de fato no século XIX com Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), dois autores prussianos considerados os pais da Geografia, ambos membros da alta aristocracia alemã. As suas obras remontam àquilo que é chamado de Tradicional, nas quais todos os trabalhos posteriores retornam às suas formulações, seja para aceitá-las ou refutá-las (Moraes, 2007). Em vista disso, há muitas discussões que buscam firmar uma unicidade conceitual para a Geografia que, embora pareça simples, é alvo de muito debate.

Moraes (2007) explica que alguns autores a definem como o estudo da superfície terrestre, pautando-se em seu significado etimológico, uma concepção bastante usual e, também, a mais vaga, uma vez que essa é algo dinâmico e não pode ser restringido a apenas uma ciência. Entretanto, há outras defesas para que seja entendida como o estudo das paisagens, atentando-se aos aspectos visíveis do real, bem como pode ser concebida como a análise individual dos lugares, as formas de Região. Para além disso, há pesquisadores que a veem como o estudo da diferenciação de áreas e as interrelações dos fenômenos, ou até mesmo como a ideia de investigação do espaço, entretanto, a interpretação mais ampla é quando busca-se compreender as relações entre a sociedade e a natureza com o seu objeto, o espaço geográfico.

Todas essas acepções fazem parte do pensamento geográfico, contribuindo para a sua construção enquanto ciência e disciplina escolar. Nesse cenário não há conceitos certos ou errados, apenas momentos históricos específicos que permitiram interpretações diferenciadas, tecidas de acordo com as experiências vivenciadas. A Geografia pertence a uma esfera de percepções visuais, mas também é palpável, onde subdivide-se nas áreas humana e física<sup>1</sup>, tais como os estudos urbanos, agrários, hidrográficos e geomorfológicos, bem como relaciona-se com outros campos do conhecimento científico como, por exemplo, a Literatura, pertencente às linguagens humanas.

Nesse sentido, este trabalho versa sobre a temática “a literatura para ler e entender o Nordeste agrário brasileiro” a partir do diálogo entre a obra “Vidas Secas” (Graciliano Ramos)

---

<sup>1</sup> Como um reflexo para o seu entendimento enquanto campo do conhecimento científico, imersa em meio à lógica positivista, a Geografia, desde o século XVI, foi fragmentada nas áreas de Humana e Física, condição essa vista também em outras ciências, porém, essa dicotomia acaba por negá-la, uma vez que o seu estudo pauta-se nas relações existentes entre sociedade-natureza, necessitando que haja a superação para o retorno da ciência Geografia (Alves; Avelar, 2021).

e os pressupostos teórico-metodológicos que compõe a Geografia. Para tanto, o estudo possui como objeto de pesquisa a região Nordeste do Brasil, analisando e discutindo três das suas quatro sub-regiões<sup>2</sup>, Agreste, Sertão e Zona da Mata a fim de mapear as potencialidades da região Nordeste. A partir do objeto de pesquisa, foram identificadas seis categorias e três subcategorias que discutirão a problemática, a saber: Região; Nordeste (Agreste, Sertão e Zona da Mata); Pobreza; Preconceito; Espaço agrário; e Literatura. Essas são situadas na pesquisa conforme descrito no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Situando as categorias na pesquisa

CATEGORIA	COMO A CATEGORIA É PENSADA	COMO A CATEGORIA É PENSADA NA PESQUISA
REGIÃO	<p>A palavra região torna os geógrafos prisioneiros de um problema complexo, pois tem sentidos variados. É uma palavra de uso corrente e, como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por metáforas, a exemplo da expressão “região que trabalha”. Uma outra dificuldade decorre do fato de a palavra região assumir, frequentemente, um caráter ideológico, na medida que serve de referência para a construção de mistificações geográficas, tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política (Lencioni, 2005, p. 187).</p>	<p>As vertentes de região para compreender os processos históricos do Nordeste Agrário Brasileiro dentro das obras literárias, bem como do marco temporal 2000-2020.</p>
	<p>O termo <i>região</i> não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de <i>diferenciação de área</i>, quer dizer, à aceitação da ideia<sup>3</sup> de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. A utilização do termo entre os geógrafos, no entanto, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo. Queremos dizer que há diferentes conceituações de região. Cada uma delas tem um significado próprio e se insere dentro de uma das correntes do pensamento geográfico. [...] Primeiramente, achamos que a região deve ser vista como um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região. Em segundo lugar, queremos deixar claro que todos os conceitos de região podem ser</p>	

<sup>2</sup> Além dessas sub-regiões, há também o Meio Norte, porém, pela sua distância, características específicas e por não fazer parte do percurso dos retirantes em “Vidas Secas” não o abordaremos tal como o Agreste, Sertão e Zona da Mata.

<sup>3</sup> A palavra, em todas as suas aparições nesse trabalho, foi atualizada para a escrita normativa do atual acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

	utilizados pelos geógrafos. Afinal todos eles são meios para se conhecer a realidade, quer num aspecto espacial específico, quer numa dimensão totalizante: no entanto, é necessário que explicitemos o que estamos querendo e tenhamos um quadro territorial adequado aos nossos propósitos (Corrêa, 2007).	
<b>NORDESTE</b>	Nordeste ocupa uma historiografia que varia bastante. De acordo com a conjuntura política e econômica, alguns aspectos ganham destaques e outros se tornam esquecidos. De um lado há a mística dos cangaceiros enfurecidos e coronéis sem escrúpulos que dão força à imagem de atraso e incapacidade de progresso da região, por outro tem uma emergência de novas elites industriais e empresariais que indica uma sociedade moderna e urbanizada. Nesse sentido, falar de Nordeste é bem mais que indicar pontos cardeais no mapa, é um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e existir historicamente, com características próprias que o configura como espaço cultural peculiar (Neves, 2012).	Análise regional do Nordeste agrário brasileiro.
<b>POBREZA</b>	A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (Barros; Henriques; Mendonça, 2000, p. 124).	Característica regional estereotipada, baseada em um contexto histórico incompleto.
<b>PRECONCEITO</b>	Na psicologia social, o preconceito é considerado um conjunto de atitudes, positivas ou negativas, com relação à indivíduos ou grupos de indivíduos; estereótipos, por outro lado, são classificados como crenças a respeito de um grupo de pessoas. Para tal abordagem, as atitudes informam eventos privados dos indivíduos, ou seja, funcionam como fatos sobre determinado fenômeno (Mizael; Rose, 2017).	Estereótipo regional de seca, fome e pobreza.

<b>ESPAÇO AGRÁRIO</b>	<p>“Agrário não é sinônimo de rural. A Geografia Rural é a geografia do campo”. O geógrafo francês Max Derruau salienta a diferença, lembrando que nem tudo que está no campo pertence diretamente ao trabalho com a terra. Existem elementos, atividades e pessoas que só indiretamente interessam a Geografia Agrária. [...] Conclui o autor francês que: estudar o espaço rural é estender a interdependência destes elementos influenciados pelas condições locais e mundiais (Fontoura, 2012, p. 261).</p>	Objeto de estudos da Geografia Agrária.
	<p>O espaço agrário brasileiro, como qualquer “subespaço”, é constituído por materialidades (que dão forma ao espaço) e imaterialidades (que dão sentido às formas do espaço). Sendo assim, o espaço agrário diz respeito a todas as dinâmicas, sociais e naturais, materiais e imateriais, que ocorrem no meio rural (Cogueto, 2018, p. 80).</p>	
<b>LITERATURA</b>	<p>A literatura em consórcio com a ciência geográfica permite a superação da estruturação da sociedade pela maleabilidade da imaginação, porém não se trata de nulidade dos postulados científicos, pois os mesmos são inseridos e extraídos da relação dialética ficção-realidade cuja permite a verificação da origem da obra literária e sua correspondência real com o cotidiano dos estudantes (Silva; Barbosa, 2014, p. 81).</p>	A Literatura alinhada à Geografia, permitindo uma análise histórica e social do contexto regional do Nordeste agrário brasileiro.
	<p>É fundamental a construção metodológica para o processo ensino-aprendizagem sem abdicar dos processos históricos, geográficos e ficcionais dialeticamente presentes nos sujeitos, pois os mesmos desenvolverão capacidades avaliativas para compreenderem suas condições ontológicas (Silva; Barbosa, 2014, p. 84).</p>	

Fonte: Dados da pesquisa.  
Elaboração: Santos, 2025.

Para versar essa pesquisa, questionou-se: como a obra literária pode ser utilizada para desmitificar o preconceito regional existente no país; e qual/quais Nordeste(s) é/são apresentado(s) pela literatura nacional. Tais perguntas foram estruturadas após observar que a Literatura pode conter um caráter político e ideológico, onde são elencados elementos maleáveis tanto pelo autor quanto pelo leitor. Isto é, houve um período em que uma série de livros foram escritos e publicados caracterizando a região Nordeste, entretanto, muitas vezes, os seus produtores pouco ou nada a conheciam, levando estudiosos a viajarem por ela curiosos para entendê-la, resultando em excursões frustradas por não encontrarem o que procuravam. Exemplificando essa perspectiva, Albuquerque Jr (2011) diz que as narrativas dessas viagens

parecem, às vezes, sem sentido e cheias de contradições entre o visto e o previsto, e autores surpreendidos por não encontrar as paisagens de Euclides da Cunha<sup>4</sup>.

Desse modo, a pesquisa possui como público-alvo os professores de Geografia (educação básica e ensino superior), visto que atuam diariamente no processo formativo de cidadãos críticos para que possam observar a dinâmica social do espaço geográfico. Assim sendo, torna-se uma produção relevante para a manutenção da prática docente desses sujeitos, pois poderão inserir uma nova ferramenta metodológica em suas aulas ao associar Literatura e Geografia, além de guiar os estudos regionais do Nordeste a partir de um paradigma desmistificador. Para que esse grupo específico de pessoas seja alcançado, objetivou-se com esse trabalho alinhar os estudos de Geografia Agrária através da obra “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) para desmistificar o espaço regional do Nordeste.

Para alcançar esse propósito, buscou-se discutir as conceituações de região; entender o texto e o contexto da obra literária “Vidas Secas” (Graciliano Ramos), relacionando-a com o pensamento regional das sub-regiões Agreste, Zona da Mata e Sertão; aprender as sub-regiões nordestinas Agreste, Zona da Mata e Sertão pela literatura da obra “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) de modo a desmistificar o Nordeste como restrito à seca e ao atraso, passado e presente. Por fim, considerando essas especificidades, objetivou-se alinhar essa discussão ao ensino de Geografia do Nordeste.

A escolha do tema está relacionada à localização do Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS<sup>5</sup> no interior do Sertão do Estado da Bahia, que tem sido, ainda que timidamente, um modelo para a área de Ensino e desenvolvimento de pesquisas, assim como traça um caminho de resistência ao demonstrar cientificamente que a região Nordeste não está restrita à seca e atraso pela qual é conhecida. Quanto à obra “Vidas Secas” (Graciliano Ramos), justifica-se por tratar de um romance da década de 1930 que retrata um contexto específico do Nordeste do Brasil, o qual aborda o desprezo social para com a população retirante dessa região. Para além disso, tornou-se uma referência de leitura para a educação básica, bem como para as provas de vestibulares em todo o país.

---

<sup>4</sup> Euclides da Cunha foi um escritor e jornalista brasileiro, nascido e criado no estado do Rio de Janeiro. Escritor de muitas obras, entre elas o livro “Os Sertões”, publicado em 1902 e que narra a Guerra de Canudos (1896-1897) ocorrida no interior da Bahia. Na obra, o autor caracteriza os elementos físicos do Sertão, sub-região do Nordeste, falando, inclusive, da seca, porém, muitos leitores consideraram que esse era um panorama absoluto de toda a Região, tomando-o como verdade para estereotipá-la.

<sup>5</sup> O PPGELS da Universidade do Estado da Bahia (UNEB, *Campus VI*) está situado no município de Caetité – BA, que pertence ao Território de Identidade (TI) 13 – Sertão Produtivo, um recorte regional feito pela Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA), em 2007, utilizando do conceito de território para delimitá-los. Ao todo, são 27 Tis, demarcados a partir de critérios ambientais, econômicos e culturais, observando as populações como grupos sociais relevantes e distintos. Esse recorte demonstra que nem dentro de um mesmo estado há homogeneidade.

Diante disso, essa é uma pesquisa de cunho qualitativo, que, em conformidade com Bogdan e Biklen (1994), preocupa-se com o contexto que está sendo analisado, questionando-se sob que circunstâncias históricas os dados investigados foram elaborados, como é o caso da obra literária anteriormente elencada. Por essa razão, as informações por ela obtidas são descritas em palavras, quadros e/ou imagem, respeitando a forma como foram registradas. Sendo assim, possui, também, viés exploratório e explicativo, buscando investigar as manifestações do objeto de pesquisa, identificando e interpretando suas causas e ocorrências (Severino, 2013).

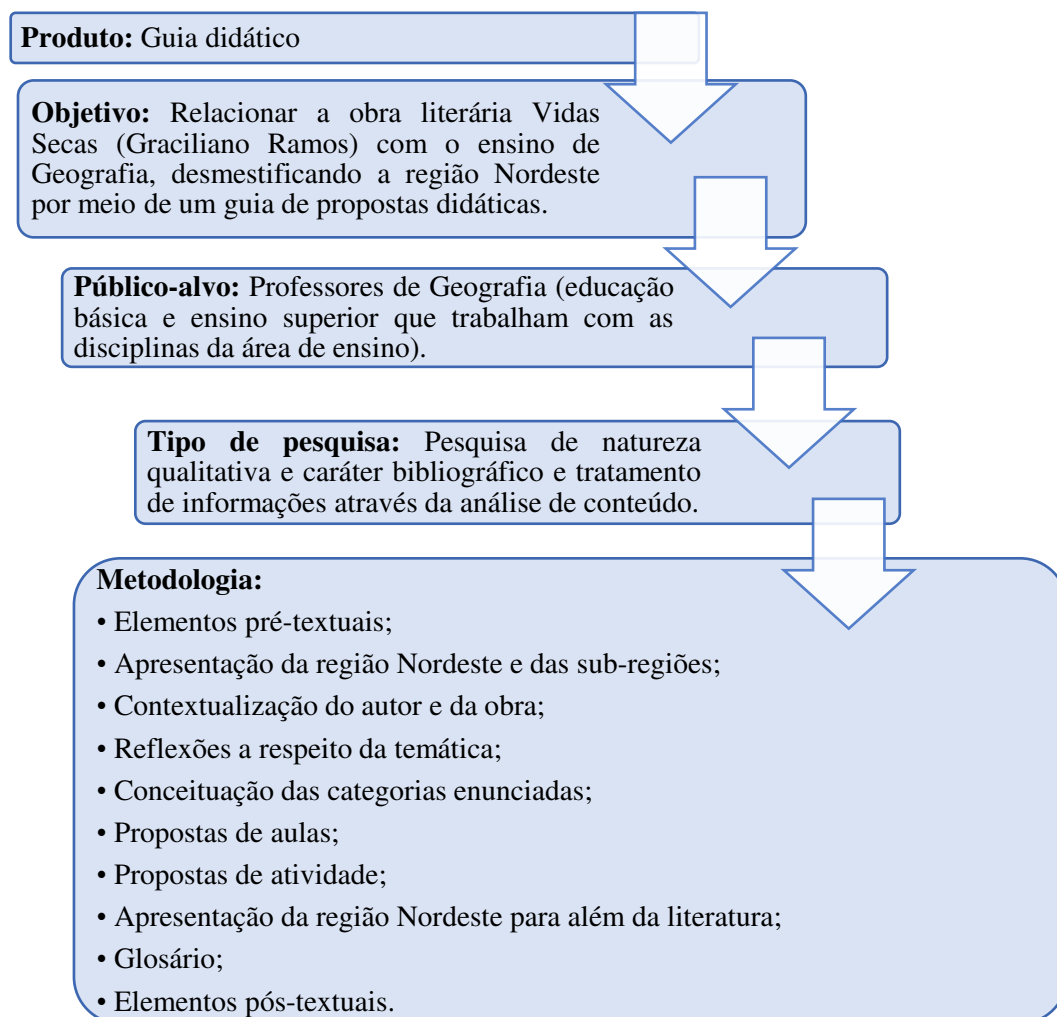
No que se refere à base de investigação, é de caráter bibliográfico, no qual, de acordo com Severino (2013), são utilizados como fonte os registros já disponíveis oriundos de pesquisas anteriores em livros, atlas literários, artigos científicos, dissertações, teses e documentos que discutem sobre o objeto e categorias enumerados. Por fim, após a seleção dos materiais, esses foram tratados a partir da análise de conteúdo, que estudou os diálogos e as comunicações enunciadas nos textos ao longo do espaço-tempo. Trata-se, portanto, de um estudo do texto literário, do contexto do Nordeste e desmistificar o preconceito regional, onde ambos abordam respectivamente o passado e o presente, o mito e o real.

Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir das definições de região, abrangendo a construção imagética do Nordeste e ligando-as à Literatura. Diante disso, está estruturada em três capítulos, seguindo o modelo tradicional de dissertação, na qual todas partes estão relacionadas à obra “Vidas Secas”. O primeiro capítulo é de caráter teórico, onde estão alinhadas as categorias de análise à temática, teorizando-as. Nele é possível visualizar aspectos regionais do Nordeste brasileiro. O segundo aborda perspectivas literárias da narrativa, associando-a à região em estudo. O terceiro, por sua vez, conecta “Vidas Secas” ao ensino de Geografia, demonstrando conteúdos escolares que podem dialogar com a literatura.

No que concerne à Literatura, a obra “Vidas Secas” foi utilizada para desmitificar o cenário de um Nordeste restrito à influência da seca e fome, associando a narrativa de Graciliano Ramos com o perfil econômico observado através de dados estatísticos entre os anos de 2000 e 2020. Dessa maneira, buscou-se, inicialmente, no livro, momentos em que os personagens personificam a paisagem nordestina, as consequências do período em que estão vivenciando, as demandas do espaço agrário e as apreensões da pobreza e preconceito. Em seguida, o conteúdo dessas informações foi analisado para que, então, os elementos obtidos sobre as duas décadas fossem colocados contrapondo o imagético da região, apresentando-a como dinâmica e em desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa assume relevância para o ensino de Geografia ao abordar os conceitos fundadores da disciplina e ao promover uma análise crítica e contextualizada da realidade socioeconômica da região Nordeste. Tal abordagem não apenas amplia a compreensão do espaço geográfico, mas também potencializa discussões fundamentais no campo da Geografia Agrária, ao articular território, identidade, desigualdades e produção do espaço. Com esse intuito, o Produto Técnico, Tecnológico e Educacional desenvolvido apresenta uma proposta didática que integra texto, contexto, imagens e representações visuais, promovendo o diálogo entre os conteúdos da Geografia e os elementos literários da obra “Vidas Secas”. Trata-se de uma proposta que fortalece o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo uma leitura crítica da realidade nordestina a partir da interdisciplinaridade, como sintetizado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Etapas do Produto Educacional



Com base em todo o percurso trilhado até aqui, compreende-se que a Geografia, enquanto ciência dinâmica e plural, encontra na Literatura um caminho metodológico potente para romper com os estigmas que ainda hoje marcam o imaginário social acerca do Nordeste brasileiro. Ao articular os fundamentos do pensamento geográfico às possibilidades interpretativas da obra “Vidas Secas”, essa pesquisa reafirma a importância de abordagens interdisciplinares no ensino, sobretudo ao pensar a região como uma construção histórica, cultural e política. A análise das sub-regiões Agreste, Sertão e Zona da Mata, com base nas categorias propostas, permite vislumbrar um Nordeste múltiplo, que vai além da escassez e da miséria atribuídas a ele ao longo da história.

Essa compreensão crítica e desmistificadora do espaço regional abre caminhos para os capítulos seguintes, os quais se debruçam sobre a narrativa de Graciliano Ramos. Neles, é possível observar como os personagens e paisagens de “Vidas Secas” traduzem, simbolicamente, as contradições sociais, econômicas e ambientais do Nordeste agrário, funcionando como espelho e denúncia de um território ainda marcado por desigualdades, mas também por resistências e potencialidades. Assim, os capítulos que seguem visam aprofundar essa interlocução entre texto literário e espaço geográfico, permitindo ao leitor refletir sobre o poder da ficção como instrumento de leitura e transformação da realidade.

## **2. GEOGRAFIA AGRÁRIA E LITERATURA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E ESTEREOTIPADAS A RESPEITO DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL**

Para entender o Nordeste brasileiro é necessário considerá-lo como uma região, essa que deriva do termo em latim *regio*, referindo-se à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano. Trata-se, pois, de uma representação administrativa de determinada área do território, onde tal termo possui raiz no verbo *regere* (governar), atribuindo à região uma concepção original com conotação eminentemente política. Nesse aspecto, passou a fazer parte da linguagem cotidiana, mas ainda é um conceito-chave para a Geografia, bem como tem sido empregada pelos cientistas sociais nas abordagens da dimensão espacial (Corrêa, 1995). Conforme Lacoste (2012), seria mais eficaz tomar a região como essa forma espacial de organização política, porque os geógrafos acreditam que ela seja um dado eterno, utilizando-a para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, sejam eles topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais.

Segundo Gomes (2000), corroborando inicialmente com Corrêa (1995) e Lacoste (2012), o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, organização cultural e da diversidade espacial. Pelo olhar do senso comum, está relacionada aos princípios de localização e extensão, já que pode ser associada à ocorrência de algum fato ou fenômeno, referenciando, também, limites habituais atribuídos a essa diversidade espacial. Nessa perspectiva, região possuiu um outro sentido, o de unidade administrativa, o qual exerce hierarquia e controle sobre a gerência dos Estados (Gomes, 2000). Todas essas características atuam na personificação do Nordeste, visto que influencia a condução de nove estados brasileiros (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão), além de ser conhecida como “a região pobre” por causa de suas condições climáticas, ressignificando as concepções do senso comum.

Figura 2 – Região Nordeste do Brasil



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Fonte: IBGE.

Diante desses aspectos, é possível alinhar os estudos do Nordeste à noção de Região Natural, dado que essa vertente nasce da ideia do domínio que o ambiente tem sobre o desenvolvimento da sociedade e do comportamento humano. O período colonial (1500-1822) espelha isso, já que as terras nordestinas eram utilizadas quase exclusivamente para o cultivo da cana-de-açúcar (1530-1700). Após os nutrientes do solo se esgotarem, a elite agrária se viu obrigada a ir em busca de outras atividades, demonstrando que as influências naturais somente ocorrem sobre o social quando há reação ao efeito da ação humana. A Região de Vivência, por outro ângulo, é mais uma forma de ver o Nordeste que, de acordo com Fonseca (1999), procura identificar os indivíduos, classes e lugares, valorizando-a subjetivamente. Por esse caminho, região é onde o homem está integrado e ambientado, expressando seus desejos, aspirações, afeições e emitindo juízos, resultando de múltiplos processos psicológicos (Fonseca, 1999).

Ao analisar a história do Nordeste, pode-se entendê-lo como uma Região de Capital e, posteriormente, Poder. Como um espaço de secas periódicas intensificadas pelas desigualdades sociais, Fonseca (1999) fala que possui clivagens socioeconômicas materializadas devido à dinâmica da acumulação capitalista, resultante de uma associação de relações de produção distintas. Quanto ao Poder, é um privilégio para a postura política, expressa por agentes individuais e coletivos, que interferem na Região ao mesmo tempo que são influenciados por ela. Esse possui várias faces e variedades que são executadas pelos atores sociais, existentes no lugar onde se encontra a Região, suas contradições, articulações entre os níveis territoriais e mosaicos expressos a partir dessas relações (Fonseca, 1999).

Nesse sentido, torna-se importante a forma pela qual Lencioni (2005) trata a palavra Região, levando ao entendimento de ser um problema complexo, representado, muitas vezes, por metáforas ou como ideologias.

A palavra região torna os geógrafos prisioneiros de um problema complexo, pois tem sentidos variados. É uma palavra de uso corrente e, como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por metáforas, a exemplo da expressão 'região que trabalha'. Uma outra dificuldade decorre do fato de a palavra região assumir, frequentemente, um caráter ideológico, na medida que serve de referência para a construção de mistificações geográficas, tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política (Lencioni, 2005, p. 187).

Por isso, Midlej e Fialho (2005, p. 179) abordam que a região não pode ser considerada como uma área isolada, porque sofre relação de dominação com as instâncias superiores nos planos financeiros e políticos, uma vez que no administrativo se constitui como um nível intermediário entre o poder central e os organismos locais. “Ela é o quadro territorial onde se aplicam as decisões dos planos de ação.” Portanto, de acordo com Anete Pereira (2004), é

indispensável frisar as três formas pelas quais Anne Gilbert compreendeu e discutiu, após 1970, como se dá a região a partir das respostas aos problemas capitalistas, respaldando-se na economia política.

Sua primeira formulação baseia-se nos diferentes padrões de acumulação, nas desigualdades do desenvolvimento espacial e nos processos de reprodução do capital e ideológicos. Em segundo lugar, a autora, apoiando-se na Geografia Humanista, coloca a região como um foco de identificação real, concreta e fruto de vivências dos grupos sociais. Por fim, a visualiza como política de realidade, versando a ideia de que a dominação e o poder constituem fatores fundamentais da diferenciação de áreas, abordando a região como um meio para interações sociais.

Através da percepção de Pozenato (2003), a definição de região possui um grau de espaço natural, com fronteiras naturais, sendo antes de tudo um espaço construído por uma decisão, seja política ou de ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências. Explica que, com exceção da Geografia, as ciências colocam o espaço físico para um segundo plano para privilegiar as relações do tipo humana ou social, dentro de suas perspectivas de observação. Elucida ainda que a Geografia trata a região como um espaço delimitado por fronteiras que, mesmo não podendo ser muitas vezes nitidamente definidas com uma linha demarcatória, funcionam no plano simbólico como um traço de separação e, pois, de exclusão: a região é algo fechado dentro de fronteiras.

Peruzzo e Volpato (2009), pautando-se na Enciclopédia Einaudi (1986), interpretam que o conceito de região é impreciso e complexo, porque pode ser aplicado para referir-se a uma fração do estado ou de uma nação, tais como os seus agrupamentos, com características próximas de economia, política ou cultural, e pelas situações geográficas. Os autores discorrem que a região está envolta em muitas ambiguidades e subjetividades, porém, não se baseia apenas na Geografia, mas na intercessão entre as ciências, uma vez que está ligado à noção de diferenciação de áreas. Se apega às delimitações físicas, mas não se limita a elas. Essas relações são históricas e transitórias, se modificando no contexto das inter-relações.

Isto posto, considerando que região é uma das categorias básicas da Geografia, pode-se entender que ela é indispensável para concebê-la enquanto ciência. Para tanto, abrange limites físicos e naturais, delimitadores de determinada área espacial e territorial. Porém, região é também uma manifestação de cultura e identidade, pois revela características próprias de um povo que tem se construído historicamente em sociedade, alcançando diferentes níveis de desenvolvimento. De acordo com Bezzi (2002), região é, também, uma construção mental que,

a partir da visão seletiva da realidade, reúne elementos de forma intersubjetiva, criando um código próprio para guiar as decisões e comportamentos.

Os elementos são oriundos de uma realidade objetiva, porém os critérios que os unem, ou selecionam, são estabelecidos em uma base comum de subjetividade. Há diferenças individuais nessa escolha e interpretação da realidade, mas que estão, em sua maior parte, submetidas a uma subjetividade que ultrapassa o pessoal e encontra coerência e força no coletivo. Dessa forma, a cultura é a chave necessária para interpretar esse espaço intersubjetivo (Bezzi, 2022, p. 07).

Diante disso, região não é um conceito neutro e necessariamente particular do estudo geográfico, longe disso, visto que assume concepções ideológicas e políticas ora voltadas para as ideias de método científico, ora como uma dinâmica de poder e capital. Assim sendo, a região Nordeste engloba essas acepções ao se encontrar frente às diferentes versões que se tem sobre ela.

## 2.1 A INVENÇÃO DO NORDESTE

Pensar em região Nordeste é confrontar-se com duas distintas versões, uma é marcada pela beleza das paisagens turísticas e a outra é uma resposta climática, projetada pela seca, fome e pobreza. Todavia, esses elementos não a limitam, pois não são delimitadores exclusivos para a sua caracterização. Conforme Andrade (2005), trata-se de uma das regiões geográficas mais discutidas ao mesmo tempo em que é a menos conhecida em todo o país, uma vez que seus limites e extensões não são estabelecidos razoavelmente pela natureza, impossibilitando, exceto em alguns casos, mudanças bruscas em sua forma mais visível, a paisagem. Desse modo, dentro de uma concepção estereotipada, o Nordeste não possui aspectos atrativos para maiores estudos.

Segundo Albuquerque Jr. (2011), há algo em comum entre os discursos que rotulam o Nordeste: eles são sempre assertivos, repetitivos, arrogantes, donos de uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. Por essa razão, “o estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que a multiplicidade e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo” (Albuquerque Jr., 2011, p. 30). A partir disso, surge a busca por uma explicação para toda essa exaltação e rancor do menosprezo encontrado para com o nordestino. De onde vêm essas afirmações de um povo derrotado e faminto?

Essa construção do Nordeste está associada às relações de poder e de saber, nas quais inventam-se imagens através das forças que as constituem. Foram inventadas pela elite agrária e industrial do Brasil que lucra com a exploração do trabalho nordestino. Para superá-las, não basta apenas dizer o que é falacioso ou autêntico. Faz-se necessário passar pela procura dessas relações que produziram o imagético imaginário Nordeste e nordestinos, visto que tanto o discriminado quanto o discriminador são produtos de efeito da verdade, emersos de uma luta que demonstra seus rastros (Albuquerque Jr., 2011).

Compreende-se, nesse sentido, que não é somente uma região geográfica estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para demarcar o início e o fim de um território, até porque essa não é uma tarefa tão simples e fácil, pois possui caráter científico pautado por interesses acadêmicos, necessidades de planejamento e gestão, bem como estão relacionadas aos contextos políticos-institucionais observados ao longo do século XX (IBGE, 2017).

Bernardes (2007), por sua vez, aborda a cristalização de imagens culturais, sociais e econômicas do Nordeste. Assim, em primeiro plano, têm-se as manifestações da cultura popular como, por exemplo, o maracatu, frevo, literatura de cordéis e xilogravuras, que de certa forma são condizentes com a realidade. Entretanto, no que diz respeito ao social, as imagens são ligadas ao coronelismo e ao cangaço, situadas em um período arcaico e pré-capitalismo, confundindo com o atraso das relações sociais e nas formas do exercício de poder. “[...] Uma região que conheceu um outro *ritmo histórico* e, portanto, conservou formas e estruturas das relações sociais e da dominação política que, em outras áreas, já teriam desaparecido, ou mesmo, nunca teriam tido vigência” (Bernardes, 2007, p. 42, grifo do autor). Por fim, na economia, há o tradicionalismo agrário-pastoril e a industrialização da agricultura voltada para a exportação.

Bernardes (2007, p. 42) escreve que esse cenário

podem ser também *estereótipos*, fazem parte do complexo jogo das *identidades*, construídas numa teia de relações entre os de *fora* e os de *dentro* da região. Identidades que são, também, peças fundamentais na afirmação de interesses políticos, econômicos e de reconhecimento cultural. Podem ter, tais *identidades*, aspectos positivos ou negativos.

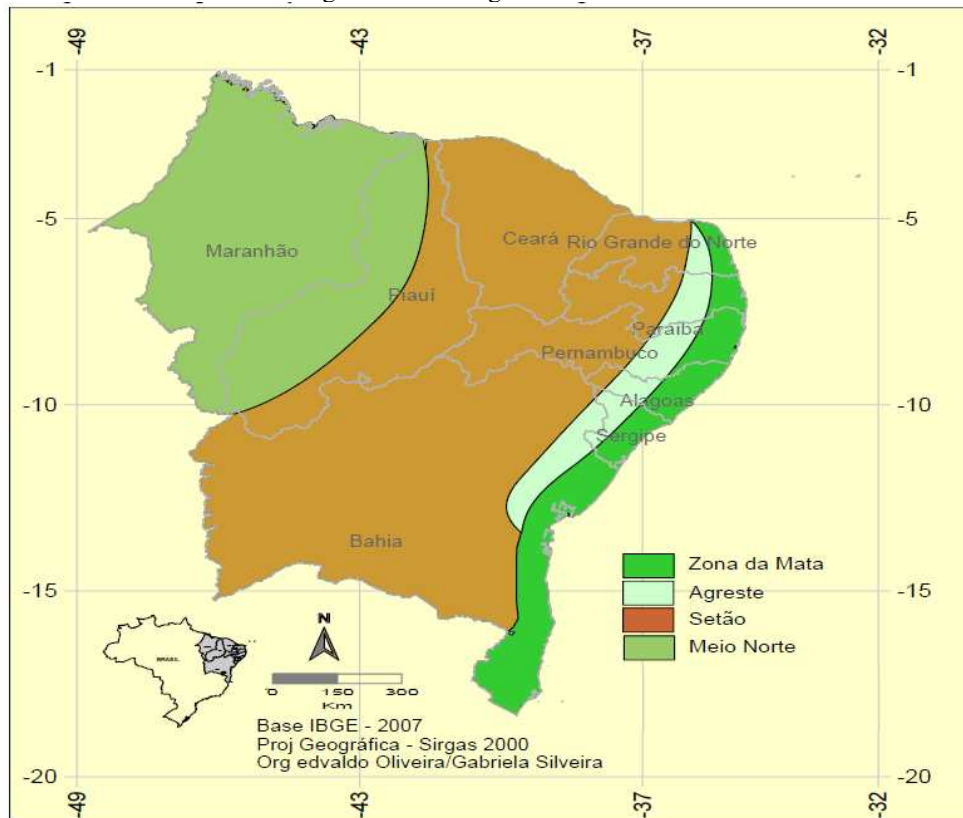
Nesse viés, Neves (2012) explana que o lugar que o Nordeste ocupa na historiografia brasileira tem se alterado. De acordo com a conjuntura política e econômica, alguns aspectos podem ganhar destaques oportunos, enquanto tantos outros são periodicamente esquecidos. Por isso, em conformidade com Bernardes (2007), de um lado está a mística dos cangaceiros

enfurecidos e os coronéis sem escrúpulos, que reforçam a imagem do atraso e incapacidade progressista, do outro há a emergência de novas elites industriais e empresariais, que indicam uma sociedade urbanizada e moderna capaz de acompanhar o desenvolvimento brasileiro.

Pelo olhar científico, o Nordeste marcado pelos estereótipos encontra-se dentro das duas Geografias discutidas por Lacoste (2012), uma pertencente aos Estados-maiores e outra aos professores. A primeira apoia-se nas representações cartográficas e de conhecimentos variados do espaço, percebidos estrategicamente pelas minorias que a utilizarão como um instrumento de poder. Em contrapartida, a segunda é um discurso ideológico que serve para mascarar a sua verdadeira função de pensar e raciocinar o espaço. “[...] Ela dissimula, aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais” (Lacoste, 2012, p. 31). Conceber a região Nordeste como base no preconceito regional é reforçar uma manipulação social em torno de seu espaço, desconsiderando o seu potencial identitário. Nessa perspectiva, surge um novo questionamento: o que é de fato a região Nordeste? Isto é, quais são as suas reais características?

Andrade (2005) explica que ela se estende por uma área de 1.542.000 km<sup>2</sup>, sobressaindo os quesitos físicos, estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia; o meio biológico, vegetação e fauna; e as organizações humanas, que dão origem às paisagens naturais e culturais. Dentre esses aspectos, o que mais marca a região é o clima e o seu regime pluvial que mal distribui as chuvas, surgindo, então, a subdivisão regional da Zona da Mata, quente e úmida, com estações bem definidas de chuva e seca; Sertão, quente e seco; Agreste, zona de transição com trechos quase tão úmidos quanto os da Mata e outros secos como no Sertão; e o Meio Norte, ligado ao extrativismo e à pecuária. As sub-regiões do Nordeste estão ilustradas na figura 3 a seguir. Quanto à sua população, segundo os dados obtidos no Censo Demográfico pelo IBGE (2022a), a região Nordeste é a segunda mais populosa do país com 54.644.582 habitantes na atualidade.

Figura 3 – Sub-regiões do Nordeste



Fonte: Rocha, 2016.

Para além disso, o Nordeste não se restringe a um ponto do mapa, um elemento cartográfico. Ele pertence a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e existir historicamente, com características específicas que o configuram como um espaço culturalmente peculiar (Neves, 2012). Nordeste é um conceito e, por sua vez, não é inocente, representando uma construção histórica, todavia, para alguns pesquisadores das Ciências Sociais, ele é um dado, existindo independentemente de sua história, o que leva-os a falar desse sem contornos sociais ou culturais. Os historiadores abordam a relação com os períodos colonial e imperial, mas que, para Neves (2012), parece ser um anacronismo que, também, não é inocente. Entende-se que,

[...] através dele, perpetuam-se aquelas identidades míticas e aqueles conteúdos fixos que reforçam preconceitos e acentuam diferenças. Podemos então marcar nossas diferenças diante dessas posturas que [...] vinculam-se firmemente ao conservadorismo político e ao tradicionalismo teórico (Neves, 2012, p. 7).

Por esse caminho, o autor coloca que há um consenso de que o Nordeste é uma invenção do século XX, pois sua territorialização foi articulada logo após a Proclamação da República, assim como os fluxos migratórios, movimentos intelectuais e as redes econômicas. Esses

elementos estão associados à percepção de uma área em decadência, contrapondo-se à ascensão franca e vertiginosa da Região Sudeste.

Duque (2004) faz um panorama a respeito da evolução e maturidade das fases que permeiam a história do Nordeste, relatando um contraste nas formas pelas quais ele é visto. Considerando que a formação do Brasil como colônia se inicia nesta região, a primeira manifestação de invasão do território se deu pelos vaqueiros, que criaram currais de gado em meio ao bioma, que chamaram de hostil, da Caatinga. Segundo o autor, os bandeirantes, através do derramamento de sangue indígena, desenvolveram atividades relacionadas à pecuária e ensinaram às próximas gerações que se tratava de um ambiente com aspecto de *secura*, mas também que era um campo resistente às lavouras.

Nesse sentido, o povoamento do Nordeste ocorreu nos séculos seguintes, decorrendo dos desejos e posses de cada um, predominando as influências dos fazendeiros que se tornaram pais, chefes, compadres, banqueiros e conselheiros das comunidades que se formaram com os parentes, moradores, amigos, vizinhos e dependentes (Duque, 2004). Essas relações estratificaram uma sociedade agrária pastoril, contudo, as famílias posteriores, buscando novas heranças, alargaram as roças, aumentaram os rebanhos e foguearam os solos, desgastando os recursos naturais e apressando as erosões. À medida que cresciam as necessidades, de acordo com Duque (2004, p. 7), “minguavam os recursos, porque aquelas sociedades humanas, dispersas, somente sabiam operar com métodos extensivos, com esforço mínimo e arrancando o máximo proveito da natureza”.

Ainda segundo Duque (2004), com o fim do Império e o começo da República, houve intervenções internas e externas, físicas, econômicas, sociais e políticas oriundas da periodicidade das secas, cangaço, disputa e domínio de terras, dinheiro e posições. O desenvolvimento regional levou à progressão da agricultura, indústria, comércio e ideias políticas, todavia, houve uma aproximação entre países líderes e subdesenvolvidos que ocasionou na competição desigual e esmagadora dos setores, repercutindo nas tentativas de adotar novas técnicas de trabalho que não consideravam a importância do trabalho humano. A partir disso, chegaram ao Nordeste equipamentos públicos que mudariam a vida rural, as estradas, telégrafo, rádio, avião e o crescimento demográfico, e quebraram a sociedade cristalizada dos fazendeiros. Contudo, o poder aquisitivo do seu povo não acompanhou essas mudanças, tornando visível o empobrecimento e intensificando os fluxos migratórios para outros locais.

Essa transição de século evidenciou muitas condições regionais no país, pois acabava-se de abolir a escravidão e proclamar a República, o que demonstrou um Brasil extremamente

dependente da mão de obra escravizada. Sem essa, bem como a periodicidade da seca no Nordeste, a elite agrária entrou em colapso. O poder detido pelos fazendeiros mascarava, até então, um cenário de conflitos, analfabetismo e pobreza, entretanto, com o seu declínio, não houve alternativa a não ser procurar se estabelecer em outras atividades. Por essa razão é que Freyre (2013) fala da existência de pelo menos dois Nordeste, um é pastoril e agrário, do outro pouco se sabe. O pastoril é aquele dos Sertões de areia rangendo debaixo dos pés, das paisagens duras que doem os olhos, os mandacarus, bois, cavalos e as leves sombras que parecem temer ao sol, enquanto isso, o agrário é mais velho e decadente, representado pelas árvores gordas e as sombras profundas, a cana-de-açúcar, o mel e os engenhos.

A primeira economia do Brasil, e também do Nordeste, foi a cana-de-açúcar, que tornou-se elemento primordial para a caracterização regional, visto que, de acordo com Rodrigues e Ross (2020), é indiscutível que o local para a instalação dos engenhos era escolhido com bastante rigor, pois era preciso considerar os fatores naturais, como, por exemplo, relevo, solos e pluviosidade. Essas condições eram importantes porque a produção canavieira só funcionava com um clima de estações úmidas, para o plantio e fortalecimento, e seca, para o aumento do teor de sacarose, bem como fazia-se necessário um período sem chuvas intensas para facilitar o transporte da cana até o engenho. Outro fator do período era a localização do engenho próximo aos corpos d'água para auxiliar o canavial, a exportação da matéria e as demais atividades agrícolas, compreendendo que a sub-região da Zona da Mata era a que mais se adequava à cana-de-açúcar por conta de seus solos naturalmente úmidos e a abundância de água.

O Nordeste agrário do século XIX, apesar de ainda não ser dominado por essa nomenclatura, era povoado por uma elite ruralista dos donos de engenhos, muitas das vezes portugueses e espanhóis. Esses eram considerados a própria burguesia<sup>6</sup> da época, a nobreza da colônia, uma vez que detinham grandes extensões territoriais e numerosos dependentes, estendendo seu domínio colonizador até alguns pequenos lavradores das propriedades vizinhas (Rodrigues; Ross, 2020). Entretanto, os senhores de engenho não contavam que, para manter a conjuntura agrária elitista, fazia-se necessário conservar o solo, então, após alguns anos de exploração, a atividade canavieira foi ficando defasada<sup>7</sup>, e perdeu espaço, aproximando-se de uma nova era, a dos cafezais.

---

<sup>6</sup> De acordo com uma nota de rodapé escrita por Friedrich Engels em 1888 no livro “Manifesto do Partido Comunista”, burguesia se refere à classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e empregadores do trabalho assalariado (Marx; Engels, 2015).

<sup>7</sup> A atividade canavieira entrou em recessão por muitos motivos – perda de mão de obra escravizada, condições físicas do solo, falta de transporte, chegada das usinas, entre outros – mas o principal fator para que isso ocorresse foi a expansão do liberalismo econômico europeu, do qual o Brasil sofria forte influência das relações capitalistas. Com isso, vieram crises e aumentou a concorrência dos produtores de outros países, sendo necessário se adequar

Nessa perspectiva, observam-se as origens da construção imagética da Região Nordeste, a visão de um povo derrotado e faminto não vem das secas, uma vez que elas são periódicas, mas surge com o fim das amarras exploradoras da terra e do solo. Conforme Neves (2012), a sucessão das secas entre 1877 e 1915 dá origem a um personagem com visibilidade nacional, não se trata mais do senhor de engenho, o foco passa a ser os retirantes – “pobre, faminto, maltrapilho, doente, viciado pelas esmolas e descuidado pela fome” (Neves, 2012, p. 15). Os nordestinos afetados pela seca, e sem entender que essas condições são advindas do passado colonial, passam a percorrer o país em busca de trabalho e proteção, um lugar onde possam ter o que comer, beber e dormir, reafirmando, involuntariamente, a concepção de derrotado e faminto.

Com a defasagem da cultura canavieira no final do século XIX, o produto econômico brasileiro passou a ser quase exclusivamente o café, principalmente nas produções da Região Sudeste do país. Diante disso, o acúmulo de terras passou a ser mais nítido, pois representava um símbolo de poder que a elite agrária dos engenhos do Nordeste não conseguiu manter. Nesse período, com o fim da monarquia e a mudança na forma de governo, tem início a República do Café com Leite, na qual os oligárquicos de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) eram os responsáveis, intercaladamente, por um mandato presidencial (Bianchi, 2012). Essas relações da República Velha (1889-1930) demonstram a transferência capitalista do foco econômico da Região Nordeste para a Sudeste, o que levou, mais uma vez, à decadência cafeeira.

Retornando a Bernardes (2007), foi durante a Primeira República que surge o discurso de “O Secular Problema do Nordeste” no Congresso Nacional, que debatia sobre a ação do Estado na Região para resolver o problema das secas, iluminando a questão regional para separação do Norte. Desse modo, compuseram-se duas posições a respeito da situação, a primeira delas defendia que as políticas da União para com o Nordeste deveriam ser abandonadas, ou reduzidas ao máximo possível, reservando os recursos públicos para as dinâmicas da economia nacional. A segunda posição acreditava que poderia transferir milhões de nordestinos para as regiões Sul e Sudeste, onde eles teriam um trabalho seguro e, naturalmente, seriam integrados às lavouras de café, motivo pelo qual queriam poupar os investimentos do país.

---

a esse novo mercado. Porém, frente à ascensão de outras atividades internas, como, por exemplo, o café no estado de São Paulo e a borracha na Amazônia, a elite ruralista da cana-de-açúcar não pôde sustentar os canaviais, mudando o foco, no cenário transicional do século XIX para o XX, do Nordeste para outras regiões (Ribeiro; Tonella, 2010).

Com essa imagem criada, a Região tornou-se um palco de espetáculos para historiadores viajantes que buscavam dar continuidade aos estudos regionais, contrastando-a com a região Sul. A sua origem passa a ser um processo linear e ascendente, preservando a identidade que visava negá-lo como objeto político-cultural, colocando-o como natural, neutro ou histórico (Albuquerque Jr, 2011). O Nordeste surge, no que diz respeito à criação do século XX, como reação às estratégias de nacionalização em que o dispositivo da nacionalidade e a formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos da parte da elite agrária, comerciantes e intelectuais a eles ligados. “O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno na rede de poderes, por aqueles que já não podem aspirar ao domínio do espaço nacional” (Albuquerque Jr., 2011, p. 83).

Aceitar a imagem de um Nordeste exclusivamente marcado pela seca é sustentar o estereótipo da fome e da miséria. Entretanto, ainda que não se possa negá-la como um fator determinante nas relações humanas e naturais, é preciso discernir suas características oriundas do clima semiárido daquelas ocasionadas pelo descaso do Estado. Para tanto, Campos (2014) descreve, conforme o quadro 2 a seguir, como estão divididos os períodos de seca no Nordeste:

Quadro 2 – Divisão dos períodos de secas no Nordeste

<b>PERÍODO</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS</b>	<b>AÇÕES DE REVERSÃO</b>
Defrontando-se com as secas (1583 – 1848)	Impactos ambientais causados pelas culturas da cana-de-açúcar, mandioca, milho e pecuária de gado bovino	Seca, fome e dizimação de rebanhos	A coroa foi notificada, mas nenhuma política pública foi formulada
A busca do conhecimento (1849 – 1877)	Resquícios do período anterior e vulnerabilidade da Região	Inúmeras mortes causadas pela fome e doenças	Aceitação da seca como um problema
A hidráulica da solução (1877 – 1958)	Vulnerabilidade social da região	Fluxos migratórios, seca, fome, doenças e pobreza	Política hidráulica através de açudes
A busca do desenvolvimento regional (1959 – 1991)	Aumento populacional sem economia de subsistência e desigualdades regionais	Intensificação dos problemas anteriores	Fortalecimento de instituições federais para atuarem nas políticas de mitigação das secas
A gestão de águas e o desenvolvimento sustentável (1992)	Persistências dos elementos anteriores, porém de forma atenuada	Fluxos migratórios	Implementação de políticas públicas que diminuíram os problemas das secas no Nordeste, entre eles programas governamentais e reservatórios de água potável.

Fonte: Campos, 2014.  
Elaboração: Santos, 2025.

O Quadro 2 apresenta uma linha do tempo com a divisão dos principais períodos de secas no Nordeste, evidenciando suas causas, consequências e as ações propostas em cada fase. Desde o século XVI, os impactos ambientais provocados pela expansão da agropecuária já demonstravam a fragilidade da região frente à escassez hídrica. Ao longo do tempo, o agravamento das secas foi acompanhado por consequências sociais graves, como fome, doenças, migração forçada e o colapso da economia local. Inicialmente, não houve políticas públicas efetivas, apenas a aceitação da seca como uma condição natural. Com o tempo, foram desenvolvidas estratégias como a política de construção de açudes e, posteriormente, o fortalecimento institucional, até se alcançar, nos anos 1990, uma abordagem mais voltada à gestão de águas e ao desenvolvimento sustentável. Essa evolução histórica revela que a seca no Nordeste não é apenas um fenômeno natural, mas o resultado de um processo socioespacial marcado por desigualdades e omissões políticas.

Baseando-se nas construções de Campos (2014), entende-se que sempre houve secas na região, uma vez que elas são características do clima semiárido que predomina no Nordeste brasileiro. No entanto, o problema está concentrado em como essa periodicidade foi sendo considerada pelo poder público desde a era colonial no país. Em primeira instância, observa-se que as secas aconteciam com prejuízos de morte nos Sertões, mas a coroa não a concebia como algo importante para o desenvolvimento de políticas públicas. Contudo, a partir do momento que isso começou a afetar a elite agrária, passaram a ser vistas como as secas agrícolas e definiram-se ações para reverter a situação. Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a seca nas áreas de Sertão não interfere, necessariamente, no litoral, porém, se ocorrer nesse, é quase certo que afetará aquele. Assim, a ocupação gradativa desse explica o agravamento cronológico das secas no Nordeste (Campos, 2014).

Ademais, o bioma que predomina nessa região é o da Caatinga, único endêmico do Brasil, que possui características próprias. Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima – MMA (2022), predomina nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais – que formam o Polígono das Secas, ilustrado na figura 3 a seguir –, acolhendo uma população de cerca de 27 milhões de habitantes, das quais a maioria é dependente de seus recursos para a sobrevivência. Nesse sentido, a biodiversidade do bioma tem um importante papel social, já que é voltada para diversas atividades econômicas, como, por exemplo, fins agrosilvopastoris e industriais, representando uma perspectiva de conservação dos serviços ambientais e sustentáveis (MMA, 2022).

Figura 4 – Representação da área delimitadora do Polígono das secas



Fonte: Santos, 2024.

Desse modo, o Polígono das Secas é uma área onde a incidência de secas periódicas é maior, tornando as ações de combate a elas indispensáveis para que a própria Região Nordeste se estruturasse após anos de exploração natural e da força humana. Segundo o IBGE (2020), a Bahia e a Paraíba são os estados que mais possuem municípios nessa área, bem como Minas Gerais e Espírito Santo. A tabela 1 a seguir demonstra essas informações.

Tabela 1 – Estados situados no Polígono das Secas

REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS NO ESTADO	QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS INSERIDOS	PORCENTAGEM INSERIDA NO POLÍGONO
Nordeste	Alagoas	102	51	50%
Nordeste	Bahia	417	278	66,67%
Nordeste	Ceará	184	175	95,10%
Sudeste	Espírito Santo	78	27	34,62%
Sudeste	Minas Gerais	853	86	10,08%

Nordeste	Paraíba	223	213	95,52%
Nordeste	Pernambuco	185	145	78,38%
Nordeste	Piauí	224	214	95,54%
Nordeste	Rio Grande do Norte	167	161	96,41%
Nordeste	Sergipe	75	32	42,67%

Estimativa da população total nessa área: 30 milhões de habitantes

Fonte: Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido (CECS, Unimontes)<sup>8</sup>.  
Elaboração: Santos, 2025.

Então, pensar em uma estruturação onde ambos os elementos possam coexistir não representa a erradicação da pobreza e nem a diminuição das desigualdades regionais, todavia, manifesta alternativas para que a população nordestina não precise ir em busca de refúgio nas demais regiões brasileiras. O estereótipo de um povo faminto e derrotado notavelmente ainda existe, porém, ele foi construído com base em estudos coloniais externos à realidade, que vem sendo substituído pelas paisagens turísticas.

## 2.2 A POBREZA E O PRECONCEITO REGIONAL NORDESTINOS

Ao traçar a história da região Nordeste dois aspectos que sempre irão se destacar são pobreza e preconceito. Isso ocorre não por serem características reais, mas sim pela invenção imagética do século XX. Esses estão relacionados ao quesito social, onde se busca manter a hierarquização entre os grupos sociais, legitimando a inferiorização da história da sociedade, consolidando, muitas vezes, em violência e ódio de uns sobre os outros (Prado; Machado, 2008).

A pobreza pela qual o Nordeste é conhecido não é dada pela capacidade monetária, uma vez que essa, segundo o IBGE (2022c), refere-se unicamente à insuficiência de rendimentos das famílias para que possam prover seu bem-estar. No entanto, pelo advento da pandemia do Covid-19 em 2020, todas as regiões do país registraram aumento da extrema pobreza, sendo mais visível no Norte (de 8,5% passou para 12,5%) e Nordeste (10,4% para 16,5%), que foram mais impactadas por programas sociais de transferência de renda<sup>9</sup> pelos maiores graus de vulnerabilidade de suas populações (IBGE, 2022c).

<sup>8</sup> Publicação sem data, disponível em: <<http://www.cecs.unimontes.br/index.php/pt/semiario/poligono-das-secas/281-poligono-das-secas>>.

<sup>9</sup> De acordo o portal da transparência da Controladoria-Geral da União, são recursos que essa transfere diretamente para o cidadão que faz parte de programas sociais específicos. Dessa forma, recebem valores monetários periodicamente da União.

Nessa abordagem, a concepção de um Nordeste pobre está ligada a essa ideia social e se complementa com os pressupostos de que a população dessa região não consegue manter um padrão de vida mínimo condizente com o contexto histórico, considerando esses indivíduos como pobres (Barros; Henriques; Mendonça, 2000). Em vista disso, Chartier (1990) fala que essas representações do mundo social são construídas de acordo com determinados interesses de grupos que os forjam, por isso esses discursos são proferidos por pessoas que ocupam tais posições. Esse cenário preconceituoso de um Nordeste pobre nasce e dissemina-se através destas relações, o que se torna cansativo e repetitivo explicar inúmeras vezes que trata-se de uma falácia mitológica, todavia, compreende-se que nenhum discurso é neutro, eles sempre produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade que legitimará e justificará suas próprias condutas às custas dos outros (Chartier, 1990).

Para entender essa dinâmica entre preconceito e pobreza, é preciso retornar a algumas noções que anteriormente foram abordadas. No Brasil, as maiores contribuições no que diz respeito ao pensar o conceito de região deram-se no século XX, principalmente em 1940, quando se iniciaram os esforços do IBGE, por determinação federal, para estabelecer uma divisão regional para o país. Porém, aderiu-se ao Nordeste, quase que majoritariamente, características de uma região natural. Desde então, as abordagens passaram a vê-lo com um viés determinista, o meio determina o homem, levando a uma seleção na escolha dos assuntos que iria representá-lo, tal como a luta contra as secas e a migração cearense, efetivando a perspectiva estereotipada (Castro; Guimarães; Costa, 2022).

Ao tomar forma de região, o Nordeste não teve suas diferenças internas respeitadas, sendo mostrado ao restante do país como um recorte espacial homogêneo. Infere-se disso a origem de parte dos diversos preconceitos criados sobre a região ao longo da história, visualizando-a de forma deturpada (Castro *et al*, 2022, p. 414). Conforme o autor, esse discurso o resume apenas ao sertão do semiárido, reafirmando um estereótipo negativo, “pois afirma que a região é subdesenvolvida por conta da seca, negando ao mesmo tempo o seu desenvolvimento em outros tantos aspectos”.

Embora o Semiárido brasileiro se estenda pelos nove estados da região Nordeste, ele também ocupa parte do norte de Minas Gerais. Segundo o Instituto Nacional do Semiárido (INSA)<sup>10</sup>, ele ocupa no total 12% do território nacional, abrigando cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), representando um dos semiáridos mais povoados do mundo. Segundo o INSA, é uma região rica nos aspectos social,

---

<sup>10</sup>Informações obtidas na página *online* do INSA, disponível em: <<https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>>.

cultural, ambiental e econômico, mesmo que seu clima ofereça precipitações pluviométricas de média anual inferior a 800mm, índice de aridez de 0,5 e risco de seca maior que 60%, personificando uma área com chuvas irregulares e altas taxas de evapotranspiração, contribuindo para a constante escassez hídrica.

Não obstante, ainda que a seca seja indissociável do Semiárido, o que refuta o argumento de uma população vivendo em pobreza extrema, de acordo com o INSA, é, também, o fenômeno das monções torrenciais, que eventualmente caem em períodos curtos e provocam cheia, despertam milhares de rios e lagos intermitentes, devolvendo as forças das vegetações e ajudando na recuperação dos reservatórios. Por essa razão, é ao mesmo tempo o mais habitável do mundo e o mais suscetível às mudanças climáticas, levando a climatologia a monitorá-lo cientificamente, bem como a sabedoria popular do sertanejo.

O INSA explica que o bioma da Caatinga, contextualizado anteriormente, predominante no Semiárido brasileiro, possui mais de onze mil espécies catalogadas, enquanto que as atividades agrícolas destacam-se nas produções de milho e feijão, além da soja, algodão e mandioca, que juntos totalizam uma renda anual superior a 1,9 bilhões de reais. Na pecuária, detém 13,3% do rebanho efetivo dos bovinos do Brasil, concomitante a uma diversidade animal que possui 327 espécies exclusivas da região. Castro *et al* (2022, p. 415) ainda chamam a atenção para o desenvolvimento de outras atividades econômicas, tal como o comércio, que ocorrem no Agreste nordestino, e o deu condição para ter centros submetropolitanos ou capitais regionais, onde as principais zonas metropolitanas passaram a funcionar como “entrepósitos receptores de produtos vindos do interior e que são destinados aos mercados das faixas litorâneas, fornecendo gêneros agrícolas, couro e carne para os centros urbanos da Zona da Mata”.

No que diz respeito às atividades econômicas, entende-se que podem se manifestar nos espaços específicos que as compõem, sejam eles as Regiões Metropolitanas (RM), Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) ou Aglomerações Urbanas (AU)<sup>11</sup>. De acordo com o IBGE (2022b), a Região Nordeste possui um número expressivo de RMs, das quais doze estão no estado da Paraíba, levando os municípios adjacentes a expandirem suas relações para mais próximo, entornando-a, conforme registrado na figura 5 a seguir, o que representa um aumento significativo do desenvolvimento regional.

---

<sup>11</sup> Segundo o IBGE (2022), RMs e as AUs são recortes instituídas a partir de lei complementar estadual, respeitando a Constituição Federal do Brasil de 1988, que visam integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesses em comum. Enquanto isso, RIDEs são definidas como regiões administrativas, abrangendo diferentes unidades da federação. Além disso, são criadas por legislação específica, mas a competência de criá-las é da União.

Para tanto, estão inseridos, por exemplo, universidades estaduais (Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) e federais (Universidade Federal de Sergipe – UFS; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN); polos industriais (Polo Petroquímico de Camaçari – BA; Complexo Industrial Portuário de Suape – PE); parques eólicos (Alto Sertão – BA; Chapada do Piauí – PI); e companhias bancárias (Banco do Nordeste do Brasil – BNB).

Esse desenvolvimento regional visualizado no Nordeste é resultante de mudanças importantes em sua economia, acompanhando, mesmo com suas particularidades locais, as tendências gerais do país. Quando o Brasil, nas décadas finais do século XX, consolida o mercado interno nacional, o Nordeste também começa a receber investimentos para descentralizar os espaços industriais do centro do país, região Sudeste. Com isso, surge um novo contexto, a Região Nordeste passa de produtora de bens de consumo não duráveis para bens intermediários, melhorando seu perfil econômico e industrial (Araújo, 2012).

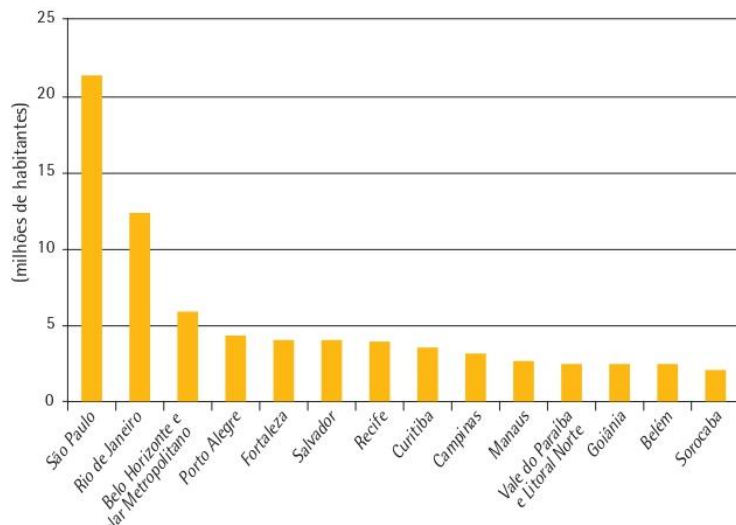
No entanto, é fundamental compreender que o poder da região não reside apenas em seu parque industrial em expansão, mas na heterogeneidade presente em seus territórios, reflexo de uma complexa rede de políticas públicas regionais implementadas nas últimas décadas. Programas como, por exemplo, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, os investimentos em infraestrutura hídrica e as políticas de valorização da agricultura familiar são exemplos de como a diversidade econômica, cultural e ambiental do Nordeste vem sendo reconhecida e fortalecida. Essa pluralidade contribui para a construção de um Nordeste multifacetado, que alia tradição e modernidade, fortalecendo o protagonismo da região no cenário nacional.



Figura 5 – Regiões Metropolitanas do Brasil



População nas regiões metropolitanas



Fonte: IBGE, 2017.

É notório que há pobreza na região Nordeste, assim como há no Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, uma vez que essa é uma característica inerente a todo país capitalista. É preciso haver a condição de pobre para equilibrar a balança econômica desse sistema, já que visa, em princípio, o lucro através da força laboral das pessoas. Dentro dessa lógica, a tabela 2 a seguir demonstra as proporções da população vivendo abaixo da linha de pobreza no Brasil em 2022.

Tabela 2 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (2022)

<b>REGIÃO</b>	<b>PROPORÇÃO (%)</b>
Norte	46,2
Nordeste	51,0
Sul	17,1
Sudeste	23,0
Centro-Oeste	21,3
Brasil	31,6

Fonte: Gomes, 2023.  
Elaboração: Santos, 2025.

A partir das informações na tabela, a região Nordeste é a que possui mais pessoas abaixo da linha de pobreza nacional, contudo, essa situação que perdura até os dias atuais é consequência de todo um passado histórico. De acordo com Araújo (2012), não revela a crescente complexidade da realidade econômica regional e, também, não permite abordar a diversidade heterogênea de suas estruturas econômicas. Quando se fala em Nordeste, em conformidade com Castro *et al* (2022), o problema não é a seca, ou monetário, mas sim o preconceito instaurado a partir das causas históricas as quais dão origem à região. Trata-se de um discurso que caminha sentido à desolação nordestina de forma generalizada, onde modernização e desenvolvimento não são possíveis nem mesmo parcialmente.

### 2.3 O ESPAÇO AGRÁRIO NORDESTINO

Durante o período colonial, a região Nordeste foi marcada pela elite agrária, que deixou resquícios significativos na forma pela qual a terra é vista. Nessa época, apesar dos solos férteis e propícios para a agricultura diversificada, os colonizadores optaram pela monocultura, porque, segundo Prado Júnior (1981), a produção de alguns gêneros agrícolas específicos possuía um bom valor comercial, sendo altamente lucrativa, como o caso do cultivo da cana. Sendo assim, não havia tecnologias para o desenvolvimento das lavouras, resultando nas intensivas explorações da mão de obra, a escravidão, e também do espaço agrário.

Com marcas históricas de exploração, o Nordeste brasileiro possui uma imagem desconfigurada da realidade atual do século XXI, todavia, o principal elemento formativo desse cenário é a terra, pois é ela que impulsiona as atividades do espaço agrário. Para Coguetto (2018), esse é constituído de materialidades, que lhe dão forma, e imaterialidade, que dá sentido a essas formas, direcionando as dinâmicas sociais e naturais que ocorrem no meio rural. De acordo com Dantas; França e Medeiros (2011), a terra nas colônias do continente americano não era propriedade privada de ninguém, possuindo solos férteis à produção agrícola, intensificando as lavouras de alimentos específicos, o que gerou uma crise pela mão de obra.

Para tanto, a mística dos coronéis sem escrúpulos, característica preconceituosa usada para definir as condições do Nordeste, tem origem com a chegada dos portugueses, que não vieram ao Brasil somente para lavrar a terra. Eles vieram para demarcar e ocupar território, tornando essas primeiras formas agrárias um subsídio para a exploração e apropriação da terra e mão de obra barata e escravizada, indígena e africana, conforme ilustra a figura 6 a seguir. Assim, pouco se conhecia sobre o solo agrícola, levando-o a esgotar os seus nutrientes com a plantação excessiva da cana-de-açúcar, utilizando a rotação de cultivos como alternativa para recuperá-lo.

Figura 6 – Exploração da mão de obra escravizada no cultivo da cana-de-açúcar



Fonte: Unsplash.

Nesse início, as produções agrícolas não eram necessariamente a principal renda capitalizada dos latifundiários, mas sim a mão de obra escravizada, uma vez que, com o tráfico negreiro, os coronéis possuíam a liberdade de escolher os escravizados que lhes fossem mais convenientes. Logo, ao tomá-lo como propriedade, fazia-se um grande investimento para o futuro, visto que não precisaria pagar pelos serviços prestados, bem como o poderia emprestar, revendê-lo ou trocar por uma outra mercadoria. Além de estarem sujeitos à escravidão, tornaram-se moeda de troca comercial.

A terra, segundo Martins (1998), é um cativo, uma vez que os seus detentores a utilizam como prisão de controle humano enquanto buscam pelo lucro. Com jornadas de trabalho e esforços físicos absurdos, o negro era submetido a quaisquer situações críticas necessárias para o bem do fazendeiro. O autor destaca que “fazenda” era sinônimo do acúmulo de bens e riquezas, sobretudo aqueles advindos do trabalho escravizado. Dessa forma, tudo estava relacionado ao capital, ainda não se tinha a noção de propriedade fundiária atual, compreendendo que sem o escravizado não havia mão de obra, também não haveria produção e reprodução de capital, conseqüentemente, não haveriam lucros, logo o centro do trabalho, nesse período, era o negro que foi forçado a ser escravizado nesse país, a terra era apenas uma questão burocrática limitada<sup>12</sup>.

Martins (1998) aborda que o fazendeiro comprava o escravizado baseando-se na sua capacidade de criar riquezas, levantando o debate de que a terra nada era sem a sua mão de obra, entretanto, para além de seu valor comercial enquanto mercadoria capitalizada, o “trabalhador” era o bem mais precioso. Nessa perspectiva, o escravizado exercia dupla função na economia da fazenda, fonte do trabalho e condição para o fazendeiro conseguir capital dos comissários, capitalistas e banco, sendo o penhor dos empréstimos. Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, os preços dos escravizados comercializados se elevaram e tornaram-se uma nova oportunidade para renegociar as dívidas dos fazendeiros.

O fim do tráfico negreiro não foi algo benéfico para os capitalistas da época<sup>13</sup>, uma vez que já se cogitava a ideia da abolição da escravatura, deixando o fazendeiro sem sua renda capitalizada, bem como envolveria problemas com a terra. Assim, Martins (1998) coloca que foi solicitada uma política de imigração de colonos estrangeiros, especialmente europeus, para virem trabalhar nos cafezais do Brasil, porém, como a terra não era considerada um bem tão

---

<sup>12</sup> Nesse período, a realidade da colônia colocava o negro como um bem e não como um ser humano, mantendo uma oligarquia capitalista que dificultou a abolição da escravidão, bem como contribuiu intensamente para o preconceito racial que perpetua até os dias atuais.

<sup>13</sup> Esse foi um dos motivos que levaram à Proclamação da República, a insatisfação da elite da época com a monarquia que não atendia aos seus interesses pessoais.

valioso, várias faixas de terrenos devolutos estavam disponíveis para serem ocupados, o que não era conveniente à elite.

A alternativa para manter a terra concentrada nas mãos de poucos foi encontrada com a promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. A Lei de Terras dispõe que nenhuma terra devoluta poderá ser ocupada a não ser pelo título de compra, eliminando o obstáculo da libertação do cativo<sup>14</sup>. É válido destacar que tal legislação ainda vigora no país, ocasionando lutas territoriais pela posse de terrenos desocupados, o que é de fato uma injustiça social herdada da colonização portuguesa, o domínio dos latifundiários sobre grandes extensões, muitas vezes improdutivas, enquanto outros procuram um lugar para fixar moradia e produzir alimento.

Salienta-se que a Lei, mesmo sendo bastante específica, possui brechas importantes aos latifundiários, tornando-se a causa das lutas sociais no campo brasileiro, uma vez que no sistema das sesmarias a terra poderia ser hereditária, doada ou dividida de acordo com os interesses de seus portadores, e a sua devolução não se encaixava nesses termos. Assim, entende-se que boa parte dos lotes que deveriam ser devolvidos ao Estado permaneceram concentrados, e como não houve nenhum de tipo de averiguação pela posse da terra, os latifúndios tenderam a crescer exponencialmente. Camacho (2008) contribui para o debate afirmando que o Brasil sempre foi governado por uma aristocracia rural, que utilizou os poderes econômico e político para garantir a desigualdade agrária, a fortalecendo com a Lei de Terras de 1850.

Para os coronéis do século XIX no Brasil, a Lei solucionou parte de seus problemas, mas deu origem a outros tantos significativos, as garantias para o crédito hipotecário, colocadas por Martins (1998) como essenciais para a expansão e manutenção dos negócios. Todos os fazendeiros dependiam dos serviços dos escravizados, ficando sujeitos à renda capitalizada. Nesse sentido, como a terra não era sempre motivo de afeição para o proprietário, as fazendas eram penhoradas a troco de crédito, sendo o café a mercadoria a ser comercializada. Essa comercialização levou as leis a serem modificadas em 1885, ao invés de hipotecar as terras, lhes eram garantidos penhorar o fruto pendente e o fruto colhido, pois com a queda do comércio escravocrata, estava cada vez mais difícil conseguir empréstimos.

Com a influência exercida pelos donos de terras na época colonial, surge um novo mecanismo para o controle efetivo da mão de obra, a chegada do imigrante para trabalhar nas lavouras de café, com a promessa de um dia serem proprietários da terra, deixando-os com a

---

<sup>14</sup> A relação entre propriedade e proprietário fundiário estabelecida pela Lei de Terras de 1850 está pautada em: se há escravizados – o cativo – então as terras podem ser livres, não há necessariamente um valor de mercadoria agregado a ela, porém, se os negros deixam de ser escravizados, automaticamente elas passam a ter preço de compra e venda.

falsa sensação de serem homens livres, uma vez que eles não eram tratados como escravizados, mas também não podiam ser considerados como os coronéis. O imigrante europeu no Brasil foi a manutenção dos peões dos fazendeiros, porque o trabalho no campo era sinônimo de liberdade quando envolvia capital e um pequeno terreno para o cultivo voltado ao sustento pessoal. Essa condição era favorável ao coronel, já que a quantia que ele pagaria aos traficantes de escravizados voltava-se, de forma reduzida, para a remuneração salarial dos colonos.

É por saber sobre essas condições coloniais do Brasil que pode-se abordar a definição de Leal (2012) sobre o coronelismo. Ele salienta que é resultado da suposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. O país estruturou-se pela imposição do medo e exploração, tornando-se muito prático instituir essas relações de poder e submissão, ainda refletidas nos dias atuais, principalmente nos cenários municipais de cada estado, como, por exemplo, as migrações anuais de colonos para o interior de São Paulo e Minas Gerais para o trabalho manual nos canaviais e cafezais. O autor completa a narrativa descrevendo que tais circunstâncias não se tratam de mera sobrevivência do poder privado, é uma forma de demonstrar o seu domínio.

Martins (1998) aborda um aspecto interessante sobre o imigrante, ele também era visto como uma renda capitalizada, pois era o fazendeiro que custeava o transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Ele já chegava ao Brasil com um débito, mesmo que esse fosse inferior ao preço do escravizado, mas o prendia ao dono da terra, restando-lhe prestar os seus serviços em troca dessas acomodações. Caso o colono desejasse mudar de fazenda, ele teria que encontrar algum outro fazendeiro disposto a saldar a sua dívida. Entende-se que as diferenças entre os escravizados e os colonos são poucas e residem no fato de um ter sido forçado a imigrar enquanto o outro veio por sua própria vontade, além disso, o europeu recebia uma determinada quantia pelos seus serviços, o que proporcionava lucros maiores ao fazendeiro, todavia, ambos eram propriedade de alguém, seja pela escravidão ou pelo salário.

As relações agrárias brasileiras sempre foram bastante complexas de serem compreendidas, pois envolvem o trabalho escravizado do negro africano, a mão de obra do imigrante europeu e o domínio dos latifundiários. Mas elas vão além desses fatores, a começar pelos colonos que abominavam ser comparados com os escravizados ao mesmo tempo que exerciam funções semelhantes. Martins (1998) aborda que os colonos eram colocados em terras inadequadas para o plantio de café e cana-de-açúcar, podendo cultivar ali alimentos tais como feijão, milho, arroz e mandioca, esses que eram a base para o seu próprio sustento, já que o valor que recebia por suas funções era voltado para produtos que não se podia produzir, como medicamentos e roupas. Contudo, o colono aceitava bem essa condição, mesmo que ele

recebesse uma remuneração inferior ao seu trabalho, visto que se sentia livre em ter a própria lavoura.

O regime de trabalho no colonato é bastante específico da época colonial, todavia está diretamente relacionado à agricultura camponesa e às suas implicações que ocorrem atualmente no campo. Foi com o imigrante europeu do século XIX que se começou a ter a exploração da mão de obra assalariada, sob a ideologia capitalista de produção. Martins (1998) instiga que o colono não trabalhava individualmente, mas sim com a colaboração da esposa e filhos acima de sete anos, que juntos recebiam um quantitativo de pés de café para tratar, distribuídos desigualmente pelo gênero e idade, o salário era fixado pela intensidade da força de trabalho dos membros da família, havendo aí uma nítida exploração por uma remuneração significativamente baixa.

Pode-se afirmar que essas ações do período colonial ainda estão presentes, mesmo com menos intensidade, na agricultura camponesa brasileira. Com o advento e avanço de uma agricultura pautada em grandes investimentos financeiros e tecnológicos, o campo tornou-se um espaço de disputas, no qual o pequeno produtor tem que utilizar toda mão de obra acessível para se manter. Dessa forma, é comum toda a família ajudar na lavoura e/ou pagar por dia de trabalho isolados de alguém de fora para auxiliar na plantação. Nesse novo cenário, as melhores relações agrárias pertencem àqueles que possuem mais capital, enquanto o pequeno produtor produz para o seu próprio sustento, levando o excedente para a comercialização e assim conseguir o que não se produz.

É possível observar que já, no período colonial, por mais que houvesse disputas pela circulação de mercadorias, os fazendeiros sempre estavam unidos quando se tratava de poder e lucro, conseguindo brechas nas legislações que os beneficiassem, permanecendo como os carcereiros da terra, onde podiam dominar os seus cativos. Segundo Martins (1998), a garantia do monopólio sobre a terra importava menos do que a garantia da oferta compulsória da força de trabalho à grande lavoura. O importante era ter uma legislação que efetivasse o monopólio, colocando o Estado a favor do fazendeiro, dificultando o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos.

A exploração da mão de obra no país durante o período colonial foi tão forte que começou a interferir nos acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra, pois, com o grande quantitativo de escravizados sem recursos financeiros, não havia quem comprasse as mercadorias. Portanto, em 1888, foi, legalmente, abolida a escravidão no Brasil, ignorando todas as manifestações anteriores contra a exploração do povo africano. Com isso, houve o declínio de muitas fazendas produtoras de café e cana-de-açúcar, levando ao fim dos engenhos,

uma vez que muitos coronéis dependiam exclusivamente do trabalho forçado dos negros para manterem suas propriedades. Um ano depois, em 1889, através de um golpe de Estado, houve o fim da monarquia e o início da República, onde uma nova era começava no campo brasileiro.

Entretanto, é necessário compreender que tanto a abolição da escravidão quanto a proclamação da República não foram processos lineares ou verdadeiramente inclusivos. A Lei Áurea, apesar de ter significado o fim formal da escravidão, não garantiu nenhum tipo de reparação, inclusão social ou redistribuição de terras aos ex-escravizados, perpetuando a marginalização desse grupo em uma sociedade ainda profundamente elitista e racialmente desigual. Do mesmo modo, a instauração da República não foi fruto de uma ampla participação popular, mas sim de um movimento liderado por setores do Exército e das elites agrárias insatisfeitas com a monarquia. Assim, a mudança de regime manteve intactas diversas estruturas de poder herdadas do período imperial, especialmente no campo, onde os coronéis continuaram exercendo forte controle político e econômico. Esses eventos, portanto, marcaram rupturas formais, mas não significaram, de fato, uma transformação social profunda ou a superação das desigualdades históricas do Brasil.

A partir disso, essa dependência por mão de obra ficou mais visível, os engenhos e a elite agrária do Nordeste da época entram em colapso, contribuindo para a materialização da imagem regional. Entretanto, o declínio colonial não representa o espaço agrário nordestino atual, já que, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2023), na distribuição de atividades econômicas por setores na Região, a agropecuária representou 12% em 2020. Dentro dessa porcentagem, sabe-se que é a responsável por gerar R\$ 82,4 bilhões em 2021, sendo R\$ 64 bilhões de lavouras temporárias e R\$ 18,3 bilhões de permanentes. No que diz respeito aos principais produtos agrícolas, destaca-se a produção da soja, milho, cana-de-açúcar e algodão, os quais estão caracterizados na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Principais produtos agrícolas no Nordeste - 2021

PRODUTO	VALOR POR PRODUÇÃO	TONELADAS PRODUZIDAS	REPRESENTAÇÃO NACIONAL		MAIORES PARTICIPAÇÕES	
Soja	R\$ 32 bilhões	12,8 milhões	3º produtor do Brasil	9,5% da produção nacional	Bahia	53,4%
Milho	R\$ 9,7 bilhões	8,2 milhões	4º produtor do Brasil	9,3% da produção nacional	Bahia	29,8%
Cana-de-açúcar	R\$ 6,8 bilhões	54,7 milhões	3º produtor do Brasil	7,6% da produção nacional	Alagoas	31,9%

Algodão	R\$ 4,5 bilhões	1,4 milhões	2º produtor do Brasil	23,6% da produção nacional	Bahia	88,1%
---------	-----------------	-------------	-----------------------	----------------------------	-------	-------

Fonte: Dados disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2023.  
Elaboração: Santos, 2025.

Observando os dados da tabela acima, verifica-se que a região Nordeste é responsável por grande parte da produção agrícola do Brasil, onde os seus principais produtos representam cifras econômicas que vão contra a imagem estereotipada de pobreza. Para além disso, de acordo com os dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017), há 67% de pessoas ocupadas com agropecuária no país, dos quais 46,6% estão no Nordeste. Em relação aos estados, Pernambuco e Ceará têm as maiores proporções de áreas ocupadas pela agricultura familiar, essa que, de forma geral, recebe assistência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, objetivando implementar o aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e elevação da renda para que haja melhoria nas condições de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares.

#### 2.4 O NORDESTE PELA LITERATURA BRASILEIRA

O Nordeste brasileiro está associado à literatura porque, durante muito tempo, ela, junto com os meios de comunicação, foi utilizada para reforçar informações incongruentes sobre uma paisagem árida, uma população faminta e uma região pobre, a partir das quais os visitantes procuravam pelas características euclidianas no mundo real. No entanto, está associada também à compreensão de elementos socioespaciais que, de acordo com Suzuki (2017), relacionados à Geografia, se revelam enriquecedores de descrições, estabelecendo um caminho entre as duas áreas do conhecimento. A literatura é, nesse viés, um produto social, que exprime condições diferentes de cada civilização em que ocorre (Candido, 2006).

Nesse sentido, pensar em Literatura alinhada à Geografia, conforme Silva; Barbosa (2014), é deparar-se com a superação da estruturação de uma sociedade a partir da maleabilidade da imaginação, porém isso não anula os postulados científicos que as envolvem, pois “são inseridos e extraídos da relação dialética ficção-realidade cuja permite a verificação da origem da obra literária e sua correspondência real com o cotidiano dos estudantes” (Silva; Barbosa, 2014, p.81). Para a contextualização e compreensão do Nordeste, é preciso realizar uma análise de obras literárias em concomitância com os postulados geográficos para uma visão plural do discurso literário, interpretando a interação do sujeito com o universo ficcional projetado em volta da realidade e de suas experimentações (Silva; Barbosa, 2014).

As obras literárias não possuem seus enredos, ainda que acabem sendo os seus objetivos, escritos sob a égide de mistificar ou desmitificar determinados elementos, todavia, a sua interpretação leva a essas direções. Segundo Moreira (2007), é necessário entender o tempo e o espaço em que elas estão inseridas para que se veja o âmbito estrutural da sociedade concreta onde se desenrola a trama e, conseqüentemente, a vida de seus personagens, pois a Literatura não é alheia à realidade humana, falando-se dela com linguagem subjetiva de signo e como ciência. Belizário; Oliveira; Vilar (2019, p. 3) a concebem como o encontro entre “o imaginado, sonhos, pesadelos, desejos, vivências e percepções de recortes temporais em determinados momentos históricos”. Contribui, assim, com a Geografia ao idealizarem e criarem eventos que não precisam estar ligados à contemporaneidade, mas que se contextualizam em um determinado espaço, lugar e paisagem.

Sendo ciências afins, o IBGE (2006, p. 6) demonstrou interesse e reconheceu uma divisão regional do Brasil baseada nas obras da literatura nacional, que descrevem o território de acordo com a percepção geográfica dos autores, sem limitar-se às convenções político-administrativas, produzindo atlas com tais colaborações. Assim sendo, o órgão destaca que “o Atlas das representações literárias de regiões brasileiras introduz a dimensão cultural na análise do espaço geográfico, revelando e fixando sua identidade, ressaltada também pelo aporte iconográfico”. O Instituto continua:

Este *atlas* busca identificar e mapear regiões, com base em obras da literatura nacional, construindo um mapa do Brasil onde a identidade é o elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais dele, o IBGE busca atualizar seu compromisso de subsidiar o Estado e a sociedade brasileira com informações básicas para o planejamento de ações e o exercício da cidadania, dando visibilidade, através de mapeamento, ao conjunto das identidades que compõem o quadro nacional (IBGE, 2006, p. 13).

Nesse cenário, quando o IBGE produz e oficializa um material considerando as regiões de acordo com as obras literárias, marca-se o ponto em que Geografia e Literatura se encontram efetivamente. Esse contato objetiva que o literário represente o geográfico através da descrição e imaginação. Isso é, fornece “[...] um instrumento facilitador para a incorporação da Literatura ao ensino da Geografia (como também de outras disciplinas da área de Humanidades), tanto para as últimas séries do ensino médio quanto para os cursos de graduação” (IBGE, 2006, p. 14).

Uma das características mais notáveis do material produzido pelo IBGE é que ele não se resume a um único volume, são, até o ano de 2021, quatro edições com diferentes cenários literários. No primeiro atlas, para comemorar os 70 anos do Instituto, é abordado o Brasil

Meridional – Volume I, contextualizado nas obras dos escritores Mário de Andrade e Gilberto Freyre. O segundo e terceiro volumes, edições comemorativas dos 80 anos do IBGE, abordam os Sertões Brasileiros I e II, característicos dos livros de Guimarães Rosa e Israel de Faria Figueiredo. O último volume, os 85 anos de IBGE, traz a Costa Brasileira, lembrada na literatura de Jorge Amado e zona cacauêira da Bahia.

Rodrigues (2019) ressalva que,

As obras literárias descrevem ambientes geográficos e relatam passagens históricas de extrema importância para a compreensão do contexto sócio histórico narrado, bem como citam características de diversos personagens, relacionando-os à vida dos diferentes cenários brasileiros. Apresentam descrições de relevo e vegetações, hidrografia e ocupação do espaço (Rodrigues, 2019, p. 1019).

Dentro dessa conjuntura, tem-se a obra literária brasileira *Vidas Secas* (Graciliano Ramos), que discorre a vida de viajante de uma família de retirantes nordestinos que fogem de sua região em busca de um novo espaço onde pode fixar moradia e plantar alimento, utilizando-o para sua própria sobrevivência. Enquanto vagam pelas sub-regiões do Nordeste, Fabiano e seus entes descobrem que fome, sede, seca e migração oferecem muitos riscos à humanidade e, às vezes, é preciso ceder às demandas da miséria e cansaço para aguentar a jornada, mas quando o destino desses elementos está em posse do proprietário fundiário, o perigo é ainda maior.

Graciliano Ramos, a partir de sua própria vivência, narrou a respeito dos muitos problemas sociais envolvendo secas, pobreza, fome, injustiças e migrações no Nordeste. Em uma região nitidamente marcada pela falta de chuvas, as quais não há momento certo para virem ou irem, e inexistente pela inoperância do poder público, o autor faz uso da literatura para representar a vida de milhares de pessoas que foram condenadas ao mesmo destino (Florêncio; Santos; Alves, 2021).

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala. Arrastaram-se para lá, devagar, Sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás. Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. [...] A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos (Ramos, 2024, p. 7-8).

Vidas Secas é um romance publicado pela primeira vez, como livro, em 1938, percorrendo ao longo de treze capítulos sobre a vida de uma família de migrantes (Fabiano, Sinhá Vitória, Menino Mais Velho, Menino Mais Novo e Baleia) que percorre as sub-regiões do Nordeste em busca de um local para assentar moradia. Fugindo de sua terra natal, lutam pelo direito de sobreviver enquanto indivíduos humanos, vez que há tempos já sentem que foram desamparados pelo poder público.

Fabiano é um vaqueiro<sup>15</sup>, acostumado a trabalhar em fazendas de criação de gado, onde fixa moradia para dar o sustento de sua família. O personagem se considera um bruto, pois não foi alfabetizado. Sinhá Vitória, esposa de Fabiano, é a responsável por cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos enquanto o marido trabalha na lida, pessoa por quem tem grande respeito. Menino Mais Novo e Menino Mais Velho são os filhos do casal, que passa seus dias correndo pela fazenda observando os acontecimentos que ali se desenrolam, imitando e refletindo as ações do pai. Por fim, Baleia é a cachorra de estimação da família por quem todos têm muito afeto, porém, diante das dificuldades impostas, é preciso escolher bem quais necessidades serão atendidas, já que esses retirantes são o símbolo da situação regional do Nordeste no início do século XX. O quadro 3 a seguir expõe algumas informações sobre a obra, a saber: a quantidade e os títulos dos capítulos da obra; início e fim das páginas; breve sinopse de cada capítulo.

Quadro 3 – Organização da obra Vidas Secas (Graciliano Ramos)

<b>CAPÍTULOS</b>	<b>TÍTULOS DOS CAPÍTULOS</b>	<b>MARCAÇÃO DAS PÁGINAS<sup>16</sup></b>	<b>SINOPSE</b>
1º	Mudança	7 – 13	Momento da trama em que ocorre a primeira viagem da família de retirantes pelo Sertão nordestino, buscando fixar moradia e plantar alimentos para sobreviver em meio à seca.
2º	Fabiano	14 – 20	Capítulo dedicado à caracterização do personagem Fabiano, narrando seus encantos e desencantos com a vida, além de traçar um perfil sobre os sentimentos em relação à sociedade.
3º	Cadeia	21 – 29	Diante de sua mentalidade fervorosa e respostas rápidas não pensadas, Fabiano envolve-se em uma confusão que o manda para a prisão, onde o personagem

<sup>15</sup> Vaqueiro é a pessoa responsável por pastorear o gado, que está a cavalo e trajando vestes típicas de couro. É, também, um personagem cultural forte na região Nordeste.

<sup>16</sup> Nesse estudo, utiliza-se a 99ª edição da obra Vidas Secas, conforme consta nas referências. Para tanto, a paginação dos capítulos poderá sofrer alteração de uma edição para outra.

			começa a refletir, mais uma vez, sobre injustiças sociais.
4º	Sinhá Vitória	30 – 35	Voltando-se para Sinhá Vitória, o autor narra as angústias e anseios da esposa de Fabiano, destacando o seu desejo mais forte enquanto mulher que cuida dos afazeres domésticos.
5º	O Menino Mais Novo	36 – 41	Por ser uma criança, possui necessidades específicas para a idade, mas que são, por vezes, negligenciadas, ainda que não seja a intenção dos pais.
6º	O Menino Mais Velho	42 – 47	Assim como seu irmão, possui muitas necessidades individuais, porém essas são notadas com mais afincos pelos pais, que o dá mais atenção, despertando ciúmes no Menino Mais Novo.
7º	Inverno	48 – 53	Ao contrário do que se imagina, o inverno é sim uma estação presente na Região Nordeste. Contudo, ela pode ser árdua em alguns períodos, restando aos retirantes sobreviver mais uma vez aos desafios impostos pelas desigualdades sociais.
8º	Festa	54 – 63	Talvez para muitas pessoas o Natal seja um momento de expressar gratidão, dar presentes, ter uma grande ceia e ficar perto da família, mas para os retirantes é mais complicado do que isso. Nesse capítulo Graciliano Ramos coloca em prova os sentimentos da família ao levá-los à festa de Natal da cidade.
9º	Baleia	64 – 69	Além dos quatro humanos, a família de retirantes possui mais um membro, a cachorra Baleia, personagem sagazmente nomeada pelo autor, enquanto que as crianças não disfrutam do mesmo “privilégio”. Assim, nesse capítulo, Ramos (2024) deixa explícito quais são os valores morais carregados pela sociedade.
10º	Contas	70 – 75	Trabalhando toda a sua vida como vaqueiro, um único ofício que aprendeu, Fabiano vê-se frente a questão: reclamar com o patrão que estava explorando a sua mão de obra ou manter o seu emprego.
11º	O Soldado Amarelo	76 – 81	A perspectiva de ter não gostar de todas as pessoas faz parte do ser humano, mas para Fabiano é absurdo gostar de alguém que ocupa um cargo público e abusa do poder, restando-lhe, mais uma vez, decidir-se pela honra ou pela justiça.
12º	O Mundo Coberto de Penas	82 – 87	Nesse penúltimo capítulo a família dos retirantes reflete sobre um passado não tão distante, quando foram obrigados a fazer sacrifícios para chegarem vivos à

			fazenda, na qual detinham esperanças de uma vida melhor.
13º	Fuga	87 – 96	Encaminhando-se para o fim da narrativa, o autor relata a respeito do destino de Fabiano e seus familiares, esse que não foi diferente do de milhares de nordestinos nas primeiras décadas do século XX.

Fonte: Vidas Secas, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

Os anos de 1930, período em que a obra foi originalmente publicada, marcam significativamente os romances modernistas<sup>17</sup> no país, os quais abordaram principalmente as temáticas sociais como uma espécie de denúncia a fim de atrair à atenção para os problemas que iam surgindo a partir delas (Florêncio; Santos; Alves, 2021). Essa época representa, também, a primeira literatura brasileira cujos autores não advinham de um meio burguês, ficando conhecida outrora como os romances regionalistas, pois primava-se não apenas pelo cenário, mas pela linguagem, conjunto de ideias e valores associados à região, sendo vista como uma multiplicidade de Brasis (Eckert; Röhrig, 2018).

Graciliano Ramos foi, no cenário regionalista, uma grande influência literária, pois fez uso de sua realidade para dar vida aos seus personagens. Através de suas raízes construiu memórias ficcionais, ao resgatar a sua herança de nordestino quis demonstrar que também foi um migrante forçado, saiu de sua terra em direção ao Rio de Janeiro, polindo sua identidade cultural através de seu próprio testemunho, esse que também relata uma vida cheia de desafios, entre eles a prisão do autor em 1936 (Moraes, 2012). Assim sendo, o quadro 4 a seguir traz informações a respeito do contexto social vivenciado pelo autor do livro durante a sua escrita.

Quadro 4 – O contexto da vida de Graciliano Ramos

<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>CONTEXTO</b>
Nome	Graciliano Ramos de Oliveira
Formação acadêmica	Ensino Médio
Nascimento – Morte	27/10/1892 <sup>18</sup> em Quebrangulo, Alagoas – 20/03/1953 no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

<sup>17</sup> No Brasil os estilos literários são caracterizados em Era Colonial (Quinhentismo, 1500; Barroco, 1601; Arcadismo, 1768), Período de transição (1808), e Era Nacional (Romantismo, 1836; Realismo/Naturalismo, 1881; Simbolismo/Pré-Modernismo, 1893; Modernismo, 1922; Pós-Modernismo, 1960). Dentre esses, destaca-se o Modernismo por ter sido contemporâneo de Graciliano Ramos e Vidas Secas. Tal estilo, em sua segunda fase, foi de caráter regionalista, porque expôs criticamente os problemas sociais das diversas regiões do país.

<sup>18</sup> Entre o nascimento de Graciliano Ramos e a publicação de Vidas Secas o Brasil passou por grandes transformações em seu cenário nacional, dando fim à política do Café com Leite, envolvendo São Paulo e Minas Gerais, e o início da Era Vargas com o Estado Novo.

Causa da morte	Câncer pulmonar
Estudos	Internato de Viçosa – Alagoas
Atuação profissional	Jornalista e escritor brasileiro
Cargos ocupados	1928 – 1930: Prefeito do município de Palmeiras dos Índios – AL; 1930 – 1933: Diretoria Oficial da Imprensa de Alagoas; 1933: Diretoria da Instrução Pública de Alagoas; 1939: Inspetor federal de ensino secundário do Rio de Janeiro
Família – antes de casar	Sebastião Ramos de Oliveira (Pai), Maria Amélia Ferro Ramos (Mãe), e mais 15 irmãos
Família – depois de casar	1ª esposa (1915-1920): Maria Augusta de Barros – faleceu em decorrência de complicações no parto, deixando quatro filhos – Múcio Ramos, Maria Ramos, Júnio Ramos, Márcio Ramos. 2ª esposa (1928-1953): Heloísa Leite de Medeiros – faleceu aos 89 anos (1999) – Ricardo Ramos, Luísa Ramos, Roberto Ramos, Clara Ramos
Obras literárias escritas <sup>19</sup>	Mais de 20 obras – Caetés (1933); S. Bernardo (1934); Angústia (1936); <i>Vidas Secas</i> (1938); A Terra dos Meninos Pelados (1939); Brandão entre o Mar e o Amor (1942); Histórias de Alexandre (1944); Dois Dedos (1945); Infância (1945); Histórias Incompletas (1946); Insônia (1947); Memórias do Cárcere (1953); Viagem (1954); Linhas Tortas (1962); Viventes das Alagoas (1962); Cartas (1980); Cartas de Amor a Heloísa (1992); Garranchos (2012); Cangaços (2014); Conversas (2014); Alexandre e Outros Heróis (1962); O Estribo de; Prata (1984); Minsk (2013)
Ano e idade em que escreveu <i>Vidas Secas</i>	1938 – 46 anos
Influências intelectuais	Eça de Queiroz, Machado de Assis, Fiódor Dostoiévski e Karl Marx
Contemporâneos	Rachel de Queiroz (1910-2003); Jorge Amado (1912-2001); José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957)
Prisão	03/03/1936 – 30/01/1937
Partido político o qual esteve associado	Partido Comunista Brasileiro – PCB (1945)
Geografia da época	Geografia Geral e sua institucionalização como disciplina escolar

Elaboração: Santos, 2025.

Embora Graciliano Ramos tenha passado seus últimos anos de vida no Rio de Janeiro, ele presenciou a transformação dos engenhos de cana-de-açúcar da Região Nordeste, no estado

<sup>19</sup> Algumas das obras escritas por Graciliano Ramos foram publicadas póstumas por seus descendentes.

do Alagoas onde nasceu, assim como os cafezais no restante do país. Conforme o quadro acima, no que concerne à sua escolaridade, estudou apenas até o que atualmente é tido com a etapa do Ensino Médio, contudo, qualificou-se como jornalista e escritor, ganhando renome na literatura nacional.

Segundo Moraes (2012), Graciliano Ramos viveu no Agreste seco, local propício à pecuária e à agricultura de subsistência, que era castigado pela estiagem, condição que fez sua família mudar de ofício. Como é sabido, entre essa sub-região e o litoral estavam os engenhos na Zona da Mata que ainda conseguiam operar algum tipo de riqueza e poder, entretanto, esses foram substituídos pelas usinas, que produziam em uma escala maior, bem como contornavam a problemática da mão de obra.

De acordo com Moraes (2012), nos últimos anos antes da virada de século, quando Graciliano Ramos nasce, o Brasil vivenciava um momento importante de sua trajetória, não havia mais colônia ou império, muito menos podia-se usar mão de obra escravizada, resultando em uma crise econômica, pouca participação popular, disputas políticas, promessas de mudança e muitas incertezas. Continua o autor:

A descentralização econômica e financeira a partir de 1889 impulsionaria a transição para o capitalismo, beneficiando os setores hegemônicos das classes dominantes, em particular as oligarquias cafeeiras. Até 1929, viveríamos um círculo vicioso com o café. Principal item de exportação, nem por isso teria uma expansão planejada, gerando excedentes de produção e exigindo crédito permanente para manter o preço competitivo (Moraes, 2012, s/p.).

Vivenciando a construção da história brasileira em uma região que perdia seu prestígio econômico junto com os canaviais, a família Ramos de Oliveira, liderada pelo pai de Graciliano, Sebastião Ramos, era oriunda da elite fracassada dos engenhos, o que os levou a terem uma loja de tecidos em Quebrangulo, mantida frente às inúmeras dificuldades da época. Todavia, como os sogros eram fazendeiros prósperos no Sertão de Pernambuco, cedeu aos seus argumentos, mudando-se para essa região com a esposa e filhos, passando a viver da criação de gado (Moraes, 2012).

Pode-se pensar, dessa forma, em Graciliano Ramos frente às fases da vida, começando pelo seu nascimento e infância. Aos 27 dias do mês de outubro de 1892, uma sexta-feira às 16h, Sebastião Ramos, aos 38 anos, deixa a loja de tecidos e corre para casa a fim de conhecer seu primogênito, Graciliano. Curiosamente, seu pai era um homem voltado às artes, mas que não as seguiu, principalmente pelas condições da época. Contudo, conforme a criança ia crescendo, ia percebendo que sua vida não era fácil, pois foi vítima de muitas viagens e castigos injustos

na infância, visto que sua mãe casou-se e teve filho muito jovem, aos 14 anos, descontando sua irritação no mais velho dos 16 irmãos, confundindo a educação<sup>20</sup> com chicotadas e puxões de orelha, conforme relata o autor em outras obras, qualquer transgressão já era motivo para advertências humilhantes e brutais (Moraes, 2012).

Como menino, na sua infância, Graciliano percebeu que não era o favorito em quesitos de afeto e ternura entre os irmãos, bem como entendeu que seus pais, além da grande diferença de idade, não eram um casal que demonstrava felicidade por estar juntos ou diálogos elaborados, tratando um ao outro com aspereza. Era ele um garoto magro e introvertido, vivente da emblemática sociedade patriarcal do Nordeste, uma família sertaneja, tradicional e rígida, que não absorvia a supremacia da figura paterna, resistindo à transmissão dos valores, um dos motivos pelos quais seus pais justificavam as surras (Moraes, 2012).

Durante o período da alfabetização e escola não foi tão diferente. Aprendeu a muito custo as cinco primeiras letras do alfabeto aos cinco anos de idade ensinadas pelo pai, que utilizava a inútil pedagogia da palmatória, que não possuía efeito nenhum. A sua tia paterna deu continuidade aos ensinamentos, mas também não obteve sucesso e na escola sua caligrafia era considerada como garranchos. Um fato marcante dessa fase do autor é que seu pai o tratava de acordo com o andamento dos negócios da família e sua mãe não o permitia ser curioso ou questionar, sendo sempre repreendido e chamado de “animal” (Moraes, 2012).

Embora não concordasse com os métodos escolares e familiares, Graciliano Ramos notou que nos livros havia mais do que imaginava, outras histórias em que o final poderia ser feliz ou pelo menos uma tentativa de ser assim, sendo aí a primeira manifestação das palavras. Envolto em um espaço cheio de violências e seca, com uma estrutura fundiária centralizada nas mãos de poucos, conheceu e vivenciou a pobreza, tornando-se um adulto que contentava-se, involuntariamente, com pequenos livros de histórias, mas que, também, ia à biblioteca do tabelião da cidade visualizar os mistérios contidos em outros exemplares, conhecendo, assim, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Júlio Verne (Moraes, 2012).

Exibindo a sua paixão pelos livros, Graciliano Ramos estreia como escritor aos onze anos de idade, 1904, e com pseudônimos, ao publicar o conto “O pequeno pedinte” no “O Dilúculo”, periódico de Alagoas. Com as leituras, tornou-se um autodidata, dedicando ao estudo

---

<sup>20</sup> É interessante observar como a educação era vista nos séculos passados, estando, geralmente, associada a castigos físicos e morais ou como uma forma de fornecer informações a alunos. O menino Graciliano Ramos não tinha noção que sua escrita juvenil e adulta se tornaria referência e inspiração para tantas pessoas ao redor do mundo. De acordo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (1998, *apud* Alameddine; Ahwal, 2016), “nowadays, education is no longer to provide information to students, but rather to prepare learners to become active 21st Century critical thinkers” (p. 333, 2016).

de outras línguas e aos catorze anos publicou seus primeiros sonetos. Aos dezoito anos, em 1910, foi procurado pelo “Jornal de Alagoas” para falar sobre suas preferências literárias, dando início à sua carreira de jornalista (Moraes, 2012).

Contudo, no mesmo ano e dia de seu aniversário, retorna da capital para Palmeira dos Índios, onde sua família estava residindo, ao chamado do pai para cuidar da loja de tecidos. O município possuía uma boa estrutura agrária, concentrando mais uma vez a riqueza sob o comando de poucos, entretanto, o estado de Alagoas passava por fortes chuvas, que ocasionou muitos prejuízos. Como um adulto, serviu ao exército por oito meses, regressando à loja para trabalhar e, em meio à entrada e saída dos clientes, dava as suas opiniões literárias e jornalísticas (Moraes, 2012).

No mesmo período, a pedido de seus amigos, deu e cobrou mensalidade das aulas de português para suprir as necessidades do ginásio com um fraco ensino, resultando em profissionais com carreira fora do estado. Algum tempo depois, mudou-se para o Rio de Janeiro e trabalhou como jornalista, demonstrando sua capacidade intelectual aos 22 anos. Proclamou-se ateu para a família, tendo a bíblia como seu livro de cabeceira. Porém, após uma epidemia de peste bubônica e perda de parte de seus irmãos, regressou a Alagoas e logo depois casou-se no civil em 1915 com sua primeira esposa, Maria Augusta Barros, formalizando no religioso passados dois anos (Moraes, 2012).

Graciliano Ramos permaneceu em Palmeira dos Índios cuidando da loja de tecidos, assim como da criação de bois, que herdou dos avós maternos, divergindo-se de seu pai por continuar lendo e sensibilizando-se com os problemas financeiros da população, sem distinguir pobres e ricos. Apesar de ter assinado jornais e continuar lendo, não há registros de publicações entre 1916 e 1921, talvez por falta de interesse ou até mesmo pela morte de sua esposa em 1920 ao dar à luz ao quarto filho do casal, por quem resguardou um ano de luto (Moraes, 2012).

Aos 29 anos, lecionou francês no Colégio Sagrado Coração, sendo duro com a educação dos filhos para que aprendessem e gostassem de ler e estudar. Em 1924, os negócios iam ruins, a hegemonia agrária estava em colapso, o país em crise, resultando em processo de depressão que o fez pensar em suicídio, sendo resgatado através da literatura, voltando a escrever contos e livros, relatando sobre Lampião e seu bando que ameaçava saquear a cidade por volta de 1926. Na mesma época, é nomeado presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios e, em 1927, estabelece contato com José Lins do Rego Cavalcanti, também escritor nordestino, e tornou-se prefeito, a contragosto, do mesmo município (Moraes, 2012).

Compondo a sua trajetória, o autor de *Vidas Secas* casou-se em 1926 com Heloísa Leite de Medeiros, com quem permaneceu até a sua morte. Diante da crise de 1929, Graciliano Ramos

estava insatisfeito com as condições gerais da sociedade e, embora fosse um bom político cumpridor de todas as regras, não gostava do cargo. Por isso, em 1930, foi convidado para ser diretor da Imprensa Oficial do Estado em Maceió – AL, de onde se demitiu em 1931 por desavenças e problemas políticos. Em 1933, cheio de dívidas e sem escolha, aceita o cargo de Inspetor Público do Estado e, no mesmo ano, seu primeiro romance “Caetés” foi publicado (Moraes, 2012).

Dotado de uma personalidade e escrita críticas, Graciliano Ramos deixou suas opiniões abertas ao público, por essa razão foi preso em 1936 sob a acusação da ameaça comunista, divulgada pelo governo presidencial de Getúlio Vargas, que tinha como missão combatê-la. Nesse ano, ele ainda não era afiliado ao Partido Comunista Brasileiro, mas já havia ocupado cargos públicos e feito amizade, ou pelo menos tido contato, com outros personagens da história do país como Luiz Carlos Prestes e sua esposa Olga Benário<sup>21</sup>, e o escritor baiano Jorge Amado, ambos exilados por causa da militância comunista (Moraes, 2012).

Em janeiro de 1937, Graciliano saiu do cárcere por influência de outros intelectuais, principalmente da família Lins do Rego, reencontrando sua esposa Heloísa Medeiros, que voltou a Maceió para buscar seus filhos e liquidar seus bens que estavam ali. A família decidiu que ficaria de vez por todas no Rio de Janeiro e Ramos nunca voltou ao Nordeste, nem mesmo para despedir-se de sua mãe em 1943. O autor relata em narrativa autobiográfica, *Memórias do Cárcere*, que Alagoas não lhe fez nenhum mal, contudo foi ali a origem de seus problemas (Moraes, 2012).

Após e durante esses eventos narrados nos parágrafos anteriores, o escritor produziu suas muitas obras literárias, livros e contos, bem como escreveu em conjunto com outros autores e também fez algumas traduções. Todavia, não conseguiu publicá-las todas em vida, sendo assim feito pelos seus descendentes alguns anos depois de sua morte. Nos dias atuais, Graciliano Ramos é lembrado como um grande expoente da literatura nacional e símbolo da Região Nordeste, sendo seus livros, muitas vezes, cobrados em vestibulares por todo o país.

Nesse sentido, as suas experiências mais do que refletem em *Vidas Secas*, obra escolhida para dar corpo a esse trabalho. Ao traçar o percurso dos retirantes, consegue representar a paisagem seca e ardente do Sertão nordestino, clima, vegetação do bioma da Caatinga, os desgostos da fome e a própria demanda de chuva para manter a agropecuária nas fazendas de

---

<sup>21</sup> Luiz Carlos Prestes foi um militar, político comunista e colunista brasileiro, que buscava trazer a ideologia do comunismo para o país. Foi casado com Olga Benário, uma alemã que detinha os mesmos ideias, porém, embora tenha sido, por lei, cidadã brasileira, foi deportada por ordem de Getúlio Vargas e assassinada na câmara de gás nazista.

gado da região. Além disso, aborda a problemática da posse de terras e a mão de obra explorada em trabalhos degradantes, criticando o Estado por se ocupar com outros problemas que não lhe cabiam enquanto milhares de pessoas morriam de fome e nos percursos perigosos da migração. Dessa forma, o texto de Vidas Secas é visto e analisado, nesse trabalho, conforme os trechos apresentados nos quadros a seguir.

Quadro 5 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Região

CATEGORIA	VIDAS SECAS
REGIÃO	Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. [...] Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala (Ramos, 2024, p. 7).
	Deixaram a margem do rio, acompanharam a cerca, subiram uma ladeira, chegaram aos juazeiros. Fazia tempo que não viam sombra (Ramos, 2024, p. 9).
	[...] desceu a ladeira, pisou a terra de aluvião, aproximou-se do bebedouro. Havia um bater doido de asas por cima da poça de água preta, a garrancheira do mulungu estava completamente invisível. Pestes. Quando elas desciam do sertão, acabava-se tudo. O gado ia finir-se, até os espinhos secariam (Ramos, 2024, p. 83-84).

Fonte: Vidas Secas, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

A escrita de Graciliano Ramos dá muitas margens para interpretação, pois é dinâmica e cabe em muitos contextos. Vidas Secas não é uma exceção. Ao trazer a caracterização da paisagem pela percepção dos personagens, aborda também sobre a região, visto que elenca elementos encontrados, principalmente, na região Nordeste. A escrita do autor é um mecanismo que simboliza e unifica os aspectos nordestinos. Embora possam ser encontrados em outros espaços, palavras como “planícies avermelhadas”, “Sertão” e “aluvião” indicam a individualidade do lugar.

Para além disso, é, em um primeiro momento, a personificação do conceito de região natural, já que o cenário observado se relaciona às necessidades humanas, interferindo em seus destinos. Os personagens colocam suas vidas em risco ao retirarem-se, porque as condições naturais daquele lugar, associadas ao abandono estatal, tornam-se insalubres para a sobrevivência. Contudo, pode ser também entendida como uma identidade, pois relata personagens com particularidades regionais, tal como a figura do vaqueiro, representado por Fabiano.

Quadro 6 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Nordeste

CATEGORIA	VIDAS SECAS
NORDESTE	Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores (Ramos, 2024, p. 8).
	Cumprida a obrigação, Fabiano levantou-se com a consciência tranquila e marchou para casa. Chegou-se à beira do rio. A areia fofa cansava-o, mas ali, na lama seca, as alpercatas dele faziam chape-chape, os badalos dos chocalhos que lhe pesavam no ombro, pendurados em correias, batiam surdos. A cabeça inclinada, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário (Ramos, 2024, p. 14).
	Olhou a catinga amarela, que o poente avermelhava. Se a seca chegasse, não ficaria planta verde. Arrepiou-se. Chegaria, naturalmente. Sempre tinha sido assim, desde que ele se entendera. E antes de se entender, antes de nascer, sucedera o mesmo — anos bons misturados com anos ruins. A desgraça estava em caminho, talvez andasse perto. Nem valia a pena trabalhar (Ramos, 2024, p. 19).

Fonte: Vidas Secas, 2024.  
Elaboração: Santos, 2025.

O Nordeste de Vidas Secas representa um contexto específico da região no início do século XX. É um cenário narrado a partir das vivências do autor, que presenciou a própria mudança várias vezes e sofreu a repressão governamental da época. Em suas obras, sempre faz menção às características particulares, duradouras e incertas do lugar, abordando-o como seco, com dificuldades e árido, como realmente são as sub-regiões do Sertão e parte do Agreste. Entretanto, a escrita de Graciliano Ramos não é mecanismo para fortalecer os estereótipos já existentes, é uma denúncia social de uma condição que levou milhares de pessoas a sair de suas casas em busca do desconhecido.

É perceptível na obra que os personagens não estão satisfeitos, o desejo deles é poder estabelecer-se em alguma área e nela ficar. Eles anseiam por bens materiais que deveriam ser acessíveis a todos. De forma geral, Sertão são aquelas regiões afastadas da costa litorânea, assim como o Agreste está em transição entre ele e a Zona da Mata, por isso que ele traz a figura do vaqueiro, uma profissão que representa o semiárido nordestino, muito presente no século passado e de orgulho para quem usa os trajes. Ao adentrar o bioma endêmico da Caatinga, vai revelando os aspectos geográficos existentes.

Quadro 7 – O texto da obra literária Vidas Secas sobre Pobreza

CATEGORIA	VIDAS SECAS
POBREZA	Alcançou o pátio, enxergou a casa baixa e escura, de telhas pretas, deixou atrás os juazeiros, as pedras onde se jogavam cobras mortas, o carro de bois. As alpercatas dos pequenos batiam no chão branco e liso (Ramos, 2024, p. 20).

	Ainda na véspera eram seis viventes, contando com o papagaio. Coitado, morreria na areia do rio, onde haviam descansado, à beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disto. Agora, enquanto parava, dirigia as pupilas brilhantes aos objetos familiares, estranhava não ver sobre o baú de folha a gaiola pequena onde a ave se equilibrava mal. Fabiano também às vezes sentia falta dela, mas logo a recordação chegava. Tinha andado a procurar raízes, à toa: o resto de farinha acabara, não se ouvia um berro de rês perdida na catinga (Ramos, 2024, p. 8-9).
	[...] Passara dias sem comer, apertando o cinturão, encolhendo o estômago. Viveria muitos anos, viveria um século. Mas se morresse de fome ou nas pontas de um touro, deixaria filhos robustos, que gerariam outros filhos (Ramos, 2024, p. 20).

Fonte: Vidas Secas, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

Falar sobre o conceito de pobreza torna-se complexo quando se volta para o entendimento do Nordeste, porque depende da região analisada, no entanto, é verídico que essa condição não é homogênea. O que se ilustra em *Vidas Secas* também é uma representação social impulsionada pelas características climáticas pré-existentes, questionada desde a colonização, mas sem soluções efetivas até o século XX. A narrativa da viagem dos retirantes feita por Graciano Ramos é importante para visualizar por meio das palavras as consequências do descaso do Estado para com essa população carente de cuidados econômicos, é uma maneira de dar forma aos problemas encontrados.

A pobreza não diz respeito apenas ao dinheiro, ela existe independentemente disso. O que ocorre em *Vidas Secas* é, como citado anteriormente, uma denúncia feita, mas que não é somente pelo autor, aparece também em outras manifestações artísticas, tal como o quadro *Os Retirantes* (1944) de Cândido Portinari, que demonstra, através da pintura, as viagens em busca de algo melhor, porém com um impacto visual maior. O cenário da fome e da sede retratado é o que motivou milhares de nordestinos a vagarem pelo Sertão, se definhando em busca de alimento e moradia, conforme mostra Fabiano e sua família. Essas mesmas pessoas se sujeitaram a muitas injustiças para manter o que conseguiram a um preço alto.

Quadro 8 – O texto da obra literária *Vidas Secas* sobre Preconceito

CATEGORIA	VIDAS SECAS
<b>PRECONCEITO</b>	[...] Bem. Poderiam adquirir o móvel necessário economizando na roupa e no querosene. Sinhá Vitória respondera que isso era impossível, porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeieiros na casa. Tinham discutido, procurado cortar outras despesas. Como não se entendessem, Sinhá Vitória aludira, bastante azeda, ao dinheiro gasto pelo marido na feira, com jogo e cachaça. Ressentido, Fabiano condenara os sapatos de verniz que ela usava nas festas, caros e inúteis. Calçada naquilo, trôpega, mexia-se como um papagaio, era ridícula. Sinhá Vitória ofendera-se gravemente com a comparação, e se não

	<p>fosse o respeito que Fabiano lhe inspirava, teria despropositado. Efetivamente os sapatos apertavam-lhe os dedos, faziam-lhe calos. Equilibrava-se mal, tropeçava, manquejava, trepada nos saltos de meio palmo. Devia ser ridícula, mas a opinião de Fabiano entristecera-a muito (Ramos, 2024, p.31).</p> <p>Fabiano estava silencioso, olhando as imagens e as velas acesas, constringido na roupa nova, o pescoço esticado, pisando em brasas. A multidão apertava-o mais que a roupa, embaraçava-o. De pernas, gibão e guarda-peito, andava metido numa caixa, como tatu, mas saltava no lombo de um bicho e voava na catinga. Agora não podia virar-se: mãos e braços roçavam-lhe o corpo. Lembrou-se da surra que levava e da noite passada na cadeia. A sensação que experimentava não diferia muito da que tinha tido ao ser preso. Era como se as mãos e os braços da multidão fossem agarrá-lo, subjuguá-lo, espremê-lo num canto de parede. Olhou as caras em redor. Evidentemente as criaturas que se juntavam ali não o viam, mas Fabiano sentia-se rodeado de inimigos, temia envolver-se em questões e acabar mal a noite. Soprava e esforçava-se inutilmente por abanar-se com o chapéu. Difícil mover-se, estava amarrado. Lentamente conseguiu abrir caminho no povaréu, esgueirou-se até junto da pia de água benta, onde se deteve, receoso de perder de vista a mulher e os filhos. Ergueu-se nas pontas dos pés, mas isto lhe arrancou um grunhido: os calcanhares esfolados começavam a afligi-lo. Distinguiu o cocó de Sinhá Vitória, que se escondia atrás de uma coluna. Provavelmente os meninos estavam com ela. A igreja cada vez mais se enchia. Para avistar a cabeça da mulher, Fabiano precisava esticar-se, voltar o rosto. E o colarinho furava-lhe o pescoço. As botinas e o colarinho eram indispensáveis. Não poderia assistir à novena calçado em alpercatas, a camisa de algodão aberta, mostrando o peito cabeludo. Seria desrespeito. Como tinha religião, entrava na igreja uma vez por ano. E sempre vira, desde que se entendera, roupas de festa assim: calça e paletó engomados, botinas de elástico, chapéu de baeta, colarinho e gravata. Não se arriscaria a prejudicar a tradição, embora sofresse com ela. Supunha cumprir um dever, tentava aprumar-se. Mas a disposição esmorecia: o espinhaço vergava, naturalmente, os braços mexiam-se desengonçados.</p> <p>Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso desconfiava que os outros mangavam dele. Fazia-se carrancudo e evitava conversas. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa (Ramos, 2024, p. 57-58).</p>
--	---

Fonte: Vidas Secas, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

Ao falar sobre preconceito regional, esse que foi construído historicamente, observa-se que o nordestino não só o recebe como também o absorve. Graciliano Ramos, ao longo do texto, sempre lembra que a família de Fabiano e Sinhá Vitória é sem valor e, portanto, deve ficar próxima apenas de pessoas como eles. Esse estereótipo é tão intenso na obra que os filhos do casal não possuem nome, mas a cadela sim. O autor demonstra, através de sua narrativa, que os animais têm mais importância do que o ser humano, pois assim era a visão que se tinha do nordestino. Se não possui um meio autônomo de se sustentar, então não deve se misturar com as demais pessoas que assim o têm.

Essas características são traçadas intencionalmente pelo escritor, uma vez que sua fala exemplifica que o preconceito é alienável e alienante, fortalecendo-o quando as pessoas o

compreendem como instrumento de segregação. Isso é demonstrado quando os personagens não se sentem à vontade nem mesmo no lugar que deveria acolhê-los, a igreja. Ao perceber que as demais pessoas se vestiam e portavam-se de forma diferente da deles, ficam desconfortáveis, assim como as crianças não eram educadas o suficiente para ficarem ali, duvidando até mesmo.

Quadro 9 – O texto da obra literária *Vidas Secas* sobre Literatura

CATEGORIA	VIDAS SECAS
<b>LITERATURA</b>	Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos — exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas (Ramos, 2024, p. 16).
	O pequeno sentou-se, acomodou nas pernas a cabeça da cachorra, pôs-se a contar-lhe baixinho uma história. Tinha um vocabulário quase tão minguado como o do papagaio que morrera no tempo da seca. Valia-se, pois, de exclamações e de gestos, e Baleia respondia com o rabo, com a língua, com movimentos fáceis de entender (Ramos, 2024, p. 43).
	Fabiano tornou a esfregar as mãos e iniciou uma história bastante confusa, mas como só estavam iluminadas as alpercatas dele, o gesto passou despercebido. O menino mais velho abriu os ouvidos, atento. Se pudesse ver o rosto do pai, compreenderia talvez uma parte da narração, mas assim no escuro a dificuldade era grande (Ramos, 2024, p. 48).

Fonte: *Vidas Secas*, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

*Vidas Secas*, apesar de ter sido escrito em poucas páginas, cerca de cem, a depender da edição, é considerada um clássico da literatura brasileira. Isso acontece por vários motivos, entre eles: o autor é aclamado nacionalmente; é um texto de leitura rápida e fácil assimilação; e a maioria dos fatos narrados, mesmo que romantizados pela ficção, são baseados em fatos. No decorrer de suas páginas, a palavra “literatura” não aparece nenhuma vez, todavia, a forma como os personagens falam sobre seus percalços passados é uma construção literária, levando a uma compreensão da realidade nordestina no século XX, que reflete nos dias atuais, a partir do ficcional. A narração de cada capítulo pelos próprios personagens, a forma pela qual se veem e o sentimento de não pertencer àquele lugar é a voz da literatura.

Quadro 10 – O texto da obra literária *Vidas Secas* sobre Espaço Agrário

CATEGORIA	VIDAS SECAS
<b>ESPAÇO AGRÁRIO</b>	Entristeceu. Considerar-se plantado em terra alheia! Engano. A sina dele era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hóspede

	que se demorava demais, tomava amizade à casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras, ao juazeiro que os tinha abrigado uma noite (Ramos, 2024, p. 16).
	Os outros brancos eram diferentes. O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida? (Ramos, 2024, p. 18-19).
	Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinhá Vitória, as palavras que Sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos (Ramos, 2024, p. 96).

Fonte: Vidas Secas, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

Dentro do contexto do espaço agrário, há uma gama de fatores, entre eles os conflitos pela posse e concentração ilegal de terras. Em *Vidas Secas*, o autor explica o conceito, mesmo que indiretamente, a partir da concepção do nordestino, vaqueiro e migrante. Uma família de retirantes que não possui terra e, por isso, precisa trabalhar em fazendas alheias para conseguir sobreviver. Na obra, Graciliano Ramos narra a indignação de Fabiano ao ter que entregar parte de sua produção para o patrão, já que esse não o ajudou, além de deixá-lo sempre endividado, remetendo-se à exploração da mão de obra no campo brasileiro, característica muito comum no Brasil Império, que perpetua até os dias atuais. Outro fator que liga-se ao espaço agrário é a migração, ao faltar trabalho para o vaqueiro, resta-lhe fugir para a cidade e trabalhar em outras atividades que lhe são desconhecidas a fim de não morrer de fome.

Para o ensino de Geografia, a obra “*Vidas Secas*” tem uma grande significância, visto que trabalha com os conceitos que compõem a base da disciplina. De acordo com Onofri *et al* (2023), esse está diretamente ligado à realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos, sendo necessário fundamentá-lo para a abordagem e averiguação dos conceitos geográficos, compreendendo que as representações são dadas pela espacialidade e por um conjunto de ações e valores presentes na sociedade.

Ensinar é um processo interdependente de aprender, ele só se efetiva se houver aprendizagem. É preciso considerar que são práticas interativas estabelecidas entre pessoas, essas que possuem diferenças, singularidades e particularidades com sua própria cultura. Os

sujeitos envolvidos nessa dinâmica atuam em prol de um trabalho com o conhecimento, levando os conteúdos a serem tratados, na perspectiva do ensino, como objetos de pensamento (Cavalcanti, 2022).

Nesse entendimento, ao viajar pelas sub-regiões do Nordeste, a família de retirantes narrada por Graciliano Ramos retoma uma problemática bastante discutida no século XX, os estudos regionalistas e sua caracterização espacial, porque, como discutido anteriormente, os visitantes da Região buscavam provar que essa era apenas um deserto seco e quente, insalubre para a permanência de longo prazo de seres humanos. Enquanto isso, contrapondo-se aos preconceitos, o autor reconstrói as condições naturais e levanta uma nova inquietação, a expropriação capitalista no campo e a exploração da mão de obra frente à necessidade do trabalhador.

Por esse viés, há inúmeras possibilidades de direcionar a Literatura para um estudo e desmistificação do Nordeste agrário brasileiro. Como uma região caracterizada e marcada por estereótipos, é preciso fazer uso de um instrumento capaz de atravessar o tempo sem sofrer interferências diretas, tal como as obras literárias. Essas foram durante anos manipuladas para mostrar apenas um espaço de pobreza, todavia, ao analisá-las, percebe-se que há apenas o olhar externo e preconceituoso, que não reflete a realidade nordestina.

Dessa forma, os mesmos livros anteriormente utilizados de forma deturpada podem ser revistos e colocados como portadores de uma nova mensagem regional, pois o Estado capturou, tomou, a seca para reproduzir o discurso de miséria e fome para a manutenção do poder da elite agrária. Entretanto, no século XXI, dias atuais, há à disposição do ser humano, ainda que não seja de acesso a todos, as técnicas e tecnologia que podem reverter essa condição, transformando o Nordeste em um expoente da produção e exportação agrícola.

Torna-se evidente, diante dessas reflexões, que a obra “Vidas Secas” é uma importante aliada no ensino de Geografia ao possibilitar a leitura crítica das dinâmicas do espaço agrário e das desigualdades historicamente construídas. Ao apresentar personagens silenciados e espaços marginalizados, Graciliano Ramos não apenas denuncia as mazelas sociais, mas também provoca uma ressignificação do olhar sobre o Nordeste. Nesse sentido, a literatura revela-se como instrumento potente para romper com os discursos cristalizados e abrir espaço para uma análise mais justa e complexa da realidade nordestina.

Com base em todas essas reflexões históricas, sociais e ambientais, é possível compreender que a seca, embora seja um fenômeno climático recorrente, foi (e continua sendo) apropriada por discursos políticos e econômicos que reforçaram a marginalização do Nordeste. As políticas públicas desenvolvidas ao longo do século XX e início do XXI, ainda que com

intenções declaradamente desenvolvimentistas, não foram capazes de romper com a lógica de concentração fundiária e de invisibilização social, alimentando a chamada “indústria da seca” e fortalecendo os estereótipos de atraso, pobreza e miséria. Nesse processo, o sertanejo foi reduzido a uma figura estigmatizada, muitas vezes retratada pela literatura e por outros meios de expressão como símbolo de resignação, quando, na verdade, carrega consigo séculos de resistência, adaptação e reinvenção frente às adversidades impostas pelo meio e, sobretudo, pelas estruturas de poder.

Diante desse cenário, o capítulo seguinte convida à análise crítica da produção literária que tratou do Sertão e da seca como lugares de existência e não apenas de carência. Por meio da obra “Vidas Secas”, é possível discutir como a literatura revela, tenciona e reinterpreta as realidades nordestinas, não apenas como registros artísticos, mas como documentos sociais que denunciam, emocionam e educam. A partir desse olhar, o texto literário se transforma em território de disputas simbólicas, onde os silenciados ganham voz e o Nordeste árido é reescrito com profundidade, complexidade e humanidade.

### **3. AS VOZES ESCRITAS DAS SECAS: O TEXTO E O CONTEXTO LITERÁRIO DA REGIÃO NORDESTE**

Embora a Região Nordeste seja, em termos históricos contados a partir da colonização, a mais antiga do Brasil, é também uma das maiores em resquícios de exploração. Concomitante a esse tempo, a literatura nacional, e em alguns casos estrangeira, conta uma narrativa confusa em que os personagens destacados são, na maioria das vezes, adeptos e complacentes ao cenário das paisagens avermelhadas, secas constantes, solos impróprios para a produção agrícola e, o mais interessante, são pessoas famintas. Todavia, esquecem-se de falar das fontes utilizadas para chegarem a essas conclusões, bem como, hipocritamente, nem tentam conhecê-la como de fato é, permanecendo intelectualmente no século XIX.

De acordo com o tempo cronológico vivenciado, é em meados do século XIX que começa a se formar uma imagem da Região Nordeste relacionada à decadência econômica da cana-de-açúcar, problemas estruturais, seca e fome, sendo essa a sua característica mais marcante e considerada como consequência inescapável e natural da primeira. Tais circunstâncias surgem porque o centro político e econômico do Brasil já havia sido transferido para o Rio de Janeiro, que na época era sua capital, e São Paulo, locais que estavam iniciando sua industrialização com o café sendo o principal produto capitalizado do período (Toscano, 2020). Conforme o autor:

Dois Brasis diferentes iam se consolidando, um de desenvolvimento, trabalho livre e assalariado, crescente urbanidade e progresso. O outro parecia fadado ao atraso das monoculturas, aos grandes latifúndios, às estiagens, ao cangaço e ao coronelismo. Apesar dos problemas, o Nordeste experimentava algum progresso e, como em voga na época, um afrancesamento de suas cidades, que buscavam se mostrar modernas, belas e higiênicas. Tal aconteceu com capitais como Salvador, Recife e com Fortaleza também. Foi uma europeização tropical, portanto, uma que passou por diversos percalços, principalmente no interior (Toscano, 2020, p. 356-357).

Atentando-se a essa formação de dois Brasis, é possível observar que o desenvolvimento das outras regiões do país deu-se por não haver mais um interesse diretamente político no Nordeste, levando ao “esquecimento” de suas condições climáticas naturais, fonte de grandes períodos de estiagem. Os problemas decorrentes das irregularidades das chuvas sempre foram de conhecimento das autoridades governamentais desde o início da colonização, mas as negligências administrativas partiram das questões econômicas ao priorizarem o cultivo da cana-de-açúcar, que ocorria no litoral, um espaço onde há a interferência da maritimidade – fenômeno natural de lugares próximos a corpos de água, como é o caso do mar – e com solos

bastante propícios ao citado plantio. Isso legou ao sertão nordestino uma completa insipiência de relevância em seus diferentes âmbitos (Ferreira; Medeiros; Simonini, 2009).

Com a instauração do Império no Brasil após 1822, o governo e a elite promoveram a interiorização do país com a construção de estradas de ferro alinhadas às atividades econômicas e ao aumento populacional dessas áreas. A partir disso, as secas do sertão passaram a ser consideradas como um problema social, visto que nesse momento interferiam nos projetos do Imperador D. Pedro II, sendo agravadas pela nova dinâmica de habitantes nesses locais (Ferreira; Medeiros; Simonini, 2009). Ao confrontar as secas como um problema real, não significa dizer que se preocupavam com o lado humano dos habitantes da Região Nordeste, representa nada mais que o início da escassez da mão de obra barata, por vezes até escravizada, e, portanto, houve a necessidade de medidas precatórias contra esse metódico problema.

Perpendicular às fiéis inquietações governamentais no Brasil do século XIX, há a sistematização do conhecimento geográfico na Europa, onde buscou-se pela primeira vez pensar em uma Geografia autônoma e particular. Para que isso ocorresse, necessitava-se de numerosas condições históricas que somente foram maturadas nesse período, assim como as relacionaram ao processo de produção capitalista. Ademais, a consolidação dessa nova ciência objetivava, em princípio, ver e entender toda a extensão territorial planetária, uma vez que era a única forma de conhecer a sua realidade (Moraes, 2007).

A Geografia, nesse sentido, foi uma boa agregação aos colonizadores que já haviam compreendido a sua essência muito antes dela mesma com as grandes navegações, por conseguinte, a utilizaram em seus favores, repercutindo na interiorização do continente americano e, especificamente, das terras brasileiras. Revisitando os estudos de Lacoste (2012), as façanhas do Imperador foram alcançadas graças àquilo que o autor chamou de Geografia dos Estados Maiores – restringir seu conhecimento a uma parcela mínima de pessoas, moldando-a para seus próprios interesses pessoais.

Segundo Dandaro; Marcondes (2018), as condições da Região Nordeste ao longo dos anos se tornaram tão precárias que plantações, animais e humanos morreram de fome, levando a um processo de migração para os locais menos afetados pela seca. Para que isso ocorresse, o governo “ajudou-os” a irem para as províncias cafeeiras e para a Amazônia, onde precisava-se de muita mão de obra e, também, para aliviar a tensão que se instalava entre a população local. No entanto, outras secas vieram, mesmo que com menos intensidade, afetando a vida dos nordestinos que ainda saíam em busca de refúgio em outras regiões, já que os governos tomavam providências, mas elas não eram definitivas, uma vez os grandes proprietários de terras apropriaram-se delas indevidamente para seus bens e interesses pessoais.

Faz-se necessário ao brasileiro conhecer adequadamente o complexo geográfico e social dos sertões secos, fixando seus atributos, limitações e capacidades ecológicas. Lugar onde concentra uma parcela significativa da população do país, bem como milhões de camponeses sem terra e com uma estrutura agrária perversa, e ainda assim é a região semiárida mais povoada entre todas existentes nos trópicos. Para o Estado, essas condições são irrelevantes, definindo projetos e incentivos econômicos para o Nordeste com alcance desigual, e programas desintegrados de desenvolvimento econômico regional (Ab'Saber, 1999).

Os estudos de Ab'Saber (1999) ainda apontam que, em regiões como o Nordeste, predominam temperaturas médias anuais muito elevadas e constantes, baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidades nos ritmos hídricos e solos com problemas físicos e geoquímicos. Com a morosidade do Estado em agir em favor da população, encadeou-se um dos maiores fenômenos da dinâmica populacional brasileira, as migrações. Para entendê-las, é preciso saber que “o migrante sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem. Uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino” (Golgher, 2004, p. 7-8).

As pessoas envolvidas nessas mudanças objetivavam fugir das secas como um mecanismo de sobrevivência, mas o futuro também era algo totalmente incerto. Por conseguinte, as migrações fazem parte do desespero dos nordestinos que precisavam lutar pela sobrevivência de forma árdua, porém, tornaram-se fornecedores de mão de obra barata para quase todas as outras regiões que detinham algum potencial econômico. Desse modo, no final do século XIX, foram para a Amazônia; desde 1930, têm se deslocado para São Paulo; em 1960, foram para Brasília; vão o tempo todo para o estado do Paraná; e desde 1970 para o norte de Goiás, às margens da Belém-Brasília, a Transamazônica e, para o sul do Pará (Ab'Saber, 1999).

Nesse cenário, começaram a eclodir crises sociais que mostravam ao restante do país uma região esquecida pelo poder público, oportunizando a publicação de vários trabalhos acadêmicos que relatavam a situação e até mesmo projetavam interessantes soluções. Todavia, nenhum deles foi capaz de contribuir efetivamente para combater o problema, porque a vaidade dos estadistas e políticos conseguia ser maior do que o real interesse de fazer algo que beneficiasse a população flagelada (Alves, 2003).

Retornando a Dandaro; Marcondes (2018), em 1906 foi criada a Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca, que em 1909 passaria a se chamar Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que buscava auxiliar a região no enfrentamento do problema, proporcionando melhorias. Entretanto, não conseguiu cumprir com seus propósitos, porque as secas não são cessadas somente com órgãos públicos, mas sim com os investimentos

necessários para mantê-los em constante funcionamento. A IOCS, por sua vez, não deu certo, uma vez que as verbas destinadas a ela foram revestidas para o financiamento e manutenção de outros países na Primeira Guerra Mundial.

Em 1945, a IOCS passou a ser Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que providenciou a construção de barragens e poços, com bilhões de metros cúbicos de água, em terras de latifundiários da burguesia agrária da Região Nordeste. Isso levou à simplificação do problema da falta de água, mas agravando a chamada indústria da seca, que fomentou a corrupção, desvio de verbas e clientelismo<sup>22</sup>. Já em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que, por sua vez, também adotou os açudes como parâmetro de combate à seca (Menezes; Morais, 2009).

Objetivava-se com a SUDENE corrigir as desigualdades espaciais que se expandiam pelo território brasileiro em conjunto com o avanço da constituição do mercado interno, pois essa foi concebida, inicialmente, como uma autarquia ligada diretamente à presidência da República. Em sua constituição, era formada pela Secretaria Executiva, onde estavam os técnicos e burocratas, e pelo Conselho Deliberativo, representado pelo lado político da instituição, ministros e governadores da Região Nordeste e Minas Gerais, todos pertencentes ao Polígono das Secas (Carvalho, 2006).

A SUDENE atuaria como um organismo responsável pelo desenvolvimento regional, contudo, após o golpe militar de 1964, torna-se uma ferramenta de reforço da unidade e segurança nacionais, abdicando das preocupações sociais sobre as quais foi fundada. De acordo com Carvalho (2006, p.10), “o desenvolvimento regional torna-se um elemento na estratégia global do desenvolvimento em si que visa, acima de tudo, a expansão da integração produtiva do mercado interno promovida pela industrialização pesada”. Por fim, a SUDENE acabou sendo extinta em 2001 pelo Presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso, com suspeitas de corrupção as quais ele alegava estar combatendo, reiterando que essa foi de grande importância para a Região Nordeste (Carvalho, 2006).

A partir da atuação DNOCS e SUDENE, muitos debates surgem sobre o Polígono das Secas, predominante na Região Nordeste, mas que avança também para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, podendo destacar duas importantes visões que complementam a análise das condições dessa região, conforme o quadro 11 a seguir.

---

<sup>22</sup> Clientelismo é o nome que se dá à troca de favores entre cidadãos e políticos, mesmo que inconscientemente.

Quadro 11– Enfoques acerca das secas na Região Nordeste

<b>VISÃO</b>	<b>DEFESA</b>	<b>CAUSA DA SECA</b>	<b>SUGESTÃO</b>
Ecológica	Possibilidade de equilíbrio entre o ambiente natural e a sociedade, não considerando as complexidades dos interesses dos grupos e classes.	Devastação da flora nordestina, ocasionada pela exaustão do solo usado para o cultivo da agricultura.	Medidas de reflorestamento com plantas xerófilas, vegetais que desenvolvem um sistema de proteção contra o clima o seco.
Sociopolítica	A seca como um fenômeno climático e fato social.	Problema estrutural que não pode ser resolvido apenas com modernização.	Análise de contexto (econômico, social e político) para a compreensão da ação devastadora da seca no semiárido nordestino.

Fonte: Menezes; Morais, 2009.

Elaboração: Santos, 2025.

Partindo desse panorama, embora as secas da Região Nordeste sejam uma problemática real que ocasionou mudanças drásticas ao longo dos anos em suas paisagens e, consequentemente, na vida de sua população, elas não são o único motivo para que tenham as migrações, até mesmo porque, de acordo com Ab’Saber (1999), elas continuam acontecendo depois de cinco séculos. Segundo Silva (2019, p. 78): “a prática da migração se tornou algo normal para os nordestinos, principalmente para os sertanejos, que longe da capital buscavam melhores condições de vida.” Contudo, a migração não é causa comum apenas dos nordestinos, mas da humanidade”.

As migrações estão associadas, na maioria das vezes, às transformações provocadas pela inserção das relações capitalistas de produção nos diferentes setores sociais da sociedade brasileira, permitindo que as pessoas se desloquem pela alusão de melhores condições de vida. Elas se tornaram algo comum pela influência da globalização e do mercado de trabalho, situações que ocorrem há séculos, como é o caso das grandes navegações e colonização, retornando aos princípios da história da Região Nordeste. Os deslocamentos populacionais internos, então, acontecem por causa da seca sim, mas também pelo aumento da necessidade por força bruta para as diferentes lavouras que foram se estabelecendo em todo o país e que existem até os dias atuais (Silva, 2008).

Destarte, a parte árida da região Nordeste, que abarca o Sertão e o Agreste, é uma característica do bioma da Caatinga, sempre existiu e assim permanecerá até que haja uma mudança considerável no ecossistema da área. A diferença desse assunto está no fato de que, com as tecnologias agrícolas do século XXI, é possível desenvolver vários cultivos na parte

seca, sem interferir na produção final. O que se sabe sobre as intensas migrações dos nordestinos nos séculos passados foi real, todavia, são fatos acrescidos de algumas informações falaciosas. É bem verdade que as secas, como citado, causaram estragos irreparáveis para as terras sertanejas, no entanto, essas pessoas não saíram dali exclusivamente pela falta de chuvas e sim pelas explorações colonial e imperial que perdurou até, pelo menos, 1889, principalmente, nos canaviais e nas fazendas onde localizavam-se os engenhos. Com a ascensão do café como principal produto econômico no estado de São Paulo e o início das usinas no Brasil, viu-se uma oportunidade de mudar de vida, o que mais tarde seriam chamados de retirantes.

### 3.1 O PENSAMENTO GEOGRÁFICO E O PROGRESSO MODERNISTA NO BRASIL

Todo pensamento científico parte de uma reflexão acerca de determinado tema e com a Geografia não tem sido diferente. De origem alemã e desenvolvimento francês, essa ciência envolve uma série de pressupostos que buscam conceituá-la ao longo de sua existência, mas sem chegar a um acordo definitivo. Contudo, para Santos (2012, *apud* Dresch, 1949), ela nasceu em meio ao triunfo da burguesia, na qual de início foi como uma filosofia e uma ciência, sendo utilizada para fins políticos, propaganda nacional ou internacional, arma de combate entre Estados e Impérios, arcando com as consequências ideológicas em curso de sua juventude. Que ideologia seria essa? A mesma foi concebida pelo capitalismo quando se implantou nos países centrais e nas periferias (Santos, 2012).

Diante disso, o capitalismo passou a fazer uso da Geografia logo em sua primeira fase, a comercial ou mercantilista, quando saiu em busca das riquezas de outras terras, período que ficou conhecido como as grandes navegações. Em todos os países colonizadores houve geógrafos empenhados que se adaptavam à marcha toda vez que encontravam um empecilho. O impulso dado à colonização e o papel que a Geografia representava nela foram um dos grandes fatores para o seu desenvolvimento (Santos, 2012).

Em todas as épocas vivenciadas pela humanidade até os dias atuais, há uma forma própria de pensar a Geografia e o pensar do geógrafo. Nesse viés, no final do século XIX e início do XX, surgiu a necessidade de conhecer melhor os povos a partir das relações entre homem e meio, introduzindo a organização do domínio dos territórios pelo estudo da sociedade e espaço. É nesse período que a Geografia é finalmente consagrada como uma ciência do espaço e os geógrafos como os especialistas para a sua organização (Moreira, 2007).

A virada de século em 1889 no Brasil é constituída de marcos fundamentais, não necessariamente benéficos, para a sua história, pois naquele momento há uma transição do tipo

de mão de obra escravizada para assalariada – ou pelo menos em teoria foi o que aconteceu – há a Proclamação da República e o país passa de agroexportador para urbano industrial. No restante do mundo, por outro lado, há a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nessas situações, por mais distintas que elas tenham sido, todas utilizaram o pensamento geográfico, porque uma imagem de ciência foi colada ao mapa e ao espaço, firmando nas mentes dos homens como um traço identitário da Geografia, essa é “de uma relação indissociável que ainda mais se reforça com as necessidades de grandes arrumações territoriais advindas da revolução industrial em todos os Estados e governos” (Moreira, 2007, p. 16).

Dotado de uma identidade monárquica, o Brasil, entre 1870 e 1930, viu a necessidade de alterar sua organização interna para criação de pensamento crítico capaz de compreender a realidade nacional, bem como propor e fazer mudanças necessárias. Sobre outro aspecto, era indispensável olhar para as outras noções e estudar os cenários, até mesmo para que pudesse guiar o seu processo industrial. Conquanto, essa foi a oportunidade para a entrada de ideologias científicas de outros povos no país, que pensavam ser a hora de potencializar seu território, debruçando-se sobre a natureza físico-climática, adaptação do indivíduo ao meio, características raciais dos habitantes e consequências da formação social brasileira (Civale, 2012).

Aspirava-se, nessa época, estabelecer o potencial e os limites da natureza física, social e política do país, que avançaria frente às ideias de progresso. Era preciso, também, pensar em uma solução oficial para a questão da imigração europeia<sup>23</sup>, que adentrava as terras brasileiras para suprir a mão de obra nas lavouras e, acima de tudo, branquear a população. Concomitante a isso, houve a expansão das vias de comunicação e o crescimento urbano, baseado na construção de estradas de ferro, navegação regular de cabotagem<sup>24</sup>, e melhoria nas comunicações com a Europa. Para além disso, outro destaque a ser feito é no que diz respeito às profissões, uma vez que as engenharias civil e militar, assim como a medicina sanitária,

---

<sup>23</sup> Para Martins (1998), os imigrantes vieram para o Brasil com a perspectiva de serem proprietários de terras, coisa que jamais aconteceria, pois, a Lei de Terras de 1850 e as legislações subsequentes dão garantias a isso, certificando os interesses dos fazendeiros e comerciantes da época e gerações futuras. Porém, com essa ideia, entendiam serem homens livres, visto que não foram forçados ao trabalho como os escravizados. Assim sendo, os imigrantes foram tidos como colonos, que se tornou sinônimo empregado, e entram na produção de café como valorização desse mesmo trabalho livre, bem como uma condição de propriedade. Todavia, para os fazendeiros era uma renda capitalizada, uma vez que custeava transporte, alimentação e instalação do colono e sua família, legando-os uma dívida eterna. Desse modo, a liberdade era apenas uma máscara capitalista para esconder as reais intenções da exploração da mão de obra da época.

<sup>24</sup> Trata-se do transporte marítimo, entre portos de um mesmo país, de produtos dispostos em contêineres.

foram voltadas para a modernização do território, enquanto que os especialistas da área do direito se dedicaram à sua soberania (Civale, 2012).

Dentro desse contexto, o pensamento geográfico destaca-se em três pontos básicos. A primeira versão é a moderna, na qual procurou participar das representações acerca do território e população, todavia, de um lado, esse pensamento contribuiu para a sedimentação das ideias deterministas que almejavam um destino de uma grande potência, considerando como elementos indispensáveis para o futuro do país as riquezas naturais, as dimensões territoriais e a condição climática tropical. Por outro lado, duas teses se contrastavam quando se falavam da natureza dos habitantes do Brasil, pois em uma delas a população miscigenada significava um controle eficaz para a natureza tropical, já que estariam adaptados aos trópicos, a outra dizia que a heterogeneidade era incapaz de se auto-organizar e gerir a própria nação de forma racional (Civale, 2012).

Ainda dentro dos estudos de Leonardo Civale (2012), o autor explica que o Brasil sempre interpretou sua natureza e sociedade a partir da doutrina do progresso. Por causa disso, os intelectuais estavam divididos entre:

o universalismo da teoria e a promessa cultural e de emancipação que fundamentasse a interpretação crítica da realidade do país e a reforma da sociedade, porém subordinar tais teorias a um projeto de redefinição da identidade nacional. Além disso, há uma diferença entre as condições iniciais de desenvolvimento das teorias da geografia e prática da geografia. No Brasil de então, as teorias da geografia foram englobadas por uma interpretação sociológica, historicista e ideológica generalizante da relação sociedade/natureza no Brasil. No entanto, as práticas geográficas ficaram relegadas a um segundo plano. A geografia passou a ser entendida com um saber prático e técnico (Civale, 2012, p. 31).

Torna-se importante analisar essa conjuntura de segundo plano a qual foi designada para a Geografia porque os saberes prático e técnico são mais interessantes de serem discutidos do que as relações entre sociedade e natureza, uma vez que essas explicam a formação da população brasileira. Contudo, como mesmo apresenta Civale (2012), a questão das raças era vista como ideologia política, então atribuiu à História a função de elucidar o atraso e as consequências causadas pela colonização portuguesa, e ao progresso coube debater a superioridade dos imigrantes europeus frente aos nacionais.

A transição do século XIX para o XX no Brasil representou para a Geografia as sistematizações do autor prussiano Friedrich Ratzel. Para ele, a natureza exerce influência sobre a humanidade, atuando em sua fisiologia e no caráter destes em sociedade. Para além disso, as condições naturais também agem na constituição social, seja pelas riquezas, recursos do meio, expansão dos povos e miscigenação. A teoria determinista de Ratzel coloca essa sociedade

como um organismo que mantém relações duradouras com o solo e que podem se manifestar em moradia e alimentação, levando o ser humano a fazer uso da natureza para conquistá-los (Moraes, 2007).

O que se observa, nesse sentido, é que o pensamento geográfico se voltou para o determinismo geográfico, onde procurou vantagens e desvantagens das condições físicas – clima tropical e relevo – sobre a população, defendendo a tese de que as conjunturas desse mesmo meio tropical poderiam ser superadas caso houvesse o aprimoramento das qualidades populacionais. Dessa maneira, o foco estava nas desigualdades regionais associadas às questões raciais, determinando quais eram as áreas mais propensas ou com mais obstáculos ao progresso doravante aos trabalhos publicados à época, questionando não só a organização do território, mas também a ausência de uma população branca capaz de trabalhar e de ter conhecimento técnico para participar de um projeto desenvolvimentista (Civale, 2012).

Civale (2012) finaliza destacando que houve um descaso dos geógrafos e cientistas sociais brasileiros no que diz respeito ao pensamento geográfico entre 1870 a 1930, já que ele nunca foi introduzido de maneira isolada no Brasil, sendo anteriormente ligado às ciências sociais da segunda metade do século XIX. Ao certo, sabe-se que incorporou nos discursos sobre as representações sobre território e população as riquezas naturais, tropicalidade, dimensão continental e a oferta ilimitada de terras, legando até os dias atuais um difusor de ideologias conservadoras.

Ao refletir sobre o pensamento geográfico nas décadas passadas, compreende-se que trazer para o Brasil a ideia do determinismo proposto por Ratzel foi um passo importante para a sua construção, porém, a teoria foi guiada para uma vertente racial, deixando de fora os fatores socioeconômicos que outrora tornaram-se a base do país. Era preciso considerar na época que as condições naturais estavam sendo moldadas pela exploração e, conseqüentemente, a população seguia o mesmo ritmo, ainda que involuntariamente. Martins (2016, p. 62) em seus estudos fala que: “o pensamento geográfico é geografia em pensamento, ou pensar geografia é ter para si a existência e a importância do geográfico presente na realidade.” Assim, podemos dizer que quem não tem a forma pouco ou nada reconhece do conteúdo”.

Ora, a Geografia deve ser sim pensada a partir das relações existentes entre sociedade e natureza, como há muitos anos vêm se afirmando, afinal o seu objeto de estudo é o próprio espaço geográfico, mutável a partir dessas interações. Para Martins (2016), a forma é a existência de um conteúdo em pensamento, coexistindo e respondendo às suas alterações, o que não significa dizer que ela é uma ciência puramente baseada no que os geógrafos fazem ou deixam de fazer. Portanto, o pensamento geográfico vai se construindo conforme o período

vivenciado e os elementos que o compõem, pois, mesmo que esses não sejam considerados, eles vão se sobrepor como seus integrantes.

### 3.2 A REGIÃO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O pensamento geográfico segue o mesmo princípio do seu objeto de estudos, o espaço geográfico, estando em constante transformação, pois é assim que se constrói. Contudo, ainda que os seus conceitos basilares sejam reformulados conforme a época, eles não podem ser desassociados da Geografia, uma ciência humana, que abrange os campos físico, social, econômico, entre outros. Dessa forma, dentre todos, tem-se a Região imprecisamente definida, utilizada como sinônimo, por exemplo, de determinada área de atividade produtiva, relações de produção ou territorial, atendendo a uma necessidade momentânea e aderindo-lhe caráter subjetivo (Breitbach, 1986).

A recorrente consulta do termo auxilia a dar-lhe um teor de categoria prática no cotidiano acadêmico de analítica, esferas diferentes, mas que necessitam estabelecer um diálogo constante entre elas. Com a permanência do conceito de Região através dos séculos, questiona-se a respeito da problemática que o guia em conjunto com o pensamento geográfico. Para tal, tem-se que ela envolve a diferenciação do espaço geográfico, identificando suas partes e singularidades a partir das diferenças de natureza ou tipo e diferenças de grau. (Haesbaert, 2019).

Diante disso, é compreensível haver uma espécie de conflito com as concepções de Região, uma vez que elas não estão equivocadas, são parte do senso comum, entretanto, ela é, ainda, “uma realidade objetiva, dotada de elementos que podem ser identificados e analisados, passível, portanto, de exame de acordo com procedimentos científicos adequados” (Breitbach, 1986, p. 11). O seu uso desordenado leva a uma rasa delimitação de territorialidade, principalmente no planejamento regional, o que não contempla no pensamento geográfico a realidade social e, por conseguinte, suas relações com o espaço, prejudicando as possíveis percepções e diagnósticos elaborados (Breitbach, 1986).

Segundo Breitbach (1986), quando a Região é pensada dessa forma, os mesmos planejadores irão se deparar com as desigualdades regionais dentro do contexto capitalista e, para tanto, precisarão controlá-las. As diferenças serão produzidas e reproduzidas sistematicamente, impondo-se com firmeza ao mesmo tempo em que a sapiência vai perdendo profundidade, bem como não terão instrumentos teóricos adequados para se adequar e compreender essa nova realidade que está se formando e visam interferir.

Brito (2007), pautando-se nas reflexões de Milton Santos quando discute acerca das Geografias geral e regional, fala sobre a realidade da Região. Ela não pode abrigar, ao mesmo tempo, a causa e o efeito dos fenômenos que nela estão contidos, visto que há no mundo atual uma dinâmica capaz de explicar que essa conexão ultrapassa seus limites. Portanto, quando se fala em analisar exclusivamente o que há de concreto, refere-se ao estudo da aparência do fenômeno que está sendo descrito naquele instante, sem considerar, no entanto, o processo que o gerou, podendo se perder em algo desprovido de conteúdo.

Para o desenvolvimento do conhecimento científico, assim como do próprio pensamento geográfico, tornou-se comum a fragmentação dos elementos para serem analisados, todavia, para isso ocorra, pressupõe-se que se tenha prévia noção de sua totalidade para que seja possível compreender as diferenças do real. Com efeito, o conceito de Região, em um movimento dialético, é instável, sujeito às situações às quais o mundo, na atualidade, pode vivenciar, adquirindo qualidades e quantidades que o distinguem de outros entendimentos já elaborados (Brito, 2007).

Nessa perspectiva, Brito (2007), à luz de Milton Santos, explica que o entendimento sobre Região é, em sua formação, um processo que vai do universal ao particular. No entanto, nesse período técnico-científico-informacional contemporâneo, ela tem passado por mudanças que a impedem de ser estável, coesa e harmônica, possuindo uma sucessão de divisões do trabalho que se organizam de acordo com os momentos de sua produção. Em conformidade com Silveira (2010), os processos sociais atuais se modificam a todo instante, exigindo que a Região seja vista como um conceito dinâmico e não mais como algo cristalizado do passado. Ela é uma categoria carregada com a história do presente para que não se afaste desse tempo e de um alcance de eficácia política.

Recorrendo mais uma vez à totalidade, a Região, se assim for considerada, não tem existência própria, será apenas uma abstração. Contudo, em cada momento da história, o capital, a população, a força de trabalho e outros elementos são divididos, distribuindo-se de diferentes maneiras, acarretando uma diferenciação que confere à Região sua especificidade e definição particular. Ela está subordinada às leis gerais de evolução, nas quais o tempo empírico entra como uma condição possibilista e a entidade geográfica como uma oportunidade, ambas desrespeitam os limites anteriores e criam novos (Santos, 2006).

Por muito tempo, considerou-se que a Região possuía características de identidade exclusivas, sem haver interferências, mas nesse novo cenário de um mundo tido como globalizado, isso se alterou, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o pensamento geográfico passou a ser visto de uma outra forma. Agora pode-se considerar que

ela é o suporte e a condição para as relações globais que não poderiam ocorrer de outra forma, pois possui um nível de complexidade jamais visto pelo homem (Santos, 2006).

Haesbaert (2010), nesse sentido, propõe que a Região seja vista além da mera existência de um artifício teórico e analítico, a concebendo como um artefato, rompendo com a dualidade restrita aos realistas e idealistas a fim de fazê-la ser identificada como uma criação, uma arte, alguma coisa já produzida e articulada. Para tal, o autor pauta na região, trabalhando suas forças dentro da lógica produto-produtora da dinâmica da globalização, elenca a sua construção através da atuação dos diferentes sujeitos sociais e os processos de desigualdades espaciais. De acordo com Haesbaert (2010), essa formulação é indispensável para que o conceito não seja reduzido ao recorte empírico, até mesmo porque a Geografia, enquanto ciência, não poderá ser definida assim, logo, as suas categorias básicas também não podem.

Ao priorizar essa proposta, a Região como um arte-fato, considera-se relevante uma abordagem do pensamento geográfico que avança o campo epistemológico do investigador, desarticulando o espaço através das dimensões nas quais os indivíduos realmente o constroem. Busca-se, também, problematizar a diferenciação espacial dos métodos de análise e classificação, partindo de ações concretas que se produzem com base nas articulações socioespaciais. Explica Haesbaert (2010, p. 187):

Ler a região a partir do que denominamos articulação do espaço, na imbricação de artifício metodológico e fato concreto, vivido (e, enquanto vivido, com todo seu valor simbólico, mais subjetivo), significa, também, enfatizar em nossa abordagem a “ação” e a figura dos “agentes”, ou melhor, dos sujeitos sociais em questão, pois são eles que, efetivamente, envolvidos com seu meio (não humano, inclusive), constroem as diferenciações geográficas que levam à elaboração de nossas distintas regionalizações.

Bezzi (2002) fala sobre a Região como foco de identidade cultural, pautada na Geografia humanístico-cultural, na qual se analisam os fatores culturais e a percepção atuando nas ações de organização, elaboração e recortes regionais do espaço geográfico. A realidade, nessa concepção, é composta por tudo aquilo que se consegue ver pelo olhar do observador, sendo necessário decompô-la de acordo com a interpretação de seus valores, não ocorrendo de forma homogênea. Assim, é resultado da intuição, traduzindo certa intencionalidade da consciência ao direcionar os objetos de investigação.

Para a Geografia, ainda nesse cenário, a interpretação espacial está associada à interpretação de signos, onde tem-se a percepção dos fatos. A região, por sua vez, é vista como um conjunto de vivências estabelecidas por meio das apreensões, valoração, decisões e comportamentos coletivos. Ela é uma substância, uma construção mental que congrega

elementos intersubjetivos, construindo seu próprio código para mediar as decisões e comportamentos. Esses elementos que a compõem advêm da realidade objetiva, entretanto, os critérios que os unem são estabelecidos por uma base comum de subjetividade. Assim sendo, a cultura torna-se indispensável para compreender e interpretar esse espaço intersubjetivo (Bezzi, 2002).

Nesse sentido, ao colocar a região como foco de identificação cultural, está-se agregando um conjunto de referências sociais. Ela traz os seres humanos como atores da produção e reprodução da sociedade e lugares, valorizando a perspectiva humanística acima destes e aderindo-lhe um conjunto de significados expressos em determinado recorte regional. Nessa visão, a identidade tem papel mais global e é comprometida com os objetivos do espaço investigado. Para tanto, a região define-se como um conjunto específico de relacionamentos culturais entre o grupo e o lugar, é um produto real e concreto (Bezzi, 2002).

Portanto, entende-se assim que a definição de Região, bem como tantos outros da Geografia, não pode ser dada como fechada, uma vez que ela está em constante transformação. Como coloca Haesbaert (2010), trata-se de uma união espacial complexa, com dimensões que estão associadas aos grupos sociais e ao próprio contexto histórico onde estão inseridos, podendo manifestar-se como um conjunto mais articulado ou integrado na leitura das vivências desses, colocando-os no centro da regionalização enquanto ação concreta.

### 3.3 O BRASIL E O PENSAMENTO LITERÁRIO NO CONTEXTO DA OBRA “VIDAS SECAS”

Um aspecto a se destacar a respeito da obra *Vidas Secas* é que, concomitante à sua publicação, o país estava vivenciando em sua realidade a Revolução/Golpe de 1930, que tornou Getúlio Vargas presidente do Brasil. Por causa das circunstâncias da década, tudo se desenvolvia de acordo com a vida política, que fazia-se sentir na cultura, repercutindo na literatura (Lopes, 2023). Com *Vidas Secas* em 1938, durante o Estado Novo, Graciliano Ramos procurou construir um contexto que ia contra a imagem de um país desenvolvido, apresentando contrapontos que denunciavam que a força de trabalho não estava sendo suficiente para o enfrentamento da pobreza em algumas regiões, como é o caso do Nordeste (Pacheco, 2015).

O poder político em questão defendia uma ideologia trabalhista em que haveria um novo sujeito social a ser construído pela industrialização do país. Entretanto, para que isso se concretizasse, fazia-se necessário um grande contingente de mão de obra, mas a imigração de estrangeiros não era mais uma opção, vez que esses estavam envolvidos com a guerra, levando

Getúlio Vargas a captar esse “recurso” dentro do próprio território, renovando a proletarização urbana (Pacheco, 2015). Ainda de acordo com a autora:

Também o discurso ideológico nacional – antes uma conversa entre classes dirigentes e classes dominantes – precisou renovar-se, de tal modo que a tradição do autoritarismo brasileiro incluísse, e domesticasse, esse novo proletário. Correspondente ideológico da estratégica organização do mercado de trabalho interno, o expediente moderno de renovação do autoritarismo brasileiro unia, numa conjunção meio bárbara, nacionalismo e patriarcalismo, com sentido de orientação de massa. As providências legais são mais do que conhecidas (instituição do salário mínimo, limite de jornada de trabalho na indústria e no comércio, regulação da jornada das mulheres e do trabalho infantil), e tinham feição de avanço, o que de fato eram, mas como sabido tratava-se *exclusivamente* de legislar sobre o trabalho formal e urbano, a despeito de, àquela altura, a promoção da indústria ainda correr em paralelo à diversificação do setor agrícola (Pacheco, 2015, p. 35).

Durante o Estado Novo, incitou-se que a população afetada pelas condições climáticas do Nordeste migrasse do semiárido para o Sul e, também, para o Norte, locais onde precisavam-se de muitos trabalhadores. Quando os políticos apontavam alguma solução para resolver o problema dos nordestinos, carregavam-na de conotações negativas a respeito do Sertão. De acordo com Buriti; Aguiar (2008, p. 12): “eram pejorativamente chamados de ‘flagelados’, que ‘invadiam’ os grandes centros urbanos como ‘desocupados’ que se tornavam uma ‘ameaça’ à ‘ordem’ e à higiene enfaticamente propalada pelos médicos e sanitaristas daquele período”.

Com um discurso velado de higienizar as principais cidades da Região Nordeste nas primeiras décadas do século XX, pautados nas mesmas ideias de civilização europeia, busca-se controlar as populações mais pobres que viviam à margem dessa sociedade. Assim, reordenou a economia do país, que passou a ser caracterizada pelo processo urbano-industrial do Sudeste, redefinindo o programa de migração, aderindo ao semiárido um novo aspecto, ainda que fosse conhecido como seco, inóspito e desértico (Buriti; Aguiar, 2008).

O que se observa com essa situação é que as migrações se tornaram um mecanismo estratégico para a centralização de propriedade dos recursos hídricos pela elite local e não mais uma defesa para fugir das secas. Com o golpe de 1930, Vargas, ocupando o cargo de Presidente da República, tentou romper com esse poder organizado nos estados, fazendo grandes investimentos industriais a fim de explorar o território para dar continuidade aos seus projetos de desenvolvimento, mas para isso ele precisaria da dinâmica populacional das migrações (Buriti; Aguiar, 2008).

Retomando à literatura, diferentemente de tantas outras obras do mesmo período, Vidas Secas narra primeiro as perspectivas do trabalhador rural, que denuncia a exploração da mão de obra camponesa. Pacheco (2015) discute que a escrita de Ramos procura caracterizar a

invisibilidade social do trabalho dos retirantes, a máxima desqualificação das atividades deles e o sofrimento desumano que passam, já que são comparados ao mesmo valor dos bichos durante o período da seca. Enquanto Fabiano e sua família, personagens da trama, passam seus dias no martírio da gerência da fazenda morta pela falta d'água, o patrão só aparece quando as chuvas voltam para cobrar juros e indicar-lhes os seus respectivos lugares naquelas terras.

A relação de dominação tornou-se relação de exploração moderna, associada àquela: as ameaças do patrão, chamado de “amo” quando a discussão pode pôr a perder o lugar na fazenda, o pagamento por partilha, o furto às claras, indicam a permanência de velhas formas sociais, agora associadas à presença de juros, circulação das mercadorias, distância e racionalização do proprietário, ou seja, a formas de exploração contemporâneas (Pacheco, 2015, p. 39).

Nesse viés, embora haja contradições, uma outra observação a ser feita é que *Vidas Secas* não é um romance sobre fome. Se assim fosse, o descontentamento dos personagens se resolveria quando esses enfim conseguissem alimento, mas não, eles estavam desconfortáveis, na verdade, com as condições em que viviam, morando e trabalhando em terras alheias sem serem donos de nada. A narrativa de Graciliano Ramos não descarta esse elemento, porém, está direcionada para a representação das classes sociais, na qual o autor constrói diálogos críticos em formato de prosa para que os retirantes possam se expressar, relatando as injustiças que estão passando (Pacheco, 2015).

Pisou com firmeza no chão gretado, puxou a faca de ponta, esgaratou as unhas sujas. Tirou do aió um pedaço de fumo, picou-o, fez um cigarro com palha de milho, acendeu-o ao binga, pôs-se a fumar regalado.

— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:

— Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades. Chegara naquela situação medonha — e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

— Um bicho, Fabiano.

Era. Apossara-se da casa porque não tinha onde cair morto, passara uns dias mastigando raiz de imbu e sementes de mucunã. Viera a trovoada. E, com ela, o fazendeiro, que o expulsara. Fabiano fizera-se desentendido e oferecera os seus préstimos, resmungando, coçando os cotovelos, sorrindo aflito. O jeito que tinha era ficar. E o patrão aceitara-o, entregara-lhe as marcas de ferro. Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Olhou as quipás, os mandacarus e os xiquexiques. Era mais forte que tudo isso, era como as atingueiras e as baraúnas. Ele, Sinhá Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra (Ramos, 2024, p. 15-16).

O Nordeste descrito por Ramos (2024) é o das planícies avermelhadas e juazeiros com manchas verdes, caracterizado pela aridez do Agreste até chegar ao Sertão. As pessoas que fizeram esse percurso caminhando no final do século XIX e primeiras décadas do XX, depararam-se, em muitas situações, com incertezas, doenças, fome, sede, pobreza e morte, todavia, o autor não intencionou representar uma Região tipicamente miserável, pelo contrário, era preciso ir contra às ideologias do governo e expor a realidade de um povo que somente era lembrado para servirem de mão de obra barata para o progresso do Brasil.

Há de se destacar que Graciliano Ramos levanta essa problematização por ter sido ele mesmo um dos muitos escritores brasileiros a ser perseguido politicamente durante o Estado Novo. Em 1936, segundo Patto (2012), o autor foi alvo da polícia getulista e, conseqüentemente, viveu quase um ano em porões de navios e celas de presídios, chegando a estar em campos de trabalhos forçados. Ao passar por diversas experiências negativas, tanto na infância quanto na idade adulta, transformou-as em livros, sendo o último, em que conta a respeito das vivências na década de 1930, publicado após a sua morte em 1953.

Igualmente importante é o fato de que o escritor não principiava suas obras do orgânico ou espontâneo, ele era sempre crítico. Em suas narrativas, nesse caso específico *Vidas Secas*, o personagem principal é um problema por não aceitar o mundo, nem os outros e muito menos a si mesmo, sendo guiado pelas dificuldades que adota como máscara. Assim, o autor faz uso desta para criar as tensões sociais e os comportamentos da trama, interessando-lhe as pequenas descrições das paisagens e da natureza quando se propõe a expor a realidade hostil que esse mesmo personagem irá enfrentar (Bosi, 2015).

Essa visão regional apresentada pelo autor é perceptível durante a leitura quando Fabiano e sua família demonstram que não têm um lugar de identidade, sentindo-se oprimidos, impotentes e dotados de dura existência. Eles acreditam que migrar seja uma consequência do destino daqueles que vivem em tamanha pobreza, então, motivados pela persistente seca, vão em busca de melhores condições de vida, ainda que sejam precárias. Em *Vidas Secas*, tudo é um grande desafio, porque aquelas pessoas entendem que estão desamparadas, imergindo em um mundo de angústia (Mello; Becker, 2016).

Saiu lento, pesado, capiongo, as rosetas das esporas silenciosas. Não conseguiria dormir. Na cama de varas havia um pau com um nó, bem no meio. Só muito cansaço fazia um cristão acomodar-se em semelhante dureza. Precisava fatigar-se no lombo de um cavalo ou passar o dia consertando cercas. Derreado, bambo, espichava-se e roncava como um porco. Agora não lhe seria possível fechar os olhos. Rolaria a noite inteira sobre as varas, matutando naquela perseguição. Desejaria imaginar o que ia

fazer para o futuro. Não ia fazer nada. Matar-se-ia no serviço e moraria numa casa alheia, enquanto o deixassem ficar. Depois sairia pelo mundo, iria morrer de fome na catinga seca. Tirou do bolso o rolo de fumo, preparou um cigarro com a faca de ponta. Se ao menos pudesse recordar-se de fatos agradáveis, a vida não seria inteiramente má (Ramos, 2024, p. 75).

Vidas Secas é uma narrativa que marca o regionalismo<sup>25</sup> nordestino, pois elenca elementos majoritariamente deste cenário, tal como a figura do vaqueiro, utilizada para identificar o ofício de Fabiano. Durante o desenvolvimento da história, o autor conta em terceira pessoa que o personagem se orgulha disso, uma vez que é tudo o que ele sabe fazer, cuidar do pastoreio de animais, inspirando seus filhos a seguirem o mesmo caminho. Para chamar a atenção do leitor, as crianças não têm nomes próprios enquanto a cachorra sim, representando que, em meio à pobreza, os bichos possuem mais valores do que o ser humano. A essa gente, em meio aos acontecimentos do país na época – que pouco lhe interessa – tudo que importa é a sua força bruta para o trabalho, não se pode questionar ou duvidar, basta acatar sem reclamar, contribuindo com a construção imagética da Região Nordeste defasada e atrasada que Graciliano Ramos quis desfazer.

A partir dessa leitura crítica da obra, o próximo capítulo explora como essa literatura pode ser incorporada ao ensino de Geografia, articulando conceitos espaciais e sociais com o universo ficcional de Vidas Secas, a fim de promover uma compreensão mais profunda e sensível da realidade nordestina em sala de aula. Serão apresentadas reflexões e estratégias didáticas, visualizadas de forma ampliada no Produto Técnico, Tecnológico Educacional, que permitem o diálogo entre os elementos da narrativa e os conteúdos da Geografia Agrária, como o conceito de espaço geográfico, região, paisagem e desigualdade socioespacial. Dessa forma, a obra literária deixa de ser apenas objeto de análise textual e passa a funcionar como ferramenta pedagógica, despertando nos estudantes a capacidade de interpretar criticamente o espaço em que vivem e os discursos construídos sobre ele.

---

<sup>25</sup> Regionalismo, segundo Castro (2021), é uma forma ideológica política fundamentada na identidade regional. Ele infere uma luta por autonomia regional por emancipação, confrontando forças políticas regionais e até mesmo nacionais. É uma tensão entre centralização e descentralização do poder de gestão e formação dos estados nacionais ainda não completamente resolvida.

#### 4. O ENSINO DE GEOGRAFIA

Como uma ciência humana, a Geografia encarrega-se de pesquisar os espaços produzidos pela sociedade, considerando seus movimentos, interações e contradições estabelecidas com a natureza ao longo do tempo histórico. Enquanto disciplina escolar, é responsável pelos mesmos princípios acrescidos da função ensino-aprendizagem, no qual são estabelecidas relações entre professor e aluno, objetivando a comunicação entre ambos, expressando suas realidades e formando cidadãos críticos para a sociedade. Entretanto, faz-se necessário questionar sobre o que e como ensinar Geografia para cumprir com os seus objetivos.

De acordo com Straforini (2018), não é uma exclusividade da Geografia levar para a sala de aula a realidade atual, as outras disciplinas podem fazer o mesmo, pois o conhecimento científico não lhes é alheio. Contudo, é preciso que os conteúdos escolares e a própria realidade estejam unidos para a leitura do mundo contemporâneo a partir dos fundamentos geográficos, isto é, possui um importante papel na interpretação reflexiva e crítica da atualidade quando os estudantes acionam seus conceitos e procedimentos metodológicos (Straforini, 2018).

Para Cavalcanti (2012), os objetos do conhecimento no ensino de Geografia dependem dos saberes escolares, a cultura geográfica elaborada pela humanidade, sendo considerada importante para a formação do aluno. Essa concepção pauta-se no entendimento de que é preciso abordar e desenvolver os conteúdos de forma crítica, criativa e questionadora a fim de interagir e confrontar outros saberes. Nesse espaço, deve-se pensar as matérias, metodologias e procedimentos com base na cultura dos envolvidos, visto que em seu dia a dia educandos e professores constroem Geografia ao circularem, brincarem e trabalharem pela cidade (Cavalcanti, 2012).

Nessa perspectiva, em sentido amplo, o processo do ensino compõe a constituição humana, abrangendo as dimensões da educação – intelectual, afetiva, social, moral, estética e física. Para que isso ocorra, além de conceitos, necessita voltar-se para o desenvolvimento de competências e habilidades, operando os conhecimentos e formando atitudes, valores e convicções frente aos saberes escolares. O ensino de Geografia deve ser voltado para o interesse das classes populares, propiciando a compreensão do espaço geográfico em sua concretude e contradições (Cavalcanti, 2012; 2013).

Quanto à prática pedagógica e curricular, é complexo para os professores apresentarem os conteúdos geográficos isolados quando esses devem estar inter-relacionados, porque é a partir da totalidade que se compreenderão as partes. O ensino de Geografia precisa estar

alinhado ao entendimento da espacialidade dos fenômenos para que as diferentes práticas humanas criem e usem as diferentes concepções de espaço. Isso possibilita perceber que as práticas espaciais estão imersas em ideologias, compondo os conteúdos essenciais (Straforini, 2018).

#### 4.1 A REGIÃO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Conforme visto em páginas anteriores, o conceito de região perpassou por muitas formulações que não o levaram a algo fechado, acabado, o que não é necessariamente um problema, uma vez que as ciências no geral não precisam de respostas prontas para se desenvolver. Além disso, não é uma definição somente da Geografia, outras áreas podem interpretá-lo da forma que lhes for mais adequado, basta haver o questionamento “o que é região?” Para dar início à discussão científica.

Paralelo a essa indagação, há simplificações insistentes em que a região é pautada no determinismo geográfico, no qual o meio, a natureza, determina as condições do homem, como os aspectos culturais e individuais. Em verdade, isso pode acontecer, o ser humano em muitas ocasiões necessitou adaptar-se ao espaço em que habitava para sobreviver, porém, a região não pode, e nem deve, ser reduzida aos fenômenos naturais, porque o contrário também ocorre, até mesmo em proporções maiores, o homem modifica o meio, condição que nem sempre é um mecanismo de sobrevivência, mas sim para subsidiar o sistema de produção capitalista.

Considerando o ensino de Geografia, região é um conceito básico, basilar de sua formação junto com paisagem, espaço, lugar e território, onde, em algumas situações, pode-se visualizar o encontro dessas categorias atuando em conjunto. Nesse viés, Cavalcanti (2012) fala sobre a relevância de mediar a atividade cognitiva dos alunos para que eles, por meio da assimilação de conteúdos, possam elaborar conceitos geográficos<sup>26</sup>. Pensando na ciência, essa é uma condição importante para que consigam compreender a realidade espacial e a sua complexidade, levando ao entendimento do mundo, uma dimensão construtiva da realidade.

Essa leitura do mundo torna-se indispensável para a Geografia porque o ensinar não é seguir um temário de conteúdos que fará o aluno acumular conhecimentos na ciência com fins

---

<sup>26</sup> Em contextos, como o dos Estados Unidos e até mesmo o do Brasil, a educação geográfica é, por vezes, deixada de lado, impedindo que os alunos elaborem seus próprios conceitos. De acordo com Passow (2017), há muitos recursos disponíveis para professores e alunos, mas a pouca importância dada ao ensino na maioria dos aspectos da Geografia terá significativas implicações no futuro. Assim, “It is possible that increased interest resulting from changing political and socioeconomic conditions will lead to greater emphasis on enhancing Geography Education” (Passow, 2017, p. 46).

para si mesmo, mas sim fazê-lo pensar geograficamente. O intuito é que ele compreenda a multiescalaridade dos conteúdos na dialética local-global, interpretando-os e problematizando-os para que os produza enquanto sujeito pertencente a esse meio (Cavalcanti, 2012).

Outro fator a destacar é que essa mesma leitura passa pelo entendimento do processo de globalização, por exemplo, da cultura, economia, valores e ideias, sendo necessário o estudo da categoria região para explicar os recortes temporais e espaciais na dinâmica sociedade-natureza. Mesmo com essa concepção, pode surgir, ainda, a indagação do porquê e a importância de estudar a categoria região. Dentre todas, ela consegue abarcar o espaço geográfico em escala local, global e fragmentado, analisando as suas possibilidades e ações em sociedade. Contudo, ela está passando por constantes ressignificações que oportunizam ao geógrafo participar das transformações que têm ocorrido (Rodrigues; Barroso; Oliveira, 2013).

Em conformidade com Evangelista (2007), apenas os recortes fragmentários não são suficientes para explicar o espaço geográfico, uma vez que os eventos regionais não se dão por si só, sendo necessário estarem articulados com outros espaços, é a partir da totalidade que será caracterizada em um movimento incessante. Nessa perspectiva, a noção de região vai tomando forma no ensino de Geografia ao observar os seus conteúdos, tal como o conceito de blocos econômicos que ocupa uma escala global, alinhando países com interesses e características comuns que, por vezes, estão em hemisférios diferentes. Para entendê-lo, é preciso considerar a escala global e analisar os fundamentos ideológicos que os cercam, uma construção capitalista contemporânea que os países têm encontrado para enfrentar a concorrência nacional (Evangelista, 2007).

Uma outra face do ensino de Geografia sobre a definição de região é quando esse volta-se para o estudo do físico, natural e econômico. A título de exemplo, têm-se as cinco grandes regiões geográficas do Brasil, que envolvem uma série de elementos paisagísticos e territoriais entendidos como particulares para cada uma. Seguindo esse raciocínio, a Região Nordeste, objeto de estudos dessa pesquisa, concentra nove estados “nascidos” do contexto colonial, marcados pelas secas periódicas, clima e hidrografia afetados pela maritimidade e economias semelhantes. Explica Evangelista (2007):

Na verdade, o conteúdo sobre regionalização está disseminado na Geografia Escolar, e as classificações são o ponto de partida para a descrição individualizada dos países. As (re)atualizações dos assuntos parecem originar-se, principalmente de veiculações midiáticas, tais como: revistas, almanaques, programas de televisão, sites de internet etc., nas quais se imbricam as fontes acadêmicas. É assim que esse conteúdo tem uma feição bem peculiar na Geografia Escolar, circulando com uma grande margem de autonomia; constitui o caminho natural para o estudo dos países e continentes, variando-se os critérios conforme o ponto de vista escolhido, e fazendo da cartografia

o apoio indispensável na apresentação da distribuição geográfica dos fenômenos (Evangelista, 2007, p. 114).

Independentemente do conteúdo abordado, o ensino de Geografia deve proporcionar aos discentes um caminho para o aprendizado alicerçado em um referencial teórico-conceitual que os possibilitará compreender amplamente a disciplina e o mundo. Nesse sentido, a partir do currículo, é função da escola priorizar uma gama de conhecimentos importantes para a sociedade, considerando as condições para o convívio social, o desenvolvimento cognitivo e o pensamento conceitual. Seu objetivo é superar as ideias presentes no senso comum a fim de fortalecer o conhecimento científico, bem como aplicar os conceitos em diferentes situações cotidianas (Duarte; Santana, 2024).

Quanto a isso, o ensino de Geografia encarrega-se de entender o que há de comum entre os conceitos sem deixar de considerar a singularidade de cada um, assim como a premissa mutável de região, presente em diferentes momentos do cotidiano. Entretanto, segundo Duarte e Santana (2024), nota-se certa limitação em percebê-la, pois muitas afirmações a reduzem apenas à divisão administrativa feita pelo IBGE, o que dificulta a sua inserção em outros contextos, colocando-a equivocadamente como concreta e imutável.

Para ensinar Geografia, é preciso romper com essas visões, assumindo uma posição na qual a região contribua para a superação de estereótipos, como a nomenclatura que coloca as identidades negativas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste reduzidas ao atraso, pobreza, seca e rural, enquanto as do Sul e Sudeste são positivas por serem originárias da imigração europeia e possuir grande desenvolvimento econômico. Embora alguns desses elementos sejam reais, essa interpretação simplifica o conceito de região ao binarismo, inviabilizando os ricos aspectos reais (Duarte; Santana, 2024).

É essencial trabalhar uma Geografia que seja próxima à realidade conhecida pelo aluno, porém, ela precisa ser centralizada e mostrar os eventos como um todo, sem esquecer-se dos exemplos locais e globais. Outrossim, para que ele tenha pensamentos críticos sobre a região, é indispensável que investigue o tema de forma mais abrangente, sendo instigado pelo professor a aprofundar os estudos. Portanto, dedicar-se às ideias de região é uma oportunidade analítica de elucidar melhor o espaço, ampliando as noções de sociedade, relação política e cultural (Côelho; Macêdo; Martins Filho, 2023).

A Geografia carece de transpassar as amarras do tradicionalismo, que a coloca, por vezes, como enfadonha e cansativa. Isso ocorre quando as possibilidades de reflexão e transformação social se esgotam sem compreender a realidade. Buscando conhecer o mundo, professor e alunos podem ressignificar o ensino, apresentando variáveis elementares para

aprofundar os saberes produzidos, organizando o tempo e o espaço socialmente vividos (Belo; Ferreira, 2012).

#### 4.2 O ENSINO DA GEOGRAFIA DO NORDESTE

A academia científica fala sobre os princípios do ensino de Geografia, propondo uma aprendizagem pautada na interpretação do mundo, bem como objetiva a formação do cidadão para a sociedade. No entanto, conforme discute Milton Santos (2007), há muitas falas sobre cidadania e poucas ações para efetivá-la. O ato de nascer já dota o humano de uma série de direitos e deveres, mas para tornar-se um ser no mundo é necessário assumir as responsabilidades morais e éticas da herança das prerrogativas sociais. O questionamento que surge é: Todos são cidadãos?

De forma breve, poder-se-ia dizer que, legalmente, a cidadania é garantida pela Constituição Federal de 1988 no artigo 1º, inciso II<sup>27</sup>, contudo, na prática, acontece diferente. Apesar da previsão legal, a efetivação da cidadania no cotidiano esbarra em inúmeros obstáculos sociais, econômicos e políticos que dificultam o acesso igualitário aos direitos constitucionais. A atuação do Estado, muitas vezes, é marcada por omissões, burocracias e políticas públicas insuficientes, o que impede que grande parte da população – especialmente as regiões historicamente marginalizadas – vivencie plenamente aquilo que está garantido em lei. A cidadania, nesse sentido, se torna fragmentada, seletiva e condicionada a interesses que nem sempre atendem às necessidades básicas da maioria. Isso se reflete na precariedade dos serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e segurança, fazendo com que a Constituição, embora seja um marco civilizatório importante, não consiga, sozinha, materializar a igualdade de direitos prometida em seu texto.

Elucidada essa questão, retorna ao assunto a região Nordeste e os seus desafios, pois durante muito tempo, e ainda ocorre em certas ocasiões, foi vista como um problema para o Brasil, logo a sua população, conseqüentemente, não se encaixava nos critérios de cidadania expressos na prática pela sociedade. Nesse sentido, o ensino de Geografia através da categoria região e auxílio da obra literária “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) é a forma escolhida para

---

<sup>27</sup> <sup>27</sup> Constituição Federal de 1988, Título I: Dos Princípios Fundamentais. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

desmitificar esse paradigma obsoleto. Tal metodologia foi selecionada para contrapor as ideias estereotipadas formadas propositalmente pela visão capitalista que domina antes mesmo da cidadania, uma vez que, segundo Moreira (2009), o capital controla os homens e a natureza para transformá-los em seus interesses, tecendo uma Geografia alienadora. Descreve o autor:

É uma geografia da alienação, que degrada o homem e a natureza, exprimindo suas contradições como crise ecológica, crise energética, crise alimentar, crise ética, segregação espacial, manipulação da democracia, obsoletismo planejado. E na busca de equacioná-las mais aumenta a escassez, para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, subordinando a existência dos homens e os movimentos da natureza ao circuito generalizado das mercadorias (Moreira, 2009, s/p – arquivo digital).

Essa compreensão crítica do espaço e do lugar precisa ser levada à sala de aula de modo sensível e acessível, e a Literatura pode atuar como mediadora nesse processo. “Vidas Secas” se apresenta como um campo fértil para despertar o senso de pertencimento e de análise social, ao retratar as contradições do espaço vivido, desnaturalizando as imagens simplistas do sertão e do nordestino. A partir da trajetória da família de viajantes, o aluno pode compreender que o território não é neutro, mas construído a partir de relações sociais desiguais, em que a pobreza e a exclusão não são fenômenos naturais, e sim sociais, históricos e políticos. A leitura crítica da obra permite compreender as camadas de injustiça que compõem o Nordeste, sem reduzir a região à carência, mas a um espaço de resistência e de produção cultural intensa.

Diante de tal fala, é interessante voltar o olhar mais uma vez para o passado a fim de perceber os diversos estigmas construídos às custas da Região Nordeste. Não é essa vista como uma crise alimentar e de segregação social? Ora, tudo bem, não é possível reverter as ações pretéritas para apagar as emergências hídricas que a assolaram, mas também não se pode esquecer dos elementos econômicos, sociais, culturais, religiosos e simbólicos que a colocam com características próprias. Para ensinar a Geografia do Nordeste, é preciso considerar o todo, é saber que há um mundo a ser interpretado fora da muralha do preconceito regional.

Por isso, utilizar “Vidas Secas” em sala de aula contribui para trabalhar com os alunos a percepção multiescalar da região: o sertão como um microespaço que reflete questões globais, como desigualdade socioeconômica, mobilidade forçada, acesso desigual à terra e às políticas públicas. O sertanejo, como Fabiano e sua família, não é apenas um tipo social, mas representa os sujeitos reais que experimentam cotidianamente as contradições entre o discurso de desenvolvimento nacional e a realidade da exclusão. Com isso, o ensino de Geografia torna-se também uma ferramenta de empoderamento, permitindo que os estudantes analisem criticamente o lugar que ocupam no mundo.

A partir da literatura de Vidas Secas, observam-se as desigualdades, exploração da mão de obra do “cidadão” sertanejo, os resquícios do colonialismo histórico e social, as condições climáticas, o posicionamento do Estado frente às adversidades, e a manipulação da classe dominante. Trata-se de uma narrativa que demonstra pessoas à própria sorte (Reis, 2021). De acordo com Nascimento e Lima (2021, p. 3), a imagem que se tem “foi se solidificando no cenário nacional graças ao papel difusor da mídia, que reproduz os discursos regionalistas elaborados pelas elites locais.” Para além disso, é também repassada uma imagem do nordestino como sendo “atrasado”, analfabeto, e que só sabe fazer forró e humor”.

Não há problema em gostar de fazer forró ou humor, o analfabetismo é decorrente de estruturas sociais e tem suas consequências, contudo, o dilema está na fantasia imagética pela qual se fala da Região Nordeste. Intencionando afastar tais entendimentos propositalmente equivocados, cabe ao ensino propor metodologias em que o protagonize em uma nova história, diferente daquilo que já se especular conhecer. Se há uma fragilidade no material proposto pelo sistema de ensino geral, que não atende à instância local/regional, é fundamental que se busque outras alternativas em prol de uma aprendizagem comprometida e significativa.

O professor de Geografia, assim como das outras áreas, tem que apresentar e ensinar sobre a Região Nordeste como um espaço no qual a dinâmica climática, apesar de ser majoritariamente semiárido, não é homogênea, a vegetação da Caatinga é rica em plantas medicinais e a umidade da Mata Atlântica dá vida às plantações de cacau e cana-de-açúcar. Para além disso, atualmente há atividades estatais, impulsionadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), voltadas exclusivamente para o seu desenvolvimento econômico, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), que surgiram para reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo políticas públicas democráticas.

A seca é um fator presente no Nordeste e traz grandes problemas, não há como negar, porém, como explicitado em páginas anteriores, tem uma explicação científica para ela, bem como, se forem consideradas e aplicadas às tecnologias hídras atuais e a manutenção das políticas públicas de controle, não será um problema de ordem catastrófica como no passado. As secas não apagam a cultura nordestina nas quadrilhas e o colorido das festas juninas, os reisados, as literaturas de cordel, a capoeira e o acarajé na Bahia, o artesanato, o Frevo do Pernambuco, as religiões de matriz africana, Umbanda e Candomblé, ou as áreas turísticas litorâneas, as praias e o arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco), ou a Chapa Diamantina (Bahia) no meio do Sertão.

Com um ensino de Geografia transformador, as aulas farão menção às individualidades que são problemáticas sim, porque elas atuam na construção da identidade, mas também abarcarão as singularidades regionais, que podem ser contextualizadas com exemplos da realidade local. É propor-se a ensinar um Nordeste para além do esforço crítico negativo. Intencionando alcançar esse objetivo, a obra literária *Vidas Secas* reflete a respeito do Sertão, a maior sub-região do Nordeste, criando percepções de lugar, espaço e paisagem por meio da ficção (Pereira; Silva, 2021).

Nesse sentido, entrelaçando Geografia e Literatura para o ensino de Geografia do Nordeste, Pereira; Silva (2021) abordam que o primeiro aspecto a ser estudado é o cenário de *Vidas Secas*, a paisagem da Região Nordeste que aparece no início da história como árida e de planícies avermelhadas por causa da temperatura, pela qual percorre a família de retirantes em busca de uma vida melhor. A partir dessa observação, é possível discutir e entender elementos naturais e humanizados da paisagem, assim como a própria seca, os motivos pelos quais ela ocorre e os efeitos (Pereira; Silva, 2021).

Graciliano Ramos faz alusão, também, a três outros temas da Geografia: o clima e a vegetação da Caatinga, que é dominada por plantas ralas, de aspecto seco e pouca quantidade de chuvas, e o processo migratório forçado por condições naturais, que dá vida aos personagens, ambos referenciados a todo momento na trama. Nesse viés, todos os acontecimentos narrados estão interligados, visto que em um segundo momento o autor já aborda as questões sociais, narradas pelas dificuldades enfrentadas pela família ao ter fome e não ter o alimento para se saciar, a pobreza e o analfabetismo, que demonstram uma sociedade com fendas profundas. Pereira e Silva (2021) destacam que os personagens principais se sentem incapazes de contestar ou discutir as injustiças por não terem capacidade para tal. São pessoas que não dialogam verbalmente por muito tempo, fazendo uso de gestos e grunhidos para se comunicar.

Há visivelmente na trama uma crítica a todo o sistema capitalista, sendo demonstrada através da prisão de Fabiano realizada pelo Soldado Amarelo, sendo tratado e comparado a um bicho enjaulado. É indubitável, também, que a pobreza retratada é uma condenação às classes abastadas da sociedade, que fazem o que bem desejam enquanto outras pessoas passam fome por não ter, pelo menos, a oportunidade de trabalhar ou um espaço para plantar. Ao trazer o episódio da festa na cidade, Graciano Ramos anuncia a família de retirantes como não pertencentes àquele lugar, um espaço de segregação social (Pereira; Silva, 2021).

A intertextualidade entre a literatura de Graciliano Ramos e os conteúdos geográficos cria pontes entre o simbólico e o concreto, oferecendo uma experiência de aprendizagem que não se limita à memorização de conceitos, mas à vivência crítica do conteúdo. Os alunos são

convidados a perceber que os processos espaciais que excluem Fabiano, Sinhá Vitória e seus filhos continuam a operar, ainda que sob novas formas, como a especulação imobiliária, a precarização do trabalho e a concentração de renda. Com isso, ler o Nordeste por meio da ficção permite compreender as permanências e transformações das dinâmicas territoriais.

Nesse cenário, a obra “Vidas Secas” assume o papel de um recurso didático potente, pois torna visível a articulação entre categorias centrais da Geografia — como espaço, território, paisagem, lugar e região — e as vivências humanas marcadas por dor, esperança e luta. É uma forma de tornar o ensino mais afetivo e significativo, especialmente para alunos que vivem o espaço nordestino e podem se reconhecer, mesmo que parcialmente, nas narrativas. A valorização da cultura local, da oralidade e das histórias regionais devem compor a prática pedagógica, garantindo que o Nordeste seja compreendido não como sinônimo de atraso, mas como território de potências.

Dessa forma, considerando a contribuição de Vidas Secas para o ensino da Geografia do Nordeste, principalmente ao abordar o passado e o seu processo contínuo de desenvolvimento, o quadro 12 a seguir propõe sugestões de temas a serem desenvolvidos em sala de aula.

Quadro 12 – O texto literário das Vidas Secas e o Ensino de Geografia

<b>CATEGORIA</b>	<b>TEXTO</b>	<b>ENSINO DE GEOGRAFIA</b>
REGIÃO	[...] Quis acordá-lo e perguntar, mas distraiu-se olhando os xiquexiques e os mandacarus que avultavam na campina (Ramos, 2024, p. 32)	Conceitos de região e paisagens naturais; região cultural; elementos físicos regionais; flora e fauna da caatinga.
	[...] De perneiras, gibão e guarda-peito, andava metido numa caixa, como tatu, mas saltava no lombo de um bicho e voava na catinga (Ramos, 2024, p. 57)	
NORDESTE	[...] O que desejava... An! Esquecia-se. Agora se recordava da viagem que tinha feito pelo sertão, a cair de fome. As pernas dos meninos eram finas como bilros, Sinhá Vitória tropicava debaixo do baú dos trens. Na beira do rio haviam comido o papagaio, que não sabia falar. Necessidade (Ramos, 2024, p. 28).	Divisão regional brasileira; historiografia do Nordeste; subdivisão regional – Agreste, Meio Norte, Sertão e Zona da Mata; cultura regional.
ESPAÇO AGRÁRIO	Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se. Aceitava o cobre e ouvia conselhos. Era	Conceitos de território, posse e campesinato; exploração da mão de obra e inserção do capitalismo no campo; agricultura familiar; latifúndio.

	bom pensar no futuro, criar juízo. Ficava de boca aberta, vermelho, o pescoço inchando. De repente estourava: — Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. Quem é do chão não se trepa.	
LITERATURA	Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes (Ramos, 2024, p. 7).	Literatura como ferramenta de análise e estudos geográficos, a forma romântica de descrever a Região Nordeste.
PRECONCEITO	Na palma da mão as notas estavam úmidas de suor. Desejava saber o tamanho da extorsão. Da última vez que fizera contas com o amo o prejuízo parecia menor. Alarmou-se. Ouvira falar em juro e em prazos. Isto lhe dera uma impressão bastante penosa: sempre que os homens sabidos lhe diziam palavras difíceis, ele saía logrado. Sobressaltava-se escutando-as. Evidentemente só serviam para encobrir ladroeiras. Mas eram bonitas. Às vezes decorava algumas e empregava-as fora de propósito. Depois esquecia-as. Para que um pobre da laia dele usar conversa de gente rica? Sinhá Terta é que tinha uma ponta de língua terrível. Era: falava quase tão bem como as pessoas da cidade. Se ele soubesse falar como Sinhá Terta, procuraria serviço noutra fazenda, haveria de arranjar-se. Não sabia. Nas horas de aperto dava para gaguejar, embaraçava-se como um menino, coçava os cotovelos, aperreado. Por isso esfolavam-no. Safados. Tomar as coisas de um infeliz que não tinha onde cair morto! Não viam que isso não estava certo? Que iam ganhar com semelhante procedimento? Hem? que iam ganhar? (Ramos, 2024, p. 73-74).	Desconstrução do estereótipo de uma Região atrasada e de pessoas analfabetas; preconceito social e cultural; xenofobia.
POBREZA	Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinhá Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram à fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava (Ramos, 2024, p. 10-11).	Geografia da fome; dinâmica da população; papel do Estado brasileiro; importância das políticas públicas sociais.

Fonte: Graciliano Ramos, 2024.

Elaboração: Santos, 2025.

Dessa maneira, cabe ao professor conhecer profundamente a Região Nordeste, abordando não apenas a visão estereotipada que acentua seus desafios históricos, sociais e climáticos, mas, sobretudo, promovendo uma leitura desmistificada e crítica, fundamentada em dados, vivências e manifestações culturais que revelam sua complexidade e potência. Ao fazer uso de estratégias pedagógicas que envolvam diferentes linguagens — como a literatura, por meio da obra “Vidas Secas”, o cinema, imagens, mapas e representações gráficas —, o ensino

de Geografia ganha sentido e aproxima-se da realidade dos estudantes. Tal abordagem possibilita construir uma aprendizagem significativa, na qual a região é analisada em suas múltiplas dimensões e contradições, superando visões reducionistas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Região Nordeste é cercada de muitas afirmações, que foram construídas em um cenário de incertezas. Por meio dessa pesquisa, pode-se constatar que pensar e discuti-la é deparar-se com uma dupla visão estratégica, na qual uma refere-se à beleza turística de suas praias, enquanto a outra narra sobre uma terra seca, com uma população miserável. Essa dualidade se desenvolveu pautada em estereótipos, cristalizando uma imagem identitária pouco consoante à sua realidade. Desse modo, a temática “a literatura para ler e entender o Nordeste agrário brasileiro” objetivou alinhar os estudos de Geografia Agrária através da obra “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) para desmistificar o espaço regional do Nordeste.

Nessa perspectiva, buscou-se versar, especificamente, sobre as conceituações de região; entender o texto e o contexto da obra literária “Vidas Secas” (Graciliano Ramos), relacionando-a com o pensamento regional das sub-regiões Agreste, Zona da Mata e Sertão; aprender as sub-regiões nordestinas Agreste, Zona da Mata e Sertão pela literatura da obra “Vidas Secas” (Graciliano Ramos) de modo a desmistificar o Nordeste como restrito à seca e ao atraso, passado e presente; e relacionar a discussão ao ensino de Geografia do Nordeste.

Associado aos objetivos propostos, foram feitos dois questionamentos ao longo da investigação, a saber: como a obra literária pode ser utilizada para desmitificar o preconceito regional existente no país; e qual/quais Nordeste(s) é/são apresentado(s) pela literatura nacional. Essas inquietações deram origem à delimitação de seis categorias e três subcategorias para o estudo da problemática. São elas: Região; Nordeste (Agreste, Sertão e Zona da Mata); Pobreza; Preconceito; Espaço agrário; e Literatura. Como público-alvo, definiu-se professores de Geografia no geral, que atuam na educação básica e/ou superior, levando as reflexões, adaptadas aos seus alunos, para seu espaço de trabalho, a sala de aula.

Para tanto, ao compreender que, por causa de uma condição climática, as secas estão periodicamente presentes no Nordeste, as primeiras argumentações desse texto o apresentam brevemente, seguindo-se da discussão do conceito de região, esse que, por sua vez, é uma das bases da Geografia, mas, também, amplamente utilizado pelas outras ciências. Sua explanação tornou-se necessária porque sua grandeza permite diversos significados, sendo muitos desses visíveis nessa investigação. Após esse momento, a pesquisa passou a refletir sobre a invenção do Nordeste, onde a mídia e alguns escritores do século passado contribuíram intensamente para a manipulação das informações, transformando-o imageticamente em um espaço inabitável, sendo abandonado pelo Estado, deixando sua população à mercê da própria sorte.

Nesse sentido, ao buscar bibliografias para embasar a temática, percebeu-se que, majoritariamente, elas falam dos insistentes períodos de secas que impedem as chuvas, levando o leitor a entendê-la como homogênea, o fenômeno ocorreria igualmente em todos os seus nove estados. Contrapondo essas assertivas, nas discussões realizadas nesse trabalho, foram abordados, através dos estudos e interpretações geográficos, aspectos históricos, políticos, sociais e culturais que compõem a Região Nordeste desde os princípios coloniais até os dias atuais, marcando as suas transformações.

Dessa forma, refletiu-se, ainda, sobre a pobreza, o preconceito regional e o espaço agrário, intencionando uma melhor compreensão da condição do objeto em análise e confrontar os estereótipos mencionados. Assim sendo, considerou-se que uma maneira viável para interpretar a Região Nordeste seria por meio de uma escrita que conseguisse expressar os anseios e abnegações, dificuldades e facilidades, forças e fraquezas do nordestino, sendo escolhida para tal a obra literária *Vidas Secas*, de autoria de Graciliano Ramos, que narra suas próprias experiências para descrever a Região em que nasceu.

Com o auxílio da literatura, foi possível analisar o pensamento geográfico no Brasil durante os anos adjacentes à publicação da narrativa, bem como estabelecer conclusões sobre o conceito de região. Por essa perspectiva, remanesce na Região Nordeste traços passados, os quais espelham um cenário agrário marcado por ideologias, violências e acúmulos indevidos de terras. *Vidas Secas* é, a partir de seus personagens, a representação de um povo subjugado, que precisou sair de seu lugar para ir em busca do desconhecido, pois ali não havia mais condições de moradia, guiando o leitor no desenvolvimento da criticidade.

Em sua última abordagem, o texto fala sobre o conceito de região no ensino de Geografia, propondo que esse tenha parte voltada para o estudo da Região Nordeste, no qual objetiva-se desmistificar os estereótipos existentes. Essa escolha deu-se por *Vidas Secas* ser uma profunda análise da vida no Sertão e Agreste, que retrata a realidade social e econômica dos anos de 1930 nessas áreas, mas não afetou, na mesma proporção, as outras sub-regiões, Zona da Mata e Meio Norte.

Por fim, ao voltar a narrativa para o ensino, ela destaca e explica elementos essenciais que complementam o estudo. Assim, por meio das categorias de análise e da obra, foram elencados temas para guiar as aulas de Geografia do Nordeste, que podem ser organizados em três principais pontos. O primeiro refere-se ao contexto histórico e geográfico da Região Nordeste, onde se tem um cenário de seca severa, uma característica marcante do clima semiárido, mas há, também, a iminência de outros espaços nordestinos a serem contrapostos e analisados.

O segundo trata das questões sociais e econômicas, em que, embora os personagens da narrativa tenham feito uma longa viagem em busca da própria sobrevivência, eles não são considerados retirantes, uma vez que não saíram da região. Contudo, essa é uma margem para o estudo das migrações relacionadas às condições de vida, refletindo os impactos da Geografia na vida cotidiana das pessoas. O terceiro é o próprio ensino de Geografia que aborda a relação entre humanidade, meio ambiente e sociedade; os efeitos das secas e o risco de desertificação; políticas públicas voltadas para o Nordeste durante esses períodos e depois com o intuito de amenizá-los; desigualdades sociais; dificuldades e potencialidades da Região.

Portanto, o estudo da Região Nordeste é indispensável para a compreensão da realidade e, associado à literatura de Vidas Secas, oferece uma nova visão crítica sobre os elementos elencados, assim como reflete as dificuldades impostas pela natureza associada à falta de políticas públicas eficazes. A partir desse conjunto, os docentes de Geografia estarão estimulando os alunos a terem mais atenção às problemáticas que os cercam diariamente, compreendendo-as como parte do seu espaço social.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. Dossiê Nordeste Seco. **Estudos Avançados** 13. USP, 1999.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **IBGE atualiza a lista dos municípios que integram os recortes territoriais brasileiros**. 2020. Disponível em: <  
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29465-ibge-atualiza-a-lista-dos-municipios-que-integram-os-recortes-territoriais-brasileiros2>>. Acesso em: 13 out. 2023.

ALAMEDDINE, M. M.; AHWAL, H. W. Inquiry Based Teaching in Literature Classrooms. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 232 (2016), 332 – 337. Disponível em: <file:///C:/Users/Staela/Desktop/1-s2.0-S1877042816312630-main.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, J. **História das Secas** (séculos XVII a XIX). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003. 256p.

ALVES, V. A. de R.; AVELAR, G. A. de. Fragmentação do conhecimento e seus reflexos na Geografia: a dicotomia Geografia Física e Geografia Humana. **Espaço em Revista**, v. 23, n. 1. jan./jun. 2021, p. 101-122. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco/article/view/67593>. Acesso em: 13 out. 2023.

ANDRADE, M. C.de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. – 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e insurgências. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2012, 392p.

BARROS, R. P. de.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, VOL. 15 No 42, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BELIZÁRIO, M. A. S.; OLIVEIRA, M. L. de; VILAR, M. J. L. Geografia e literatura: a leitura como ferramenta de entendimento geográfico. In: **VI Congresso Nacional de Educação – Conedu**, 2019.

BELO, E. M.; FERREIRA, G. H. C. A importância da geografia em sala de aula: o desafio de um ensino capaz de formar o cidadão. **Linguagem Acadêmica**, Batatais, v. 2, n. 2, p. 65-82, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://cointer.institutoidv.org/smart/2020/pdvl/uploads/1624.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BERNARDES, D. de M. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, 71: 41-79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvzr4frCnKnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, Vol. 27(1): 5-19, abril, 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1732>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BIANCHI, C. G. Café e economia brasileira da ascensão à extinção do ciclo do café. **Revista Jovens Pesquisadores**, V. 9, N. 1 (16), JAN./JUN. 2012, p. 89-99. Disponível em: [https://www.academia.edu/4723781/Café\\_e\\_Economia\\_Brasileira\\_da\\_ascensão\\_à\\_extinção\\_do\\_ciclo\\_do\\_café](https://www.academia.edu/4723781/Café_e_Economia_Brasileira_da_ascensão_à_extinção_do_ciclo_do_café). Acesso em: 15 nov. 2023.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. 375p.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. – 50. ed. – São Paulo: Cultrix, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional do Semiárido – INSA. **O Semiárido brasileiro**. (s.d.). Disponível em: <<https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>>. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. Império, 1850.

BRASIL, Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União. **Benefícios ao cidadão**. (s.d). Disponível em: < <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/beneficios-ao-cidadao>>. Acesso em: 08 set. 2023.

BREITBACH, A. C. de. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre – RS, 1986, 119 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40421>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRITO, T. M. A. de. **Região: Leituras possíveis de Milton Santos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte – MG, 2007, 164 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-76LJJS>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BURITI, C. de O; AGUIAR, J. O.; Secas, Migrações e representações do semi-árido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do Nordeste Brasileiro. **Textos e Debates (UFRR)**, v. 16, p. 7-31, 2008. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/index.php/textosedebates/article/view/747/0>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CAMACHO, R. S. **O Ensino da Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, Mato Grosso do Sul, 2008.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos avançados**, 28 (82), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ChKDycNnwbM7ZFqMNH8wDjk/>. Acesso em: 09 set. 2024.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. – 9ª ed. [versão digital] – Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. 199p.

CARVALHO, F. F. de. **A extinção da SUDENE** – um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006). Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/404632>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CASTRO, F. L.; *et al.* O Nordeste como região estereotipada: uma análise no livro didático de geografia do ensino fundamental II. **Estudos Geográficos**, v. 20 n. 3, 2022, p. 411-426. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16929>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CASTRO, F. L.; GUIMARÃES, G. L.; COSTA, G. B. A. Os estereótipos e representações da região Nordeste no livro didático de geografia. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, V. 5, N. 2, 2022, p. 158-177. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/253581>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CASTRO, I. E. de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/35256>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAVALCANTI, L. de S. Ensinar a pensar pela Geografia como meta da atuação docente: fundamentos teóricos para (re)construir uma didática da Geografia. IN: RICHTER, D; SOUZA, L. F. de. S; MENEZES, P. K. de (org.). **Percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar** [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/639235098/Untitled>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. – 18ª ed. – Capinas, SP: Papyrus, 2013, p. 192.

CAVALCANTI, L. de S. **O Ensino de Geografia na escola**. Capinas, SP: Papyrus, 2012, p. 208.

CENTRO DE ESTUDOS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO – CECS. **Polígono das Secas em Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.cecs.unimontes.br/index.php/pt/semiario/poligono-das-secas/281-poligono-das-secas>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIVALE, L. Geografia e construção do espaço [recurso eletrônico]. Viçosa, MG: UFV/CEAD, 2012. 37p. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Geografia%20e%20construção%20do%20Espaço.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CÔELHO, L. R. S.; MACÊDO, L. S. M. de; MARTINS FILHO, J. O conceito de região na geografia escolar. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/11233>. Acesso em: 11 abr. 2024.

COGUETO, J. V. **Geografia Agrária**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018. 280 p.

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. **R. bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v.57, n.3, p.21-28, jul./set., 1995. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1560/1204>. Acesso em: 17 nov. 2024.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. – 8ª ed. – São Paulo: Ática, 2007.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias geográficas**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 304p.

DANDARO, F. M; MARCONDES, R. L. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no Nordeste Brasileiro (1860-1940). **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 113-127, jul./set., 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/777/730>. Acesso em: 12 fev. 2024.

DANTAS, A.; FRANÇA, R. S. de; MEDEIROS, S. R. F. Q. de. **Geografia Agrária**. 2ª ed. – Natal, EDUFRN, 2011.

DUARTE, R. G.; SANTANA, A. L. F. Música e ensino de geografia: do conceito cotidiano ao conceito científico de região. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)**, v. 13, n. 31, p. 1-35, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/80106>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DUQUE, J. G. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. – 4ª ed. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004. 330 p.

ECKERT, K. RÖHRIG, M. Onomástica literária em Graciliano Ramos: os nomes dos personagens de Vidas Secas e de São Bernardo. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1277-1294, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/27785>. Acesso em: 07 set. 2024.

EVANGELISTA, A. M. **A região no ensino de geografia: fundamentos da prática** professoral. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza

– CE, 2007, 231p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3336>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FERREIRA, A. L. A.; MEDEIROS, Gabriel L. P. de; SIMONINI, Y. Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste brasileiro (1877-1930). In: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo**. 12o Encuentro de Geógrafos de América Latina - Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: OPC, 2009. p. 01-20. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarurbana/252.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

FLORÊNCIO, R. R.; SANTOS, C. A. B. dos; ALVES, M. A. A desumanização dos personagens de “Vidas Secas” como elemento da exploração social. **Afluente**, UFMA/CCEL, v.6, n.17, p. 333-348, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/15066>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FREYRE, G. **Nordeste**. – 1ª ed. digital –. São Paulo: Global, 2013.

FONSECA, A. A. M. da. Em torno do conceito e região. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.21, p.89-100, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/download/9122/7620/36207>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. IN: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 360p.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004

GOMES, I. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE Notícias – IBGE**. 2023. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org). **Geografia conceitos e temas**. – 2. Ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, R. Conceitos fundamentais da Geografia: Região. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 45, p. 117-120, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/28995/16836/99956>. Acesso em 16 jun. 2024.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. IBGE atualiza a lista dos municípios que integram os recortes territoriais brasileiros. **Agência IBGE notícias**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29465-ibge-atualiza-a-lista-dos-municipios-que-integram-os-recortes-territoriais-brasileiros2>. Acesso em: 16 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Panorama do Censo 2022**. 2022(a) IBGE. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=BR>>. Acesso em: 11 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. 2022 (b). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 13 out. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Resultados definitivos – Brasil, Grandes Regiões e Unidade das Federação**. IBGE: Censo agro 2017. Disponível em: < <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>>. Acesso em: 16 set. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022 (c)**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. -Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Instituto Nacional do Semiárido – INSA. O Semiárido Brasileiro. Disponível em: < <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19ª ed. Capinas, SP: Papyrus, 2012.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LENCIONI, S. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. IN: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. – 5ª ed. –. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, L. J. de. M. O mundo coberto de penas: uma análise cronotópica de vidas secas, de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal – RN, 2023, 104 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55046>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MARTINS, E. R. O pensamento geográfico é geografia em pensamento?. **GEOgraphia**, ano. 18, Nº37, p. 61-79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13758>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MARTINS, J. de S. **O cativoiro da Terra**. 7ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1998. 157 p.

MARX, K; ENGELS, K. **Manifesto do Partido Comunista**. – 3ª ed. – São Paulo: Edipro, 2015, 110p.

MELLO, M. M. de; BECKER, N. H. de O. Efeitos do padecimento na subjetividade dos retirantes na obra literária: “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. Congresso Internacional da Faculdades EST, 3., 2016, São Leopoldo. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. São Leopoldo: EST, v. 3, p. 301- 307, 2016. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/774/488>. Acesso em: 25 ou. 2024.

MENEZES, E. O. de; MORAIS, J. M. L. **Seca no Nordeste: desafios e soluções**. – 3ª ed. – São Paulo: Atual, 2009, p. 96.

MIDDLEJ, M. M. B. C.; FIALHO, N. H. Universidade e Região. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 171-189, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/487>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA. **Caatinga**. 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/caatinga>>. Acesso em: 11 out. 2023.

MIZAEEL, T. M.; ROSE, J. C. de. Análise do Comportamento e Preconceito Racial: Possibilidades de Interpretação e Desafios. **Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, vol. 25, núm. 3, pp. 365-377, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2745/274552568005/html/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, D. de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. - [1.ed., rev. e ampl.] - São Paulo: Boitempo, 2012.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. – 2ª ed. [arquivo digital] –. São Paulo: Brasiliense, 2009, 120p.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCIMENTO, M. J. do; LIMA, F. E de S. O Nordeste brasileiro no ensino de geografia: uma análise a partir do livro didático do ensino médio. **Revista GeoInterações**, Assú, v.5, n.2, p.02-19, jul./dez. 2021, p. 2-19. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/3230/2971>. Acesso em: 9 ago. 2023.

NEVES, F. de C. O Nordeste e a historiografia brasileira. **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. - out. 2012, p. 6-24. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/20047>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ONOFRI, K. C. et. al. Abordagens no ensino de Geografia: uma revisão de literatura na perspectiva da matriz epistemológica. **Cenas Educacionais**, Caetité-Bahia -Brasil, v.6, n.e16493, p.1-26, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/16493/11422>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PACHECO, A. P. O vaqueiro e o procurador dos pobres: Vidas Secas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 60, p. 34-55, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/pQcJ5t6mq5ks4wXDzzRTsFx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2024.

Passow, M. J. What's Wrong and What's Right with Geography Education in the USA?. **Revista Espinhaço**, 2017, 6(1): 41-49. Disponível: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/96/105>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PATTO, M. H. S. O mundo coberto de penas família e utopia em Vidas Secas. **Estudos Avançados**, 26 (76), p. 225-236, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/47553>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PEREIRA, A. M. A geografia e a questão regional num contexto de novas configurações territoriais. **Revista Cerrados** (Unimontes), vol. 4, n. 1, 2006, p. 11-22. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/2915>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PEREIRA, P. S. dos S.; SILVA, R. dos S. **Geografia e literatura, do imaginário ao real: caminhos para ensinar a geografia**. TCC (Graduação e Geografia). Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Caetité – BA, 2021, 65p. (indisponível em sítio eletrônico – acervo interno).

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. de O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero** – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/508>. Acesso em: 12 nov. 2024.

POZENATO, J. C. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: POZENATO, J. C. **Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PRADO JÚNIOR, C.. **História Econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. – 1ª ed. – São Paulo: Principis, 2024. 96p.

REIS, D. R. dos. **Vidas Secas, de Graciliano Ramos, à luz do pós-colonialismo**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Tocantins – UFT. Porto Nacional

– TO, 2021, 109p. Disponível em:  
[http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2811?locale=pt\\_BR](http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2811?locale=pt_BR). Acesso em: 21 nov. 2024.

RIBEIRO, V. H; TONELLA, C. A atividade canavieira no Brasil: o estado, a agro-indústria e os trabalhadores da cana-de-açúcar. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.2, p.143-166, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/20147/13331>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ROCHA, G. **Capital social, pluriatividade e desenvolvimento local: tratos e retratos no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão – SE, 2016, 325 p. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5468>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RODRIGUES, A. de L. Geografia e literatura: experiência na formação de professores dos anos iniciais. In: **14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias**. Campinas – SP, 2019.

RODRIGUES, A. de J.; BARROSO, R. C. A.; OLIVEIRA, K. E. J. A região no ensino de geografia. In: **VII Colóquio Internacional ' Educação e Contemporaneidade'**, 2013: Universidade Federal de Sergipe, 2013. v. 00. p. 01-08. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9757/5/4.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

RODRIGUES, G. S. de S. C.; ROSS, J. L. S. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil [recurso eletrônico]:** perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Uberlândia: EDUFU, 2020. 272 p. Disponível em: <https://edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/trajetoria-da-cana-de-acucar-no-brasil-perspectivas-geografica-historica-e>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, C. R. C. dos. **Concentração e diversificação industrial no Nordeste pós abertura econômica Brasileira**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia. Maceió – AL, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1470/1/Concentração%20e%20diversificação%20industrial%20no%20nordeste%20pós%20abertura%20econômica%20brasileira.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 259 p.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. – 7ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, 176p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. – 6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, 285p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico]. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, G. P. da. A seca do Nordeste, as práticas migratórias e suas representações na musicografia de Jackson do Pandeiro. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 04, n. 02, p. 74 - 97, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ruralurbano/article/view/242037>. Acesso em: 04 out. 2024.

SILVA, I. A.; BARBOSA, T. O Ensino de Geografia e Literatura: uma contribuição estética. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49 Mar/2014 p. 80–89. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23358>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, U. V. **Velhos Caminhos, Novos Destinos: Migrante nordestino na Região Metropolitana de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008, 178 p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27082009-162742/pt-br.php>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SILVEIRA, M. L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 74 - 88, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1360>. Acesso em: 09 set. 2024.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, 32 (93), 2018, p. 175-195. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152621>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Nordeste**. 2023. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3143&Itemid=1041&lang=pt](https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3143&Itemid=1041&lang=pt). Acesso em: 11 set. 2023.

SUZUKI, J. C. Geografia e Literatura: abordagens e enfoques contemporâneos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, Nº 5, setembro 2017, p. 219-147. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/geografia-e-literatura-abordagens-e-enfoques-contemporaneos-julio-cesar-suzuki/>. Acesso em: 07 set. 2024.

TOSCANO, F. de O. O inimigo é a fome: breve histórico da escassez alimentar no Nordeste e do papel do estado em seu enfrentamento. **Projeto História**, São Paulo, v. 68, pp. 352-386, Mai.-Ago., 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/46183>. Acesso em: 14 abr. 2024.